

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Thales Vilela Lelo

**A DIMENSÃO POLÍTICA DAS INTERAÇÕES COMUNICATIVAS EM *PAPO DE
POLÍCIA:*
Cenas de dissenso e reconfigurações do mundo comum**

Belo Horizonte
2015

Thales Vilela Lelo

**A DIMENSÃO POLÍTICA DAS INTERAÇÕES COMUNICATIVAS EM *PAPO DE
POLÍCIA:*
Cenas de dissenso e reconfigurações do mundo comum**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação Social.

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha de Pesquisa: Processos Comunicativos e Práticas Sociais

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Ângela Cristina Salgueiro Marques

Belo Horizonte

2015

A dimensão política das interações comunicativas em Papo de Polícia: cenas de
dissenso e reconfigurações do mundo comum

Thales Vilela Lelo

Dissertação defendida e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:


Profa. Dra. Angela Cristina Salgueiro Marques
(orientador – UFMG)


Prof. Dr. André Guimarães Brasil
(UFMG)


Prof. Dr. Eduardo Antônio de Jesus
(PUC –MG)

Programa de Pós-graduação em Comunicação Social
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2015.

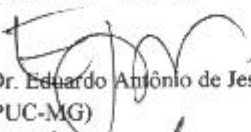


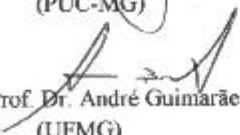
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade De Filosofia E Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

**Ata da Defesa de Dissertação de *Thales Vilela Lelo*
Número de Registro na UFMG 2013654310**

Às quatorze horas do dia vinte e três de fevereiro de 2015, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se a comissão examinadora, constituída pelos professores doutores: Ângela Cristina Salgueiro Marques (orientadora – Universidade Federal de Minas Gerais), Eduardo Antônio de Jesus (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais), André Guimarães Brasil (Universidade Federal de Minas Gerais). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final do aluno do mestrado Thales Vilela Lelo, intitulado “*A dimensão política das interações comunicativas em Papo de Polícia: cenas de dissenso e reconfigurações do mundo comum*”, requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Abrindo a sessão, a orientadora e Presidente da Comissão, Professora Ângela Cristina Salgueiro Marques, apresentou a banca e em seguida passou a palavra ao candidato para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa de Thales Vilela Lelo. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou o candidato **apto a receber o grau de Mestre em Comunicação Social**. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão que encerrou a sessão, lavrando assim, o presente documento, que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2015.


Prof. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques
(orientadora - UFMG)


Prof. Dr. Eduardo Antônio de Jesus
(PUC-MG)


Prof. Dr. André Guimarães Brasil
(UFMG)

*Aos meus pais, pelo amor incondicional, que se apraz nas conquistas e partilha das
frustrações.*

À Lorena, pois sem ela nada disso faria tanto sentido.

AGRADECIMENTOS

Já se passaram dois anos da última vez que tive uma oportunidade como essa, de rememorar, através dos agradecimentos escritos especialmente para um trabalho acadêmico, todos aqueles que participaram de modo direto ou indireto de um momento que representa o fechamento de um ciclo. Nesse breve período que compreende o Mestrado acadêmico, reforço a certeza de que o que engrandece um pesquisador não são os trabalhos publicados, as leituras efetuadas, as orientações tidas ou as sessões de discussão em grupos de estudo, mas sim a consciência progressiva de sua ignorância, consciência essa que deve ser a chave para que ele possa se tornar mais ciente de sua vulnerabilidade e da necessidade que tem de estabelecer relações humanas. Sem escuta ativa, sem abertura à alteridade, não existe investigação possível, e conseqüentemente, também não existe um sujeito pesquisador.

Por isso, agradeço especialmente àqueles que mais me permitiram, nesses últimos dois anos, renovar esse senso de humanidade que ultrapassa as dimensões tão frágeis da academia. Em primeiro lugar, aos meus pais. O transcorrer dos anos me fez nutrir mais admiração por vocês, e espero retribuir cada turbulência vivida com novas conquistas. Também em primeiro lugar (pois não poderia ser de outro jeito), à Lorena Caminhas. Meu amor, minha companheira, minha amiga, minha fonte de inspiração. Cada palavra dessa dissertação tem sua marca, assim como cada dia desses tantos anos juntos está emoldurado em sua ternura.

Também não posso deixar de agradecer à minha orientadora, Ângela Marques. Evidentemente que sem seus conselhos esse trabalho não teria adquirido maturidade e consistência. Mas mais que isso, tenho a agradecer pelas lições de humanidade e generosidade as quais só pude apreender de modo incipiente. Espero poder lapidá-las daqui em diante, em um projeto que pretendo levar comigo ao longo de toda essa vida.

Gostaria também de agradecer minha grande amiga e mestra, Marta Maia, que mesmo não estando tão fisicamente próxima, continua tendo papel fundamental em minha trajetória. Outros laços de amizade também foram fundamentais nesse percurso: Popov, por renovar constantemente meu senso de caráter; Grohmann, por me inspirar uma dedicação que não abandona a suavidade; ao Victor, pela amizade sincera que floresceu ao longo dos anos que moramos na mesma república; e ao Rafael, ao Matheus e ao Sttefano, pelo espírito jovem que não se deve abrandar.

Por fim, no que diz respeito à condução da pesquisa, agradeço as valiosas sugestões dos professores Cezar Migliorin e André Brasil que, através da banca de qualificação, puderam apontar muitos dos horizontes dessa dissertação.

[...] No ato de palavra, o homem não transmite seu saber, ele poetiza, traduz e convida os outros a fazer a mesma coisa. Ele se comunica como artesão: alguém que maneja as palavras como instrumentos. O homem se comunica com o homem por meio de obras de sua mão, tanto quanto por palavras de seu discurso.

Jacques Rancière, *O Mestre Ignorante* (2002).

RESUMO

Essa pesquisa tem como questão nodal as tensões que envolvem a construção recíproca de sujeitos como interlocutores em uma cena comunicativa, e os desafios impostos a uma investigação debruçada em apreender o processo de edificação e sedimentação dessas cenas, tomando como ponto de partida um produto cultural midiático. O objeto empírico de referência é a primeira temporada da série *Papo de Polícia*, composta de sete episódios que foram veiculados no canal *Multishow* em 2011. O protagonista do programa é o policial civil Roberto Chaves, que foi convidado para o “desafio” de se hospedar sete dias no Complexo do Alemão (RJ) no intuito de relatar, por meio de um diário em vídeo, as vivências no local e a interação com os moradores. A trama toma como pano de fundo as interações historicamente conflituosas entre policiais e habitantes de favelas, e será o objetivo desse trabalho apreender como o contato entre esses sujeitos na série pode ou não gerar cenas polêmicas de enunciação, nas quais a potencial construção dos sujeitos como interlocutores (e não como inimigos) coloca em relação mundos que se tangenciam e se repelem. A tônica destas cenas diz respeito às condições nas quais os parceiros de diálogo podem ser reconhecidos como “seres de palavra”. Reconhecer o outro como um parceiro envolve considera-lo como artífice de um mundo comum partilhado. Destarte, procurar-se-á, inicialmente, compreender as noções de “comum” que sustentam o dispositivo de *Papo de Polícia*, e que estreitam laços com uma forma de apreender as práticas comunicativas, percebidas como “ação em comum”. Em seguida, as implicações dessa visada “relacional” da comunicação serão contrastadas com outra maneira de perceber o “comum” inerente aos processos interacionais: um comum fraturado, cindido entre as premissas que governam uma ação mutuamente referida (que presumem compreensão recíproca e certa igualdade de entendimento), e as formas de distribuir os termos do comum que hierarquizam os corpos e mesmo engolfam seus intervalos sob o ideal de uma aliança entre supostos parceiros. Sob esse conjunto de premissas conceituais, a análise se dirigirá às imagens de *Papo de Polícia*: o que elas solicitam do espectador? Adentrar na paisagem entrevista por essa interrogação exigirá a formulação de operadores que permitirão “abrir o olhar” para os elementos que as compõem, em seus aspectos discursivos e expressivos. Na incursão ao programa, serão apontadas formas distintas de percorrer a trilha das imagens deixadas por ele e as interações que conformam suas cenas: de um lado, cabe observar as manifestações da “comunhão” entre policial e moradores do Complexo do Alemão ao longo da série; de outro, as destabilizações a esse quadro, que despontam em momentos em que o dispositivo configurado para a temporada é provisoriamente cindido. Perceber-se-á que nessas ocasiões se torna possível colocar em suspenso, e mesmo sob verificação, o “comum” que até então embasara as interações da trama.

Palavras-chave: Política. Interações comunicativas. Cenas de dissenso. Mundo comum. Papo de Polícia.

ABSTRACT

This research has as nodal question the tensions involved in the reciprocal construction of subjects as partners in a communicative scene, and the challenges imposed in a research that leaning in grasp the process of building and settling these scenes, taking, as starting point, a cultural product of media. The empirical object of reference is the first season of the series *Papo de Polícia*, consisting in seven episodes that were broadcasted in *Multishow* channel in 2011. The protagonist of this program is the civil policeman Roberto Chaves, who was invited to the "challenge" of staying seven days in the Complexo do Alemão (RJ) in order to report, through a video diary, the experiences on that site and the interaction with the locals. The plot takes, as backdrop, the historically conflicting interactions between police and slum dwellers, and will be the aim of this work discover how the contact between the subjects in the series may or may not generate controversy scenes of enunciation in which the potential construction of subjects as interlocutors (and not as enemies) puts in relation worlds that are tangent and repellent. The tone of these scenes concerns the conditions in which the dialogue partners can be recognized as "beings of word." Recognize the other as a partner involves considers it as an artificer of a shared common world. Thus, this research initially will understand the concepts of "common" that support the device of *Papo de Polícia* and narrow ties with ways of understanding the communicative practices, perceived as "action in common". Then, the implications of this "relational" address of communication will be contrasted with another way to realize the "common" inherent in interactional processes: a fractured common, splitted between the assumptions that govern a mutually referenced action (which assumes mutual understanding and certain equality of understanding), and the ways of distribute the terms of common that hierarchize the bodies and even engulf their gaps under the ideal of a supposed alliance between partners. Under this set of conceptual assumptions, the analysis will address the *Papo de Polícia* images: what they ask to the viewer? Step into the landscape opened for this question will require the formulation of operators which will "open the eyes" for their elements in its discursive and expressive aspects. In incursion into the program, will be pointed out different ways to take the road of the images left by him and the interactions that shape your scenes: on the one hand, it should take notice of the manifestations of "communion" between police and residents of Complexo do Alemão throughout the series; at the other, the destabilizations to this frame that emerge in times when the device configured for the season is provisionally splitted. It will be realize that in such occasions becomes possible to put in overhead and even under verification the "common" that hitherto formed the basis of interactions in plot.

Keywords: Politics; Communicative interactions; Dissent scenes; Common world; Papo de Polícia.

Sumário

Introdução.....	1
1. Uma comunhão entre parceiros?.....	16
1.2 – Figuras do “comum” na comunicação: da partilha no agir em comum	16
2. Da comunicação como disjunção.....	23
3. Um olhar para o dispositivo de <i>Papo de Polícia</i> : o que as imagens solicitam do espectador?	35
4. Uma “breve” história sobre segregação, violência urbana e novos modos de gestão pela via da pacificação	46
5. Da grande comunidade entre policiais e moradores de favela às denúncias face às injustiças sofridas: oscilações entre as categorias de “aliado” e “vítima”	56
6. Quando as imagens revelam fraturas em um suposto “mundo comum”	77
Considerações finais	93
Referências bibliográficas	97

Introdução

Essa pesquisa tem como problema central as tensões que envolvem a construção recíproca de sujeitos como interlocutores em uma cena comunicativa, e os desafios impostos a uma investigação orientada a apreender o processo de construção e reconfiguração contínua dessas cenas, tomando como ponto de partida um produto cultural midiático. O objeto central das discussões que articularam esse percurso será a primeira temporada do programa *Papo de Polícia*, exibido no *Multishow* desde 2011, com uma temporada anual composta de sete episódios de aproximadamente 10 minutos cada¹.

A primeira temporada foi exibida em fevereiro de 2011, sob direção de Rafael Dragaud (também responsável por outras séries em audiovisual assinadas pelo *Afroreggae*, como o *Conexões Urbanas*) e tendo como protagonista o policial civil Roberto Chaves, que foi convidado para o “desafio” de se hospedar sete dias no Complexo do Alemão (RJ) no intuito de relatar, por meio de um diário em vídeo, as vivências no local e as interações com os moradores. De modo geral, os episódios retratam as tentativas feitas por ele de se aproximar, conversar, escutar e estabelecer algum tipo de vínculo com os residentes. Nesse processo, ele é instado a ver os habitantes do Complexo do Alemão como interlocutores e, assim, como sujeitos moralmente iguais a ele e, por isso, dignos de serem ouvidos e considerados em uma relação de reciprocidade. Do lado dos moradores, o movimento é diferente: no início das conversas o policial não revela sua identidade, levando a crer que ele é alguém interessado nos problemas que atravessam suas vidas. Esse ocultamento, e o modo hábil como o policial constitui uma atmosfera de confiança nas conversas, conduz os moradores a considerá-lo como potencial interlocutor. A partir do momento que ele declara ser policial, a expressão facial e os gestos dos entrevistados se alteram bruscamente, revelando que aquele pretense interlocutor não é um “igual” e que, portanto, essa igualdade pressuposta (e a igualdade forjada no caso do policial) deve ser colocada à prova. As particularidades dessas situações criadas pelo programa motivaram a escolha desse produto cultural como objeto de análise – situações essas que nos possibilitarão deslindar elementos que perpassam a conformação dos processos comunicativos e dos agentes envolvidos nessas circunstâncias de encontro social.

¹ Até 2014, *Papo de Polícia* possuía quatro temporadas gravadas. Somente a primeira delas propõe um cenário de interlocução entre moradores de favela e policiais, como será averiguado ao longo dessa dissertação, enquanto as outras três se enfocam exclusivamente no cotidiano de oficiais de Segurança Pública em suas operações típicas.

Em muitos diálogos travados entre Beto Chaves e moradores do Complexo do Alemão será possível perceber entre eles desencaixes e fraturas, os quais são mais ou menos evidenciados na trama e que não podem ser superados de maneira definitiva, sem impedir, contudo, momentos fugazes de uma aproximação sempre tensa. Estas fraturas e acercamentos, evidentemente, não ocorrem tendo como pano de fundo tão somente o programa em si: elas são marcadas por uma série de eventos inscritos na história que levaram ao surgimento de *Papo de Polícia*, e que se entrelaçam também ao atual estado das relações entre moradores de periferia, o Estado e os sistemas de segurança pública no Rio de Janeiro. Ao analisar este produto cultural, o que interessa mais de perto é ver, a partir da aproximação de um policial civil com habitantes de favela, como as feições de uma igualdade que supostamente estaria arquitetada entre eles (com Beto tomando a atitude, segundo o roteiro da atração, de subir o morro sem expor sua identificação profissional, se propondo a ouvir e se acercar dos residentes sem o peso simbólico que carrega sua farda), dá origem a situações nas quais, por meio do diálogo e de ações comunicativas concretas, tanto os moradores quanto o policial são conduzidos (ou não, como por vezes acontece, tal qual veremos no decorrer das análises) a cenas que nos permitem averiguar as identificações e posições de sujeito que são convocadas ou camufladas por eles ao longo dos sete episódios dessa produção midiática.

Em outras palavras, será o objetivo central dessa pesquisa apreender como o contato (forjado pelos dispositivos midiáticos, mas vivenciado como real) entre oficiais e habitantes de periferia, especificamente acionado pelo protagonismo de um membro da Corporação Policial inserido em uma produção feita por moradores de favela, pode ou não gerar cenas polêmicas de enunciação nas quais a potencial construção recíproca dos sujeitos como interlocutores (e não como inimigos) coloca em relação mundos que se tangenciam e se repelem. Dessa questão nodal se desdobram outras - não menos fundamentais - que serão abordadas ao longo do trabalho: de que maneira é possível rastrear a emergência e o desenvolvimento dessas cenas ao longo da primeira temporada do programa? Tais cenas podem efetivamente revelar os desencaixes e as fraturas entre os sujeitos e seus mundos? Como os policiais e os moradores das favelas são apresentados (e se apresentam) na série? E qual papel é reivindicado para eles em suas interações comunicativas?

Importante destacar que *Papo de Polícia*, em todas as suas temporadas, foi produzido pelo Grupo Cultural *Afroreggae*. Esse grupo surgiu em janeiro de 1992, na favela de Vigário Geral da cidade do Rio de Janeiro, a partir de um jornal de circulação local (na mesma época

da chacina que vitimou 21 inocentes, realizada por um grupo de extermínio)². Inicialmente marcado “por uma reatualização de outros movimentos sociais de décadas anteriores que o inspiraram” (COELHO e DURÃO, 2011, p.3), o grupo, em poucos anos, abandona sua roupagem de resgate da “cultura afro” e passa a “falar a partir de um lugar geográfico específico, a favela” (idem, p.3). Desde o seu surgimento, o *Afroreggae* se propõe a atuar politicamente em prol do reconhecimento social do morador de favela, atuando como uma instância mediadora entre os complexos institucionais formais e os contextos informais periféricos.

A partir de 2008, o *Afroreggae*, em parceria com o canal *Multishow*, da operadora brasileira *Globosat*, começa a desenvolver produções voltadas exclusivamente para a televisão. Assim como nas outras produções do grupo, o projeto *Papo de Polícia* tem como proposta de fundo (para além de ser um programa do gênero *reality* no qual se visualiza o cotidiano de um anônimo inserido em um contexto diverso e geralmente hostil) tratar das controvérsias que envolvem a Segurança Pública em comunidades periféricas, supostamente a partir da ótica dos habitantes destas comunidades. Conseguimos entender minimamente os “lugares de sujeito” que estão dispostos no horizonte em que se insere a narrativa deste produto cultural se retomarmos dois eventos ocorridos anos antes da gravação dos episódios da primeira temporada da série. Em 18 de outubro de 2009, Evandro João da Silva, um dos coordenadores de projetos sociais do *Afroreggae*, havia sido alvejado em uma tentativa de assalto. Na ocasião, dois policiais militares, em um ato criminoso, abordaram e tomaram posse dos bens de Evandro que os bandidos haviam levado, liberando-os em seguida e não prestando socorro ao membro do *Afroreggae*, que morreu no local.

Outro marco histórico importante, que serve para configurar o contexto de sustentação do programa em análise é o fato dele ter sido gravado um ano após o início de um programa governamental de “ocupação” e posterior “pacificação” das favelas cariocas. Esse processo é acionado em uma operação da Polícia Militar (PM) do Estado do Rio de Janeiro em parceria com a Marinha do Brasil ocorrida em 25 de novembro de 2010 para “tomada do território” da Vila Cruzeiro, com conseqüente expulsão de grupos de traficantes armados dessa região. Os “bandidos” se refugiaram no Complexo do Alemão, e em 26 de novembro do mesmo ano a PM do Rio de Janeiro, a Polícia Federal, a Polícia Civil e as Forças Armadas se posicionaram no entorno do Complexo, efetuando o mesmo procedimento que transcorrera no dia anterior

² Sobre a Chacina da Candelária, ver: <<http://www.brasildefato.com.br/node/14424>>, acesso em 14 set 14.

na outra favela³. Intensas trocas de tiros resultaram em dezenas de mortos e feridos, e uma violência generalizada se disseminou na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - como resposta em atos terroristas à expulsão dos traficantes dos morros.

Em 28 de novembro, foi realizada uma intervenção por parte do Batalhão de Operações Policiais Especiais da PM do Rio de Janeiro e das Forças Armadas do Brasil para “retomada” do Complexo do Alemão. Após essa data, esse conjunto de favelas foi progressivamente controlado pelos organismos de Segurança Pública. Uma das cenas mais emblemáticas desse período (amplamente coberto pela mídia), sem dúvida alguma foi a fuga de centenas de traficantes armados que partiam da Vila Cruzeiro e se embrenhavam nas matas do morro, com sua topografia peculiar, em direção ao Complexo do Alemão. Essa fuga foi captada pelas lentes do helicóptero da TV Globo em uma tarde em 25 de novembro⁴.



Fonte: IMAGEM extraída da TV Globo

Essas imagens se tornaram o símbolo das operações que transcorreram naqueles dias de 2010. “Representaram” um “marco” no tratamento da violência urbana no Estado do Rio de Janeiro⁵, e a “metáfora de guerra” serve para lembrar muito bem do lugar conferido aos sujeitos moradores de periferia e especialmente os supostos criminosos em fuga. Sujeitos sem “voz” própria - seja porque não são dignos de serem ouvidos (no caso dos supostos

³ Sobre essa operação de ocupação do Complexo do Alemão, ver: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/11/26/exercito-inicia-cerco-ao-complexo-do-alemao-com-800-homens.htm>. Acesso em 05 nov 2014.

⁴ Link para matéria: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/11/fuga-de-bandidos-armados-produz-cenas-impresionantes.html>>. Acesso em 05 nov 2014.

⁵ Dentre as muitas reportagens e colunas de opinião que elogiaram a ação da polícia nas operações de ocupação, destaca-se a de Paulo Henrique Amorim em 26 de novembro de 2010, que frisa que daquele momento em diante a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão seriam territórios de cidadãos, e não de bandidos. Link para a matéria: <<http://www.conversaafiada.com.br/brasil/2010/11/26/o-controle-do-complexo-do-alemao-e-um-exemplo-de-integracao-policial/>>

traficantes), seja porque estão em “risco” de se converterem (ou serem convertidos) em traficantes (no caso dos moradores)⁶.

Tal contexto (somado ao fato de que o próprio surgimento do *Afroreggae* se dá na época da Chacina de Vigário Geral) embasa o anseio dos membros desse grupo cultural em falar sobre a Segurança Pública em seus produtos veiculados em emissoras de TV como o *Multishow*. O espaço concedido ao *Afroreggae* pelo canal é dedicado em grande medida ao debate sobre possibilidades alternativas de ação policial em comunidades periféricas, menos voltadas à repressão e mais atentas aos problemas locais vivenciados pelos seus moradores e a prevenção e consolidação de uma polícia que seja para estes sujeitos não a materialização de um Estado injusto e discriminador, mas a projeção de um ideal de civilidade e respeito.

Por essa lógica, a escolha desse grupo cultural de colocar em cena policiais como protagonistas de um programa produzido por sua equipe é aparentemente acertada enquanto ação política: mais que reforçar para si mesmos sua legitimidade enquanto sujeitos dignos de fala, é necessário também que a aproximação “empática” entre policiais e moradores e a consequente desconstrução de preconceitos aconteça de modo recíproco. Segundo Todd May (2009b) um movimento que se propõe político, mas que caminha só no reforço do *si mesmo* pode resvalar em um tipo de autodemunstração, de modo que as identidades que já deslegitimavam os sujeitos são reforçadas em um comunitarismo identitário pouco afeito à interlocução. Assim, é preciso que se atue também em direção ao outro, de modo que, na interação, seja possível desconstruir barreiras que afastavam grupos e sujeitos. De todo modo, importante reforçar que a aposta do *Afroreggae* é acertada tão somente de um ponto de vista idealizado, já que a presença de um membro da Corporação Policial em uma produção realizada por um Grupo Cultural constituído por moradores de favela por si só não garante que a relação estabelecida entre ambos, encarnada nas imagens do programa, será de ampla reciprocidade e comunhão - como ficará explícito ao longo do presente estudo.

Diversas razões de ordem ideológica e de aproximação ao contexto histórico acima deslindado motivaram a escolha de Beto Chaves para o papel de protagonista da trama da primeira temporada de *Papo de Polícia*. A ligação desse policial com o *Afroreggae* se inicia a partir de um projeto social coordenado pela Polícia Civil em parceria com esse Grupo Cultural fundado em 2009, o *Papo de Resposta*. O convênio tinha como meta discutir

⁶ O próprio *Afroreggae* não é livre de contradições, neste sentido. Como nos lembra George Yúdice (2001), no vídeo *Batidania*, gravado em 1998 pelo grupo, já se reforçava a associação entre morador de favela e a criminalidade. Uma voz over apontava que o envolvimento dos meninos negros com a música seria uma forma de cultura que os afastaria do tráfico de drogas.

modelos alternativos de Segurança Pública em escolas estaduais e abrigos de menores, visando a criação de projetos de prevenção e integração social com as comunidades carentes do Rio de Janeiro. Beto Chaves foi um dos mentores desse programa, sendo encarregado de distribuir 10 grupos compostos por um policial e um ex-detento nas escolas eleitas para participar do *Papo de Resposta*.

Beto Chaves também já participara, em diversas ocasiões, em outras produções audiovisuais realizadas pelo *Afroreggae*, como em episódios da série *Conexões Urbanas*, exibida desde 2008 também pelo *Multishow*. Em um dos primeiros episódios desse produto cultural, com o tema “A polícia que queremos”, Beto Chaves surge em diferentes momentos da narrativa, seja em uma ação policial em uma favela (com imagens gravadas para o programa), seja concedendo entrevista a José Júnior, ou ainda em cenas em que aparece atuando no *Papo de Resposta*. Nessa entrevista em particular, Beto critica o modelo de policiamento repressivo do qual ele mesmo faz parte:



Nessa guerra não tem vitoriosos, nessa guerra todos nós perdemos. Eu não conheço a família desses meninos, pouco conheço a realidade em que eles vivem muito embora seja interessado nisso, eles não me conhecem, eu não conheço a maneira como eles foram criados, e no entanto eles me odeiam na condição de policial e eu de alguma maneira os odeio na condição de bandidos. Eu perco, eles perdem, a sociedade perde, e eu me pergunto todo dia quem é que ganha.

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGENS extraídas do *Conexões Urbanas*⁷

Mas a eleição de Beto para o protagonismo da primeira temporada de *Papo de Polícia* não se deve exclusivamente aos seus laços prévios com o *Afroreggae*. Outro componente que o credencia para essa empreitada é o fato (outorgado e reforçado ao longo do programa) desse policial ter sido testemunha e agente histórico das operações de ocupação que ocorreram em 2010. Beto participou das intervenções acima referidas, tendo relatado (em diversas entrevistas, como a concedida a Antônio Abujamra para o programa *Provocações*, exibido na TV Cultura em 24 de abril de 2012), que esteve durante uma semana atuando no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro nessa época. Logo no início da trama de *Papo de Polícia* essa

⁷ Link para o vídeo: <http://vimeo.com/29221369>. Acesso em 27 nov 2014.

associação do policial com as operações de ocupação é frisada (recorrendo às imagens do policial que o *Afroreggae* captou para o *Conexões Urbanas*):

Meu nome é Roberto Chaves, tenho 34 anos, sou policial civil aqui no Rio de Janeiro, tenho oito anos de polícia. Já participei de inúmeras operações policiais. No Complexo do Alemão estive presente em 2007, em novembro de 2010. A partir de hoje eu vou enfrentar um novo desafio: eu vou sair da minha casa, vou me mudar para o Complexo do Alemão, vou ficar lá uma semana e vou procurar entender um pouco mais a lógica de acontecimentos daquele lugar (DEPOIMENTO extraído do primeiro episódio).

Na entrevista concedida a Abujamra, Beto salienta que para ele, e para toda Corporação Policial, as intervenções nas favelas em 2010 não só representaram um processo de “recuperação de território” pelo Estado, mas também uma forma de elevação da autoestima do policial (que, como será visto logo adiante, é construído no discurso de Beto como um agente que presta não só um serviço de manutenção da ordem pública à população, mas também atua/deve atuar como um “cuidador”/“parceiro” - aos moldes de um sistema de policiamento comunitário). Em entrevista concedida à revista *Época* em 27 de janeiro de 2011, pouco antes do lançamento de *Papo de Polícia*, Beto discorre sobre essa questão:

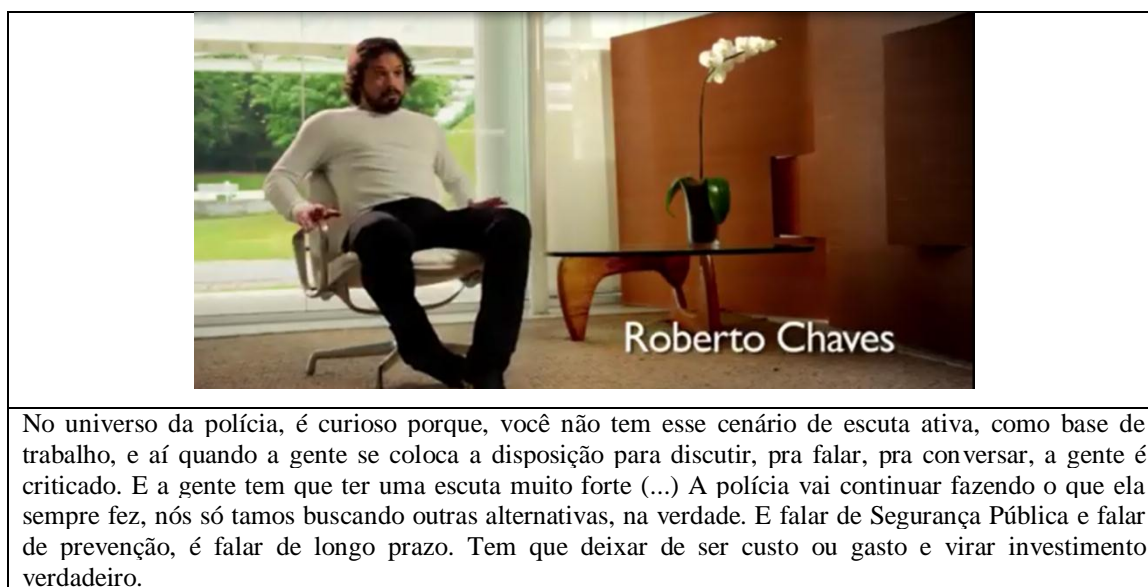
A última operação na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, em novembro, foi um marco na história da polícia. Um dos motivos é a mudança do olhar da sociedade para nós. Quer um exemplo? Quando chegamos na Vila Cruzeiro, a população do morro e do asfalto nos aplaudiu. Lembro de uma senhora que vibrava como se fôssemos grandes heróis. Me dá até um arrepio lembrar. Nossa responsabilidade é maior quando contamos com a confiança dessas pessoas (*ÉPOCA*, 27/01/11)

Se Beto destaca que as operações desse período representaram para a polícia uma forma de reconquista do reconhecimento social que havia sido perdido após décadas de controle das favelas por parte de grupos de traficantes armados, também reforça que as intervenções se deram segundo as prescrições da lei, algo incomum nas operações da PM do Estado do Rio de Janeiro em favelas - que até então eram realizadas segundo um regime de repressão letal. Mas Beto destaca que essa forma distinta de ação da Polícia no contexto de ocupação dos morros não foi somente um marco para a Corporação, mas inclusive para a população do Estado (acostumada com a dinâmica de “acumulação social da violência” do Rio de Janeiro) que, vendo na televisão as cenas posteriormente alegorizadas dos traficantes fugindo da Vila Cruzeiro, desejavam que recaísse sobre eles uma justiça infinita própria de regimes de exceção (o que, segundo Beto, não ocorreu):

Naquela cena da TV, dos traficantes fugindo em fila indiana, quantas pessoas não se questionaram: ‘Cadê o helicóptero que não matou todos?’ Ouvi muito essa pergunta. Se tivéssemos feito aquilo teríamos jogado tudo fora. A ONU ia cair em cima da gente. Mas a sociedade clamava por isso. A mesma sociedade que teria nos chamado de assassinos se tivéssemos matado todos (*ÉPOCA*, 27/01/11).

Se as ocupações foram um marco como modelo de atuação policial, também representaram o ponto de partida de uma estratégia de revitalização e reintegração das favelas

cariocas, iniciadas a partir do projeto das Unidades de Polícia Pacificadora, em que se pensava na inserção dentro das favelas de postos policiais baseados na “pacificação” dos morros e na “prevenção” de delitos futuros, em uma lógica distinta do que havia sido feito até então pelo Governo do Estado. Mais a frente (no quarto capítulo) o debate sobre as UPP’s será trazido à tona em minúcias, mas o que é importante nesse momento destacar é a maneira como esse novo sistema de intervenção oficial se aproxima da aliança (e mesmo partilha) que Beto advoga entre a população e os mecanismos de Segurança Pública. Em 2010, em um depoimento para a campanha publicitária da *Natura* intitulada “Movimento Natura – Histórias Inspiradoras”, esse policial expõe tal argumento, defendendo explicitamente uma reorientação das práticas de ação policial (questão que irá marcar toda sua discussão sobre temas relacionados à Segurança Pública, como a violência, o tráfico, etc):



No universo da polícia, é curioso porque, você não tem esse cenário de escuta ativa, como base de trabalho, e aí quando a gente se coloca a disposição para discutir, pra falar, pra conversar, a gente é criticado. E a gente tem que ter uma escuta muito forte (...) A polícia vai continuar fazendo o que ela sempre fez, nós só tamos buscando outras alternativas, na verdade. E falar de Segurança Pública e falar de prevenção, é falar de longo prazo. Tem que deixar de ser custo ou gasto e virar investimento verdadeiro.

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGENS extraídas do *Movimento Natura*⁸

Sob o prisma de reorientação da relação entre policiais e cidadãos sob a tutela dos direitos humanos e pautada por uma dinâmica de reciprocidade (alternativa ao cenário de mútua segregação e de reprodução de estereótipos), pode-se dizer que Beto Chaves, nos sete episódios da primeira temporada de *Papo de Polícia*, ao menos se esforça para adotar esta perspectiva de ação política ensejada pelo *Afroreggae*, como fica claro no debate final, apresentado no último episódio, entre ele e José Júnior, no qual o segundo o provoca entrando em cena com o uniforme da Polícia Civil e ele, em resposta, assegura que “todo cidadão deveria vestir este uniforme, que aí você cria esta história de *junção*” (DEPOIMENTO extraído do sétimo episódio). Nesse mesmo debate, outra fala de Beto Chaves é elucidativa

⁸Link para o vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=uo9wm2tN3KQ>>. Acesso em 10 nov 2014.

desta tentativa de construção de um campo comum instaurado entre sua referência institucional e seus interlocutores da periferia:



Olha que contradição: eu vejo num menino desses que segura uma arma de certa forma uma resistência. Mas eu vejo também num cara que acorda cinco e meia da manhã com sua marmitta de baixo do braço uma resistência. O que é contraditório até pra mim meu irmão, pensar nisso. Porque eu me coloquei na posição de um moleque desses. Eu sou filho da classe média. Eu não sou herói. Esses homens e mulheres, meninos e meninas que viveram sob a opressão do tráfico são heróis. Que resistem todos os dias. São heróis. Não sou eu, não são os policiais.

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do sétimo episódio de *Papo de Polícia*⁹

O que a fala de Beto Chaves deixa transparecer é um pretense desejo de se distanciar, ao longo das gravações do *Papo de Polícia*, das posturas que a polícia historicamente adotou em sua relação com moradores de periferia, pautadas pela intervenção pontual e hostil em pontos de narcotráfico e nos confrontos armados com criminosos alocados nos morros (lógica essa que, pelas lentes de Beto, só reforçaria o distanciamento mútuo entre organismos de Segurança Pública e habitantes de favela). Sua pretensão ao longo da trama é adotar outra conduta diante dos residentes do Complexo, mais afeita ao diálogo e a uma observação analítica do cotidiano em um cenário de pós-ocupação das favelas. Ele aposta, nesse sentido (como já comentado), em não revelar de imediato sua posição profissional para nenhum dos sujeitos que entrevista, enredando-os com seu carisma e com grande habilidade de elaborar uma cena discursiva na qual busca jogar com possíveis elementos geradores de identificação junto aos moradores, fazendo-os acreditar que são iguais, ou seja, nas cenas criadas entre Beto e os residentes do Complexo, se esboçaria em contornos ainda rudimentares, a “partilha” entre cidadãos e policiais que ele propõe como meta profissional. Mas essa cena retórica e sedutora que é criada para as interações de *Papo de Polícia* seria a encarnação dessa aliança polícia/comunidade que Beto Chaves advoga em suas aparições nos *media*? Evidente que esse movimento não é isento de tensões e ainda será objeto de debate refletir se de fato esse esforço do protagonista extravasa o âmbito das pretensões estipuladas pelo roteiro da trama.

⁹ Link para o vídeo: <<https://www.youtube.com/watch?v=FGufAwxChHU>> . Acesso em 24 nov 2014.

Mas como e por que Beto Chaves constrói esse discurso em meio ao universo de práticas repressivas policiais socialmente legitimadas? O argumento intrínseco a esse enredo tem como centro convergente a prévia exposição de Beto Chaves na mídia e sua construção enquanto figura pública, com um discurso que progressivamente o torna relativamente independente da Corporação Policial e até mesmo o demarca de forma autônoma como uma inspiração para a renovação das propostas no âmbito da Segurança Pública. A opinião desse policial civil se descola de uma ligação direta com a organização da qual faz parte no processo em que adentra em um sistema de fluxos midiáticos que permitem que seu discurso seja tematicamente enquadrado em uma agenda ampla de discussões polêmicas (a violência, a repressão policial, o desarmamento, o tráfico). Uma vez posicionado nesse espaço de visibilidade, ele se vê obrigado a responder, edificando uma imagem pública de si envolta em “figurações comunicativas¹⁰” (HEPP; HASEBRINK, 2013), nas quais diferentes exposições em diferentes interações midiáticas possibilitam o reconhecimento exponencial desse sujeito enquanto alguém apto (e competente) a percorrer esses espaços de debate com um elenco de discussões já sedimentado. Assim, na medida em que Beto vai conformando midiaticamente sua voz pública (e vai sendo bem-sucedido nessas exposições aos *media*), vai progressivamente adequando seu discurso às exigências temáticas das reportagens e aos programas de entrevistas em que é convidado a falar.

Nas diversas ocasiões em que fora convocado pelos *media* para discursar sobre Segurança Pública e sobre suas intervenções midiáticas (a exemplo de *Papo de Polícia*), Beto reforça continuamente que sua autonomia (ou ainda certa independência) do discurso oficial da Corporação Policial fora conquistada por uma árdua tenacidade e contínua superação - e não em decorrência de atos transgressivos. Essa dedicação hercúlea, no discurso de Beto, assume duas facetas, sendo que ambas coadunam para que ele emergja como o resultado de uma história bem sucedida de luta contra práticas repressivas (oriundas, segundo ele, dos primórdios da Corporação Policial – como ele deixa claro em sua entrevista à *Época*¹¹), em direção a uma sociedade mais justa e amparada por uma “comunhão” entre policiais e

¹⁰ Para esses autores, uma “figuração comunicativa” é definida como “padrões de processos comunicativos entrelaçados que existem através de diversas mídias e que possuem um enquadramento temático que guia a ação comunicativa. Dentro e através dessas figurações comunicativas, os humanos constroem suas interações simbólicas e suas realidades socioculturais simbolicamente significativas” (HEPP; HASEBRINK, 2013, p.12)

¹¹ Segundo Beto Chaves: “A polícia civil do Rio é a instituição policial mais antiga do país, com 202 anos. Quando Dom João VI veio para cá fugido de Napoleão, ele tinha medo de uma invasão francesa e dos próprios moradores da colônia. Ele criou o embrião da polícia civil. Não para proteger a sociedade brasileira, mas para se proteger. Na história recente, a mesma coisa aconteceu na ditadura militar. Éramos usados como instrumento de repressão do Estado. A polícia vira “cidadã” com a Constituição de 1988. Faz só 22 anos. Antes disso, era pé na porta e tortura. Nossa democracia é nova. A mudança leva um tempo” (ÉPOCA, 27/01/11).

cidadãos, projeto de vida que ele mesmo define como deveras utópico, como fica claro na conversa com Abujamra para o programa *Provocações*. Em suas palavras: “O Wally Salomão tinha um pensamento que eu acho fantástico, e que ele dizia o seguinte... eu vou tentar traduzir, era alguma coisa como: os meus pés estão sempre no chão, mas os meus pensamentos eu gosto que eles avoem. Eu sou essa pessoa” (DEPOIMENTO extraído do programa *Provocações*).

Uma primeira instância convocada por Beto para amparar moralmente seu discurso público de independência decorrente de todo um percurso combativo e inventivo é de ordem pessoal. Em depoimento para a campanha publicitária da *Natura*, Beto retoma essa dimensão:

Bom, eu sou do Rio, meu pai é da marinha, minha mãe dona de casa. Fiz escola técnica, fui parar no comércio. Comecei a gerenciar a parte de compras de uma loja de materiais de construção que era muito próxima a uma comunidade mais pobre no Rio. De repente eu vou pra faculdade, vou fazer direito, e no meio da faculdade de direito, é curioso porque eu queria ser defensor público, e aí pinta o concurso pra polícia. E passo na prova pra Polícia Civil do Rio. E na minha primeira operação policial a gente infelizmente tem três vítimas. Aquilo ali pra mim foi complicado de administrar né. Naquele momento eu até sentia um certo sentimento de orgulho pelo cumprimento do dever, pela missão cumprida, de você em tese ter menos três bandidos. E era minha primeira operação. E dentro de mim pintou uma intranquilidade gigantesca. Essa intranquilidade e essa indignação, essa inquietude, me movimentava para que a gente pudesse fazer alguma coisa diferente. Porque na minha cabeça era inadmissível que meu fuzil falasse mais alto que eu mesmo (DEPOIMENTO extraído do *Movimento Natura*).

Percebe-se que há na própria construção da trajetória desse sujeito um entrelaçamento convergente entre sua biografia, seu envolvimento com a polícia, seu anseio por justiça e pela transformação das relações estabelecidas entre os organismos de Segurança Pública e a população (principalmente a população economicamente desprivilegiada que reside em grandes centros). Sob essa angulação, soa como se a motivação social de Beto fosse derivada de uma profunda insistência e de autodeterminação que persistiram desde sua juventude¹².

A segunda face dessa história de triunfo construída pelo protagonista de *Papo de Polícia*, que o autoriza a atuar com certa independência do discurso oficial da Corporação Policial sem que seja visto como um profissional subversivo, deriva, segundo o próprio, de um respeito dos pares. Em entrevista concedida à *Época*, Beto diz: “Sou tido como ‘operacional’, então tenho respeito dos meus pares para além do trabalho que faço no *Papo de Resposta*. Mas isso agora. No começo, diziam que eu não sabia se era defensor público, assistente social, psicólogo ou pedagogo” (*ÉPOCA*, 27/01/2011). Essa autonomia conquistada

¹² Na entrevista para a *Época*, em 27/01/11, Beto afirma em ambiente familiar ele é reconhecido por sua mãe como um “He-man”, um herói, devido a essa tenacidade em um terreno tão hostil e pautado por conflitos armados.

o credencia inclusive a agir profissionalmente como cidadão, e não como um policial nos moldes estereotípicos, segundo o próprio define em sua entrevista com *Jô Soares* em 24 de março de 2011.

E em contornos amplos, qual a lógica argumentativa pública sustentada por Beto que torna sua perspectiva de apreensão das relações entre os órgãos de Segurança e a população economicamente desfavorecida tão próxima ao projeto político que ampara a proposta do *Afroreggae* com a primeira temporada de *Papo de Polícia*? O policial delineia em suas diversas entrevistas, como foi dito, um cenário de mútuo afastamento e tipificação entre criminosos e policiais, com entrincheiramento de ambos os lados e uma escalada contínua de repressão. Reconhece a herança opressiva da polícia que ainda persiste no discurso da Corporação (em entrevista ao programa *Provocações* da TV Cultura, por exemplo, Beto reflete sob o atrelamento entre policiamento ostensivo e a cultura policial, que associa o oficial a um “guerreiro”), mas ao mesmo tempo aponta que os mecanismos de Segurança Pública são instados e cobrados de agir onde falharam diversos outros setores, resultando nos sucessivos e intermináveis confrontos letais que envolvem os marginalizados e os oficiais:

Um menino de 12 anos com uma pistola chinesa nas mãos. Isso é responsabilidade da polícia? Olha o que falhou antes. Falhou educação, saúde, trabalho, saneamento, habitação, família, transporte. Aí chamam a polícia. O menino levanta a arma pra mim e atira. Faço o que com ele? Atiro de volta. No caso de graças a deus prendermos esse garoto, o que o sistema penitenciário faz com ele? Vai reeducá-lo? Vai ressocializá-lo? Me diz: sou eu que tenho os meios para lidar com esse menino de arma na mão? (ÉPOCA, 27/01/11).

Contra a disjunção total alimentada em círculo vicioso, Beto cristalizou uma alternativa, ancorada no ideal de um policiamento baseado em prevenção e na edificação de relações humanas que transcendam as formas simplificadas de mútuo apartamento entre policiais e cidadãos de um Estado de direito (projeto esse levado a cabo também pelo *Papo de Resposta*). Somente o desmantelamento das barreiras entre essas instâncias poderia alimentar interações mais paritárias entre ambas (tal qual Beto se esforça por forjar em seus encontros com os moradores do Complexo do Alemão sem revelar, de partida, sua identidade profissional), com conseqüente reconhecimento do papel do policial como um “cuidador” aliado à população. Esse raciocínio é nítido em um momento da entrevista que Beto concede a Abujamra no programa *Provocações*:



O problema é que, de alguma forma como os “capitães do mato”, a nossa cultura nos impõe um distanciamento (...) “Nós” e “vocês”. Na verdade é um corpo único. E o distanciamento só serve pra dividir a gente. Se eu me entendo como cuidador, e você se entende como cuidado, e se você se entende como cuidador, e eu me entendo como cuidado, existe uma sinergia.

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGENS extraídas do programa *Provocações*¹³

A via apontada por Beto, sustentada pela perspectiva de uma “comunhão” entre policiais e moradores de comunidades carentes, e que em alguma medida se atrela a proposta do *Afroreggae* com o programa *Papo de Polícia*, resulta em uma série de consequências para a condução do programa, como será averiguado adiante.

A “aliança” entre policiais e cidadãos, apontada por Beto como movimento de resistência às práticas de mútua exclusão vigentes, visa torna-los “parceiros” (reciprocamente implicados) na edificação de um “mundo comum”. Tal definição estreita laços com uma forma específica de apreender as práticas comunicativas, percebidas como “ação em comum”, e será o ponto do primeiro capítulo esmiuçar as características dessa maneira de teorizar a comunicação, algo que, de alguma maneira, está latente no horizonte da “utopia” que Beto Chaves quer verificar em *Papo de Polícia*. Logo em seguida, no segundo capítulo, as implicações dessa visada “relacional” da comunicação serão contrastadas com outra maneira de perceber o “comum” inerente aos processos interacionais: um comum fraturado, cindido entre as premissas que governam uma ação mutuamente referida (que presumem compreensão recíproca e certa igualdade de entendimento), e as geometrias e formas de distribuir os termos do comum que hierarquizam os corpos e mesmo engolfam seus intervalos sob o ideal de uma aliança entre supostos parceiros. Nessa perspectiva, a fictícia neutralidade e naturalidade do comum deve ser desmantelada por práticas agonísticas e provisórias de verificação do “comum” e daqueles que até então eram autorizados a figurar e atuar nele (algo que extrapola a discordância de opiniões de “aliados” em comunhão). Um autor de referência a essa seção será o filósofo francês Jacques Rancière, primordialmente através da incursão em suas teorizações sobre o caráter dissensual da política.

¹³ Link para o vídeo: < <https://www.youtube.com/watch?v=rQsUCZkPBgU>>. Acesso em 20 out 2014.

Sob esse conjunto de pressupostos de ordem epistemológica, um capítulo específico (o terceiro) será dedicado a delinear os recursos metodológicos empregados para escrutinar as imagens de *Papo de Polícia*. Extravassando as expectativas de Beto Chaves e do próprio *Afroreggae* com relação ao programa, o que as imagens em si mesmas solicitam do espectador? Adentrar na paisagem entrevista por essa interrogação exigirá um conjunto de operadores que permitirão “abrir o olhar” para os elementos que a compõe, o dispositivo que acolhe o programa (dispositivo que opera no afastamento fundante entre policial e moradores) - acionando ingredientes do gênero *reality*, do documentário, bem como do *jogo* entre formas de saber que organizam e conduzem situações, e também os gestos, posturas e lugares de fala e de escuta que permeiam as interações (mediadas por um roteiro) do protagonista da série com seus interlocutores do Complexo do Alemão. Serão desconstruídas as diferentes facetas desse dispositivo estruturador da trama, que envolvem suas particularidades enquanto atração comercial veiculada em uma emissora de televisão focada no entretenimento, bem com seus contornos morais, que dizem respeito às preocupações dos realizadores da proposta e do protagonista escolhido para a temporada. Também interessa aqui refletir sobre um meio de visualizar certa “politicidade sensível” nas cenas, apreendidas primordialmente a partir de sua desarmonia com esses elementos configuradores do programa, possibilitando a recriação, através da interação inusitada, de vozes e rostos, devolvendo-lhes nuances e facetas até então não levadas em consideração.

Os capítulos dedicados propriamente à análise serão antecedidos por um breve preâmbulo dedicado a esboçar, por meio de retomada histórica, as feições dos artífices da violência urbana no Rio de Janeiro, e suas disposições em um cenário contemporâneo de “pacificação” das favelas (iniciado com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007) que também é acionado ao longo de *Papo de Polícia*. Na incursão ao programa em si, duas seções apontam formas distintas de percorrer a trilha das imagens deixadas por ele e as interações que conformam suas cenas: em um primeiro investimento, caberá observar as manifestações da conjunção operada pelo dispositivo da trama, que enseja ora uma “comunhão” entre moradores e policiais, ora a exposição, pelas palavras e gestos dos habitantes do Complexo, de revolta em decorrência de um quadro de carências de recursos materiais e simbólicos. As cenas selecionadas para análise foram majoritariamente aquelas em que o protagonista interage com moradores e posteriormente revela a eles sua profissão, pois se acredita que nessas ocasiões será possível perceber, em distintos matizes, o que o dispositivo de *Papo de Polícia* enseja do espectador, e como algumas imagens conformam esse enquadramento. Será importante também detalhar como nessas cenas há a

materialização, pelo dimensionamento de tempos e espaços, de um distanciamento entre Beto Chaves e seus interlocutores.

Para o último capítulo, foram selecionadas quatro cenas que desestabilizam, ainda que parcialmente, o dispositivo construído para o programa. Perceber-se-á que nessas ocasiões se torna possível colocar em suspenso, e mesmo sob verificação o “comum” que até então embasara a maior parte das interações no programa. O foco nessa seção serão situações em que os habitantes do Complexo do Alemão, através de suas expressões gestuais e/ou discursivas, operam dissonâncias ao desfecho harmônico das entrevistas que o roteiro da série procura sustentar.

1. Uma comunhão entre parceiros?

Como abordado na introdução, em suas oportunidades de aparição pública em diferentes veículos midiáticos, Beto Chaves, o protagonista de *Papo de Polícia*, constrói um discurso sobre si mesmo caracterizado por uma postura crítica e reflexiva diante das técnicas de intervenção em regiões periféricas adotadas pela Corporação Policial, marcadas, sobretudo, por atuação ostensiva. Sua autonomização da Instituição do qual faz parte, contudo, é tão somente parcial, tendo em vista que esse ator não abandona sua carreira e muito menos recrimina a função de manutenção da ordem atrelada a ela. O que demarca a constituição desse sujeito enquanto figura pública é, especialmente, sua argumentação em favor de um modelo de policiamento alternativo às estratégias vigentes, pautado, sobretudo, por uma política de ação preventiva e pela utopia de um “pacto” selado entre a população de subúrbios e as instâncias da Segurança Pública - pacto esse que desmantelaria as práticas de exclusão recíproca que historicamente constituíram as interações entre policiais e habitantes de favelas.

Como será visto no terceiro capítulo dessa pesquisa, esse projeto profissional de Beto Chaves de algum modo envolve a trama de *Papo de Polícia* e seu dispositivo condutor (solicitando, na esteira, uma reação no espectador da série), mas o que nos interessa agora descortinar são os sentidos impressos nesse ideal de “harmonização” materializado nos discursos públicos desse policial civil, ideal esse que propõe a sedimentação de um “mundo comum” no qual oficiais de Segurança Pública e moradores de periferia possam agir coordenadamente, como parceiros de uma mesma cena comunicativa. Para entender quais as implicações desse discurso, será proposto inicialmente um desvio, no intuito de vasculhar, a partir dos estudos em Comunicação, quais as características dessa visada “relacional” das interações sociais, de modo a apontar as consequências dessa forma de ler os processos comunicacionais no âmbito de situações de conflito ou opressão (como as que demarcam os contatos entre a Corporação Policial e os habitantes dos morros em metrópoles brasileiras).

1.2 – Figuras do “comum” na comunicação: da partilha no agir em comum

No âmbito dos estudos em Comunicação, a apreensão das características inerentes aos processos interacionais derivam sobremaneira da forma como a noção mesmo de comunicação é entendida. Raymond Williams (2007), em seu dicionário de palavras-chave acerca da cultura e da sociedade, define comunicação, em seu sentido moderno, como “tornar comum a muitos, compartilhar”. Mas esta acepção do termo, que aparece na linguagem francesa na segunda metade do século XIV, sofre notáveis modificações, indo do “participar

de uma notícia” do século XVI ao “transmitir doenças” – até alcançar os “vasos comunicantes” do XVIII, segundo Winkin (1998). Na língua inglesa, a trajetória é análoga, e o desenvolvimento dos meios de transporte e de condução de eletricidade também no século XVII foram o carro-chefe da abstração geral de “comunicação” enquanto sinônimo de canais, estradas e ferrovias. O “partilhar”, diacronicamente, torna-se sentido secundário de usos que circulam no limiar do “transmitir”. Assim, no início do XIX, não só vias de transporte são “meios de comunicação”, mas também os primeiros sistemas telegráficos eletromagnéticos, os telefones, mídias... A pluralização da concepção de transferência de um meio para o outro é disseminada com o início do advento da globalização no final do século XIX e princípio do XX, como discorre Thompson (2009).

Essa divergência etimológica na acepção do termo comunicação, oscilando da partilha à transferência, ampara uma gama ampla de debates que procuram distinguir um entendimento matemático-informacional da comunicação de uma abordagem dialógica, relacional, praxiológica. O sentido de comunicação ligado à transmissão se caracteriza por unidirecionalidade, pelo caráter intencional do processo e pela boa decodificação da mensagem (com diminuição progressiva dos valores de ruído), tendo a língua como ferramenta apropriada à designação de entidades do mundo e necessária a construção de representações adequadas de suas propriedades. Dentre os autores que teorizaram a partir desse modelo telegráfico do processo comunicativo, os mais mencionados são Claude Shannon e Warren Weaver (particularmente em seu livro *The Mathematical Theory of Communication*, de 1963) e o linguista estruturalista Roman Jakobson.

No que diz respeito à leitura da noção de comunicação pelo prisma da “partilha”, é pertinente retomar a leitura feita em Martino (2001) que, em um texto dedicado a esmiuçar a polissemia de acepções de comunicação, concebe o termo, em sua origem no latim (*communicatio*) como uma “atividade realizada conjuntamente”, e atribui esse primeiro sentido ao vocabulário religioso que o originou. Segundo esse autor, no cristianismo antigo, em que a vida eclesíastica era pautada por contemplação e isolamento – elementos considerados essenciais para o contato com Deus -, havia duas formas preponderantes de interpretar a conjugação dessas virtudes: de um lado, os anacoretas adotavam uma vida em completa solidão; de outro, os cenobitas se devotavam a uma experiência em comunidade, seja em conventos ou mosteiros (que também eram conhecidos como cenóbios, o que, em uma tradução livre, significaria “lugar onde se vive em comum”). Nos mosteiros dos cenobitas desponta uma prática que foi nomeada como *communicatio*, que é o ato de “tomar a refeição da noite em comum”, “cuja peculiaridade evidentemente não recai sobre a banalidade

do ato de ‘comer’, mas de fazê-lo ‘juntamente com outros’, reunindo então aqueles que se encontravam isolados” (MARTINO, 2001, p.13). O propósito dessa prática era o de romper o isolamento em que viviam os monges, e sua originalidade impunha que uma nova palavra fosse forjada para exprimir o ato.

Desse resgate etimológico da raiz do termo comunicação, Martino (2001) infere um conjunto de implicações para o entendimento dos processos comunicativos: 1) comunicação designa relações onde hajam elementos que se destacam de um fundo de isolamento; 2) há a intenção de romper o isolamento; 3) há uma realização em comum. Cabe destacar que quando se menciona que o ato comunicativo envolve algo em “comum”, essa partilha não é da ordem de uma similaridade de características ou propriedades entre elementos díspares, já que a comunicação não diz respeito à essência ou aos atributos das coisas. Do mesmo modo, o “comum” não tangencia a pertença a uma mesma comunidade, ou mesmo a participação em um hábito ou tarefa grupal. Na própria etimologia do termo, Martino (2001) frisa, a ideia de comunicação já está vinculada ao produto de um encontro social. Esse entendimento também é manifesto pela decomposição do termo nos radicais “comum + ação”, onde o significado da “ação em comum” é o de uma ação realizada sobre outrem em uma situação de encontro.

Embora a ideia de “comunhão” ou “aliança” religiosa oriunda da acepção original da comunicação resida em poucos autores, a exemplo da filosofia do diálogo de Martin Buber (2003) (que advoga que o contato com o divino acontece em uma interlocução genuína com a alteridade), a percepção do processo comunicativo como uma “ação em comum” ou mutuamente referenciada ampara direta ou indiretamente uma vasta cadeia de perspectivas teóricas, que vão do pragmatismo à Escola de Chicago, a hermenêutica, a estética da recepção, a matrizes da Teoria Crítica, a filosofia política, aos Estudos Culturais, de modo que seria impossível delinear em minúcias como em cada uma dessas vertentes é configurada essa acepção da comunicação. Apesar disso, é possível delinear alguns dos componentes centrais dessa linha de compreensão: 1) a construção comum e contextual do sentido; 2) a fundação da identificação subjetiva através da interlocução; 3) a determinação relativa do mundo comum por meio de modelagem mútua.

Na obra *Experiência e Natureza*, publicada em 1929, John Dewey define comunicação como aquilo que torna possível a participação e o ato de compartilhar. Segundo o autor, pela comunicação os eventos se tornam objetos (coisas que possuem significado), e que podem fornecer informações em um contexto no qual adquirem novos modos de operação e novas propriedades (significados encarnados que podem inclusive ser ensinados e aprendidos). Segundo Dewey (1980), a atividade humana é participante, pois as ações comunicativas são

condicionadas pela percepção da situação a qual serve de espaço comum aos interlocutores, e se distinguem dos reflexos sinalizadores presentes em animais, que seriam egocêntricos, pois não gerariam um pensamento especulativo em que o animal agiria em função de uma situação na qual diversas partes intercambiam, ou seja, o seu gesto não é motivado por outrem e não leva a internalização das possíveis respostas desse outro.

O argumento de Dewey leva à constatação de que, se todas as coisas possuem uma potencial comunicabilidade, ou seja, se todas as coisas podem fazer parte do discurso, então um fenômeno possui sentido em função daquilo que é possível na relação com ele. Em outras palavras, na “ação em comum” que caracteriza o fenômeno comunicativo desponta o significado como “aquisição de significação pelas coisas enquanto tornando possível e realizando a cooperação coparticipada” (DEWEY, 1980, p.37).

O segundo ponto acima destacado que integra uma visão da comunicação de um prisma relacional toca a emergência da identificação pessoal dos sujeitos (parceiros de interlocução) pela via das interações. Dentre os autores que trabalharam sob esse horizonte, Francis Jacques, em uma obra de 1982, intitulada *Différence et Subjectivité*, define um primado relacional para as interações humanas. Segundo esse autor, a relação é uma realidade emergente que constitui os termos que a compõem. A relação é primitiva e locutor e destinatário são conceitos derivados. Destarte, a interlocução é considerada por Jacques não só como uma condição necessária à emergência do sentido¹⁴, mas também, conseqüentemente, como uma forma a priori da experiência.

Sendo a relação o primado na antropologia de Jacques, o autor aponta que, pela atividade conjunta, cooperativa, de transação semântica, é que emergiria propriamente o processo de construção da subjetividade. Para esse filósofo, o sujeito não é constituído, ele se institui como agente da comunicação, e resulta de um trabalho de identificação que está subordinado a metamorfoses, à pesquisa de princípios que orientam as escolhas e determinam as responsabilidades assumidas. Comentando Jacques, Silva discorre que “o ser pessoal não está dado à partida, mas deve ser assumido como uma tarefa derivada da interlocução” (2006, p.77). Deriva-se desse ponto de vista que a identificação é um longo esforço nunca encerrado que depende, sobretudo, de uma alteridade para se concretizar através das práticas comunicativas.

¹⁴ Em Jacques, como Silva (2006) salienta, “a pessoa do outro faz ato de presença através da palavra que me dirige e que, simultaneamente, concorre para dar sentido à minha própria expressão, de tal forma que é dessa cooperação [obra comum do sentido] que o ‘fenômeno da significação se chega a inscrever no ser’” (p.71). Destarte, em Jacques, assim como em Dewey, se credita à práxis comunicativa a edificação dos processos de significação, tendo em vista que é dessa práxis que o mundo se tornaria comum.

O último dos três pontos elencados acima é desenvolvido mais cuidadosamente em um texto já paradigmático publicado em 1991 pelo sociólogo francês Louis Quéré. No referido trabalho o autor, inspirado em Mead, Habermas e Arendt se propõe a delimitar uma abordagem comunicacional adequada à apreensão da atividade de organização social, estabelecendo a comunicação como lugar da constituição social dos fenômenos. Para Quéré, a comunicação se torna uma questão de modelagem mútua de um mundo comum em meio a uma ação conjugada, que abarca a edificação de uma perspectiva comum. Tal perspectiva comum possibilita aos parceiros especificar a forma empregada para interagirem uns com os outros e com o mundo. Assim, constroem, “de maneira coordenada e de acordo com o modo do ‘sentido encarnado’, aquilo que eles tornam a si mesmos manifesto ou sensível na interação: a saber, uma maneira de se ligar, uma estrutura de expectativas recíprocas, um mundo e um horizonte comuns, e seguramente um conteúdo da comunicação” (QUÉRÉ, 1995, p.118). Quando fala em perspectiva comum, Quéré entretanto alerta que ela não corresponde a uma concordância de pensamentos ou opiniões, muito menos uma convergência de pontos de vista, mas sim a construção conjugada de um lugar comum a partir do qual ocorrerá uma relação de interlocutores, uma interlocução com o mundo e uma ordenação das ações recíprocas. Ou seja, é possível conjugar sob uma mesma focalização discordâncias de opiniões entre os envolvidos nela.

No desenrolar do artigo, o sociólogo francês elenca os ingredientes que conformam a noção de um “mundo comum” edificado em uma situação comunicativa. Frisa que os elementos do ambiente se tornam visíveis em sua aparição na ação em curso, e que esta ação faz emergir “seu” mundo, com os primeiros planos e os horizontes, os estados de coisas e as esperas. Destaca também que a intenção é encarnada na ação que a exprime, ou seja, as intenções dos agentes não existem previamente à ação comunicativa. Elas adquirem sentido no curso da ação conversacional, e os interlocutores atribuem sentido às ações segundo a leitura dessas intenções manifestas. Sobre a disposição dos agentes em comunicação, Quéré caminha na esteira de Jacques asseverando que os parceiros em uma interação se constituem reciprocamente como sujeitos da ação, com um espaço de intervenção e de responsabilidade recíprocas (tendo a linguagem como peça chave para qualificação dos atos e comportamentos uns dos outros). Assim, cada situação de interação requer que uma relação seja construída como condição de possibilidade e componente de uma ação conjunta. “É na e pela maneira com que as pessoas configuram suas relações recíprocas na troca, que elas tornam mutuamente sensível ou manifesto o laço social que as une” (QUÉRÉ, 1995, p.123).

A perspectiva defendida por Quéré (nomeada por ele de paradigma praxiológico, pois ligado à práxis) é a de um relativismo objetivo, que aprecia o ambiente humano como real e objetivo, mas intrinsecamente condicionado por uma perspectiva comum edificada no seio de uma comunidade de linguagem e de ação que esse ambiente incorpora para sedimentar a identidade e a objetividade do mundo. Por essa guinada, não existe realidade em si, mas somente coisas determinadas em seu curso por uma interação com os agentes dotados da capacidade de percepção, seleção e um poder de simbolização¹⁵; sendo assim, o caráter social das ações e dos acontecimentos é uma realização coordenada sob um terreno familiar e “conhecido em comum” com os outros.

Como ficou evidente, Dewey, Jacques e Quéré partilham, ainda que com gradações variadas, a definição de comunicação como “atividade realizada conjuntamente” ou “ação em comum”, e fundam sua grade conceitual tomando por base essa decisão. A noção de “comum” a qual todos eles se referenciam, derivada da ideia de “ação em comum” oriunda da raiz etimológica do termo comunicação, norteia uma forma de lidar com as interações comunicativas que valoriza amplamente o modo como elas se desenham enquanto instâncias fulcrais na edificação de um “mundo partilhado”. Nesse sentido, o “comum” implicado na “comunicação” é o que permite a construção contextualmente coordenada e orientada de significância (Dewey); o processo permanente de identificação pessoal decorrente da práxis relacional (Jacques); a consolidação de um “mundo comum” ancorado nas práticas encarnadas dos envolvidos em construir a realidade social (Quéré).

Se a averiguação das potencialidades de apreensão do comum em uma abordagem relacional da comunicação fosse encerrada neste ponto, as interações comunicativas poderiam ser tratadas como um ambiente no qual não haveria interposições de outras ordens que não aquelas responsáveis pela construção tentativa de propósitos, de ações e de identificações conjugadas que permitiram a resolução de necessidades práticas destravadas nos episódios de interação. Mas bem sabemos que é notório o fato de que nem sempre todo o conjunto de interlocutores agenciados em uma situação comunicativa é convocado a resolver as adversidades que envolvem a sedimentação de uma “focalização em comum”. Tal direito (ou ausência de direito) de intervenção na resolução compartilhada de adversidades em um ambiente de comunicação não é a mesma coisa que a discordância de opiniões entre

¹⁵ Importante frisar que, para Quéré (1995), a linguagem é parte integrante da construção social da realidade, e serve aos agentes para articulação da experiência. Pela linguagem seria possível qualificar atos e os comportamentos de uns e de outros.

“parceiros” que se reconhecem reciprocamente. No que diz respeito ao objeto de análise dessa pesquisa, ficará claro no capítulo quatro que o contexto histórico que serve de referência à primeira temporada de *Papo de Polícia* (e que se conforma no dispositivo condutor da trama) não favorece a emergência de processos comunicativos entre atores reciprocamente autorizados a “agir em comum”. É evidente que entre policiais e moradores de periferia existem diferentes aspectos da experiência social que são vivenciados em comum (como o cotidiano de enfrentamentos entre narcotraficantes e agentes da Corporação Policial), mas as interações que se configuram através das relações entre esses atores, que transparecem também nas cenas de *Papo de Polícia*, objeto de atenção desse trabalho, não apontam para o horizonte da “comunhão” que transpõe fraturas historicamente cristalizadas, como transparece no discurso público de Beto Chaves delineado a partir de seu projeto profissional de policiamento preventivo.

Como será reforçado em ocasiões posteriores desse percurso de investigação, não se desconsidera o fato de que as estratégias de ação que Beto defende sejam menos opressoras que as práticas ostensivas atualmente em voga nos organismos de Segurança Pública (práticas essas que são particularmente hostis contra determinados “tipos” de sujeitos, como os moradores de favela – algo a ser tematizado no quarto capítulo). O que se quer frisar é que tais táticas alternativas de ação, que transparecem nas maneiras que Beto empregará para interagir com os habitantes do Complexo do Alemão no transcorrer de *Papo de Polícia*, não caminham na mesma direção dessa perspectiva “relacional” de apreensão das interações comunicativas, já que policiais e moradores de periferia não dispõem dos mesmos direitos no que diz respeito à edificação de um “mundo comum” via ação coordenada. Há outra dinâmica imposta nessa interposição à participação, que exige uma leitura do termo comunicação distinta da depreendida até aqui – e essa será a chave de discussão no próximo capítulo.

2. Da comunicação como disjunção

Quando se problematiza a dimensão do “comum” impressa na definição de comunicação anteriormente apresentada, é importante frisar uma vez mais que o foco de tensão não corresponde aos impasses à deliberação em torno de um assunto litigioso por parceiros que se reconhecem como mutuamente credenciados a atuar em uma situação de interação, mas, sobretudo, se dirige ao lugar de disputa configurado na delimitação de quem pode ou não participar de um espaço partilhado de interlocução comunicativa (sem que haja uma restrição simplificadora entre privilegiados e desprivilegiados, excluídos e incluídos).

Como ficou claro, o projeto de uma “aliança” assumida entre moradores de favela e policiais nas comunidades periféricas de centros urbanos, idealizado no discurso de Beto Chaves e vertido no dispositivo que conduz as cenas de *Papo de Polícia* (como será articulado no capítulo seguinte), favorece intervenções menos agressivas e opressoras com os estratos economicamente desprivilegiados, mas nem por isso tal projeto condiz com a noção do “agir em comum” tal qual vislumbrado pela leitura do termo comunicação em sua acepção relacional. Ainda que os contatos entre policiais e habitantes de subúrbios se configurem por uma ótica de prevenção, não é plausível supor que sob esse regime de atuação essas instâncias estarão credenciadas a edificar reciprocamente um mesmo mundo comum com iguais direitos nas cenas comunicativas as quais participam. Sendo assim, antes de olhar as imagens de *Papo de Polícia* e inferir acerca de seus modos de convocar o espectador, é fundamental esmiuçar outro entendimento das práticas comunicativas, mais atento às fraturas que se delineiam entre os pressupostos que imperam em uma cena de interação - que implicam graus variáveis de participação dos envolvidos em situações de encontro social (no intuito de edificar uma perspectiva comum à interlocução) - e os regimes de distribuição dos corpos e vozes nessas circunstâncias, responsáveis por distinguir (em muitos casos de forma coerciva) como e quais atores podem tomar parte no processo de interlocução.

Diversas matrizes de estudo têm-se articulado exatamente nesse mapa de referência, trazendo a baila, no processo, uma etimologia alternativa para a noção de comunicação. Winfried Nöth (2011), em um texto recente, retoma essa raiz sintática no intuito de extrair do termo um significado complementar às noções supracitadas que assinalam a dimensão do “fazer comum”. Para o autor, *communicare*, em latim, não se traduz somente como um “fazer comum”, mas também como algo oposto, da ordem da divisão. Em suas palavras, “enquanto o prefixo *com-* da palavra *compartilhar* implica a lógica da conjunção, o radical, *-partilhar*, com a sua referência à ideia de *partir* implicando ‘separação’, pertence à lógica da separação”

(NÖTH, 2011, p.87). Sendo assim, infere-se do argumento que tornar comum também implica a ideia de uma disjunção, de um separar-se ou desprender-se de algo, ou seja, abre-se terreno para uma tensão acerca do tipo de partilha inerente à práxis comunicativa.

As implicações dessa apreensão da noção de comunicação são perceptíveis em alguns autores contemporâneos, que mesmo que não tenham se dedicado mais explicitamente a debater o tema, de fato se avizinharam dele em passagens de suas obras. Em livro recente, Boltanski (2009), por exemplo, adentra nessa discussão ao apontar que um dos principais obstáculos a uma sociologia pragmática da crítica (seu projeto teórico) é a superestimação das capacidades possuídas pelos atores para criar significados via ação comunicativa coordenada. Segundo esse sociólogo francês, tal proposição conduziu a desmensurada primazia atribuída às descrições de fenômenos aparentemente conformados pela coordenação de “ações em comum”, enquanto que subvalorizou a incerteza e a “ameaça” que, de modo tácito e contínuo, assombram a vida social. Nas palavras de Boltanski: “é obvio que os atores, quando dispostos em uma disputa, desconectam eles mesmos dos compromissos práticos que mantiveram um curso de ação partilhado mais ou menos preservado, coordenado em torno de pontos de referência, cuja linhagem precisa ser examinada” (2009, p.57). Logo em seguida, complementa o raciocínio: “A crítica só se torna significativa com respeito à ordem que ela põe em crise, mas também, reciprocamente, o sistema o qual garante algo como a preservação da ordem só se torna totalmente significativo quando alguém percebe que ele é baseado em uma constante ameaça, apesar de desigualmente dependente de épocas e sociedades” (BOLTANSKI, 2009, p.57), sendo que a ameaça aqui emana da potência da crítica.

Já em filósofos inspirados no pensamento de Georges Bataille, como Jean-Luc Nancy, Roberto Esposito e Michel Blanchot, a noção disjuntiva de comunicação desponta tendo como pano de fundo um conjunto de reflexões sobre a ontologia da comunidade. Segundo esses autores, no conceito de “compartilhamento”, o “com” é associado exatamente à divisão. O compartilhamento implicaria então uma expropriação derivada da abertura ao comum¹⁶. Nesse não pertencimento em comum, o “comum” se resumiria a uma falta de individualidade (algo também vislumbrado pelos autores mencionados no capítulo anterior, que compreendem

¹⁶ Uma das alegorias mais empregadas para definir o processo comunicativo como “ação em comum” é proveniente da descrição de Winkin (1998), que se refere à comunicação como uma orquestra onde diferentes agentes tocam coordenadamente e mutuamente implicados uma mesma música com instrumentos distintos. Essa alegoria é invertida por autores como Nancy (2000), que pensam na música sendo tocada pela orquestra como uma ficção que mantém os agentes pretensamente sob uma “perspectiva comum”, embora o “comum” mesmo só se apresente quando a melodia acaba e os músicos são expostos sob o risco de dissolverem os laços que os mantém unidos em uma situação de encontro social.

a manifestação da identificação subjetiva não por meio das intenções prévias dos agentes, mas como realidade emergente ao processo de interlocução). Contudo, a “exposição ao comum” entrevista por esses filósofos também abrange o risco de dissolução das interações mantidas. Se, de um lado, a comunicação é condição basilar à transposição do nada inerente ao isolamento (o sujeito só o é em relação), há também que se considerar o risco permanente oriundo da interlocução: a comunicação não seria uma soma, mas uma subtração, que ocorre entre seres colocados em jogo, inclinados ambos sobre o nada da exposição em comum. Segundo Esposito “é este nada em comum que é o mundo prestes a nos comunalizar na condição de expostos a mais dura ausência de sentido e, contemporaneamente, à abertura de um sentido ainda impensado” (2007, p.30).

Para os autores acima elencados, a leitura disjuntiva do termo comunicação estreita mais laços com os riscos que estão implicados no processo de coordenação conjunta de ações do que com a prerrogativa de que na comunicação há, ainda que em baixa gradação, um tipo de coordenação através de uma perspectiva em comum (que extrai o agente de um fundo de isolamento). Tal constatação permite que se perceba que a interposição à expressão de interlocutores em uma situação de encontro social não são exceções derivadas de uma racionalidade estratégica (aos moldes habermasianos) ou de uma reciprocidade distorcida (deslocada do princípio partilhado das práticas), mas uma dimensão de fundamental importância para o entendimento do modo como o mundo comum se modela e da forma como seus sujeitos ganham o status de parceiros dignos.

O filósofo francês Jacques Rancière, ao longo de sua obra, se dedicou em diversos momentos a também problematizar a “participação” que está implicada nos episódios comunicativos. O universo partilhado de referências, segundo ele, não é somente um ponto de partida para a interação comunicativa, mas, sobretudo, é um lugar de disputa sobre quem detém ou não direitos de participar em um campo de interlocução. Segundo as premissas de uma visada “relacional” da comunicação, como anteriormente escrutinadas (premissas essas que estão subentendidas também na proposta que Beto Chaves, protagonista de *Papo de Polícia*, defende publicamente de uma aliança entre policiais e moradores de comunidades carentes), o que se tem é um campo de interação acionado a partir de uma coordenação de agentes já supostamente aptos a participar e “agir em comum”. Rancière (2007a) esmiúça diversas manifestações dessa “comunhão” entre parceiros de um ato comunicativo edificados em correlação com o ambiente que os acolhe. Sua questão norteadora diz respeito à forma de contar os iguais (interlocutores que conferem e se apropriam de significados do comum, que se constroem em reciprocidade de expectativas, etc). Sua primeira figura de “partilha” provém

da comunidade cristã. Contudo, o autor afirma que essa não é uma comunidade de iguais (integrados no encontro proporcionado pela *communicatio*), pois o que une os servos de Deus da comunidade monástica é a obediência à cruz e ao próximo (abandonar as próprias vontades e se entregar ao outro como escravos). “A comunidade de monges, a comunidade cristã por excelência, não está feita de iguais, mas sim de homens que são escravos uns dos outros” (RANCIÈRE, 2007a, p.56).

Em seguida, o autor retoma a “comunhão” da República de Platão. Esse governo também não é amparado pela igualdade de participação, mas sim por uma gama de hierarquias. Quando Solón, em 594 a.C, inicia um conjunto de reformas na Grécia antiga, que culminam com o processo de abolição da escravidão por dívidas, as cidades passam a comportar “uma massa de pobres impróprios para o exercício da lei e para o governo e que mesmo assim se encontram igualmente na polis. Homens livres, que reclamam para si o nome comum, o título comum da comunidade política: a liberdade” (RANCIÈRE, 2007a, p.12). Essa “massa” (o *demos* ou “povo”) que é vista como inapta a ter acesso ao poder, ao mesmo tempo possui a liberdade que a conduz a ansiar o mesmo espaço público daqueles que já tinham acesso à comunidade política. Platão assinalara que a participação popular com consequente operação do regime pela ocupação do centro da cidade e da partilha da vida pública levaria a uma democracia ruim, enquanto que uma boa democracia seria um sistema à distância do *demos*. Uma primeira racionalização encontrada para extirpar o povo da democracia seria então afirmar que esse povo não dispõe de tempo livre para discutir política, pois está envolvido com trabalho braçal. Como demonstra Rancière, Pisístrato (político tirano ateniense) “dava dinheiro aos pobres para que eles comprassem terras. A finalidade era dupla: que não percam tempo deambulando pela cidade, mas sim que permaneçam dispersos no campo; e que ao dispor de uma riqueza a sua medida (...), preocupados de seus assuntos privados, não tenham nem o desejo nem o tempo disponíveis para se ocupar das coisas comuns” (2007a, p.16). Uma segunda forma descoberta para afastar os pobres da democracia foi elaborar um mito, que diz que apesar de todos serem livres, cada um contribui com a sociedade a partir da natureza que lhe fora destinada: os trabalhadores teriam sido feitos de ferro e os governantes de ouro pelos deuses. Assim, é mantido um estado das coisas que é identificado como o lugar em que uma “natureza” desigual cria um senso empírico de fato, como argumenta Rancière (2009a). Nesse estado de coisas não conflituoso onde os desiguais devem acatar suas disposições no comum, todo mundo está incluído na estruturação da comunidade e o “mito” de homens feitos de diferentes metais abrigados em uma mesma cidade cria a impressão de que na comunidade política há um só povo. Assim se manifesta

uma “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2005), que é o procedimento de associar uma ocupação a um sujeito, de modo a enquadrá-lo nas capacidades que supostamente deveria possuir (e em outras de que não dispõe). A partilha do sensível liga a experiência a uma interpretação que faz com que ela tenha sentido.

As reformas de Solón inauguraram então um dano fundamental na vida pública, decorrente do fato de que aqueles que eram compreendidos como cidadãos (por sua liberdade equivalente), não eram contados na sociedade de modo semelhante como agentes do “comum”. Ansiava-se por uma ordem no qual não haveria espaço para brechas ou sujeitos que estariam para além das definições já prefiguradas. Nessa ordem, a cena comunicativa se configuraria primordialmente como um campo de discussões entre atores já supostamente aptos a participar e atuar no “comum”, em uma relação de igualdade e paridade que geralmente não é colocada em suspensão. Essa organização do comum é o constante dano que permeia a atividade política, qual seja: se o lugar que os interlocutores ocupam na cena pública de interação não é problematizado, então existem parcelas que não são contabilizadas como parte efetiva de uma comunidade, ou seja, há sujeitos que (apesar de aparentemente considerados) são vistos como incapazes de oferecer contribuições significativas para a vida em comum.

Mas há uma contradição nessa forma de disposição do “comum” sedimentado através desse dano fundamental. Para dizer a um trabalhador que ele não tem como tarefa o pensamento é preciso explicar a ele a lógica que governa a distinção entre os pensantes e os não pensantes¹⁷, e isso, tautologicamente, implicará que esse trabalhador pense para entender o argumento formulado, traduzindo para si o raciocínio que não deveria ser de sua posse. A conclusão de Rancière (2007a, 2010c) é que para afirmar a desigualdade é preciso pressupor a igualdade. Mas o que põe em marcha na explicação é uma desigualdade que depende de um esforço de racionalização (por meio de mitos ou apelando à natureza), para que possa ser levada a cabo, tendo em vista que a desigualdade, como foi visto, não possui razão inerente. Portanto, a igualdade presumida de entendimento (um “comum” de base) corrói toda a ordem natural (que divide o “comum” entre partes hierarquizadas e geometricamente distribuídas), expondo sua contingência última. Como Rancière desenvolve em *O Mestre Ignorante* (2002), na reunião de sujeitos há diversas inteligências em contato, e não uma única inteligência

¹⁷ Rancière detalha da seguinte forma o mecanismo de explicação da desigualdade: “Eu explico uma frase a alguém porque suponho que essa pessoa não a compreenderia se não a explicasse. Ou seja, eu a explico que, se eu não a explicasse, ela não compreenderia. Em breve, eu a explico que é menos inteligente que eu e que é por isso que merece estar aí e eu onde estou. A relação social se sustenta em virtude dessa operação sem fim de consentimento” (RANCIÈRE, 2007a, p.65).

correspondente à reunião. Não existe qualquer racionalidade no conjunto social, ele existe de modo arbitrário (através de convenções) e não por uma necessidade histórica qualquer. E só seria possível fundar uma natureza nele no caso de tomarmos como pressuposto a desigualdade das inteligências, em uma ficção política como alienação original da razão. “Se as circunstâncias e as convenções separam e hierarquizam os homens, criando a dominação e forçando à obediência, é porque elas são as únicas a poder fazê-lo. É precisamente porque nós somos todos iguais por natureza que devemos ser todos desiguais pelas circunstâncias” (RANCIÈRE, 2002, p.96).

A conclusão a qual chega esse filósofo francês é a de que a disposição dos corpos em um “comum” de ação coordenada serve, primordialmente, ao apaziguamento dos dissensos¹⁸ inerentes à política e as práticas comunicativas. Um mundo comum não é nunca simplesmente um *ethos*, a estadia comum. “É sempre a distribuição polêmica das maneiras de ser e das ‘ocupações’ num espaço de possíveis” (RANCIÈRE, 2005, p.59). Do mesmo modo, uma comunidade política é arquitetada não enquanto uma essência comum, mas sim como a comunhão do que ainda não está dado como em-comum: “entre algo visível e invisível, algo próximo e longínquo, algo presente e ausente. Essa comunhão supõe a construção dos vínculos que ligam o dado ao não dado, o comum ao privado, o próprio ao impróprio. É nessa construção que a humanidade comum se argumenta, se manifesta e faz efeito” (RANCIÈRE, 1996a, p.137). Para o autor, a subversão à forma ordenada de distribuição do sensível implica o reenquadramento de um comum em uma forma polêmica, tornando-o uma dimensão submetida à constante verificação através da enunciação de um dano (*tort*)¹⁹ por pessoas que estão juntas por estarem “entre”, em um cruzamento de identidades e nomes que ligam o nome de um grupo ao nome daqueles que estão fora de uma conta. Um dano é nomeado e apresentado como algo que expressa a falha da ordem social em reconhecer a igualdade que deveria existir entre as partes que integram uma comunidade. Segundo Rancière, o dano não é uma injúria pontual causada a um indivíduo ou grupo, deixando-os a espera de uma compensação. “Não há consenso nem comunicação sem prejuízo, não existe a possibilidade de reparação do dano. Mas há um lugar polêmico para o tratamento do dano e para a demonstração da igualdade.” (RANCIÈRE, 2006, p.23).

¹⁸ O dissenso “não é o conflito entre interesses, mas sobre o que é um interesse, sobre quem é visto como capaz de lidar com interesses sociais e aqueles que deveriam supostamente ser capazes de reproduzir sua vida” (RANCIÈRE, 2011a, p.2).

¹⁹ Segundo Rancière, “o conceito de dano (*tort*) não está ligado a nenhuma dramaturgia de vitimização. Ele pertence à estrutura original de toda política. O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade adquire figura política” (1996a, p.51).

A ação de expressar o dano pode se configurar, primeiramente, como o momento em que se dá a formação do sujeito como interlocutor capaz de tornar objeto de debate aquilo que é recriminado. Em seguida, como oportunidade de reinventar a cena comunicativa polêmica na qual os sujeitos tentam se inscrever, e como a oportunidade de enriquecer a linguagem que utilizam, de inverter papéis e até mesmo de silenciar os que geralmente falam para deixar falar aqueles que, a princípio, não teriam nada a dizer. A cena de exposição desse dano dá então a ver um intervalo ou uma falha que permite a demonstração política da ausência de igualdade que gera o dano e, ao mesmo tempo, possibilita o questionamento da naturalidade imposta pela classificação identitária hierarquizada.

Rancière (2007a) explicita que a falha evidenciada na contagem das partes que compõe a comunidade é conduzida a partir de um questionamento endereçado de uma pressuposição igualitária. Essa pressuposição remete ao fio imaterial e poético da comunidade de iguais em face das ficções que constroem a sociedade desigual, induzindo, na esteira, procedimentos sociais de verificação da igualdade (que verificam a comunidade na sociedade). Essa verificação tem um efeito social ao pôr em cena a obrigação de escutar. A polêmica igualitária inventa uma comunidade inconsistente suspendida na contingência e na resolução em ato. Destarte, a igualdade é descrita por Rancière como uma forma de relação constantemente sujeita à verificação, uma vez que questiona a distribuição desigual dos lugares e tempos a serem ocupados pelos sujeitos.

A igualdade na filosofia política de Rancière toma forma através de uma enunciação performativa, prática. Ela assegura a troca política justamente por ser algo a ser declarado, encenado, posto à prova e verificado constantemente pelos sujeitos. A política, segundo ele, se constitui justamente porque coloca em questão a pretensa igualdade que existiria entre os sujeitos que participam da vida política de uma comunidade. O processo de verificação da igualdade envolve a ação criativa e poética de evidenciar, nas partilhas até então traçadas (isto é, as distribuições do visível, do audível e do enunciável), os hiatos que a junção (a distribuição não problemática dos interlocutores em uma situação de fala) pretende apagar, de modo a permitir a instauração de cenas polêmicas. Conforme destaca Jean-Phillipe Deranty (2003), a verificação pragmática da igualdade cria situações antagônicas e agonísticas de fala e de diálogo que não existiam previamente. Essas situações tornam possível o “aparecer” dos sujeitos como seres situados entre dois mundos, duas lógicas: entre o nome e o anonimato, entre a norma e a vida. Nos episódios interacionais, “a formação das cenas de dissenso requer, portanto, uma ação comum através da linguagem e da comunicação, de modo a promover não formas de ‘ser em comum’ (que apagam ou incorporam diferenças), mas formas de ‘aparecer

em comum” (MARQUES, 2013, p.138). Nestes instantes, que não se findam em seu término, mas apontam para uma dinâmica histórica permeada de rupturas, a naturalidade de um tipo de ordem é posta em questão (um modo de encarnação dos atores em ação, uma distribuição dos papéis e de padrões de coordenação). A agonística comunicacional em Rancière se debruça na oxigenação dos quadros que abrigam uma poética da fabulação das cenas, da emergência de mundos nos quais sujeitos e objetos antes não figurados se tornam visíveis e audíveis. Nesse sentido a política possui uma poética que se traduz, em síntese, na construção/criação de um espaço comum ou cena relacional que não existia previamente. Nas palavras de Rancière, “para entrar em uma troca política, torna-se necessário inventar a cena na qual as palavras ditas se tornam audíveis, na qual os objetos podem se fazer visíveis e os indivíduos podem ser reconhecidos” (RANCIÈRE, 2000, p.116).

Rancière admite que a criação de cenas polêmicas refere-se a capacidades enunciativas e demonstrativas de reconfigurar a relação entre o visível e o invisível, entre a norma e o fato, entre o dizível e o silenciável, entre discursos e corpos, mas também corresponde às competências emancipatórias, de afastamento de uma identificação imposta de fora (que determina os locais a serem ocupados pelos sujeitos em função de sua posição na geometria social), em prol de um “conhecimento de si” – como Rancière (2002) argumenta, essa forma de saber diz respeito à consciência que o sujeito toma do papel que assumira até então na ordem social, permitindo-se problematizar o destino que lhe fora incumbido como forma de vida. Abre-se caminho para o surgimento de identificações impossíveis que, segundo Rancière (2006), desafiam as lógicas vigentes de contagem de corpos em comunidade, expondo percursos alternativos para que os sujeitos assumam posições que até então lhes eram inacessíveis - ou ainda definindo para si mesmos o direito de existir para além dos meios de identificação predominantes (ou mesmo existindo em um intervalo entre as disposições habituais dos atores).

Tais capacidades elencadas, comunicacionais em seu núcleo, lançam um desafio à oposição entre falantes legítimos e ilegítimos, permitindo uma redescritção e reconfiguração do mundo comum da experiência, além de trilhas para que sujeitos possam construir-se, escolher e levar a termo um projeto de vida. A ação política é então a constante (re)invenção de uma cena polêmica de enunciação, emancipação e interlocução na qual se inscreve a palavra do sujeito falante, e na qual esse próprio sujeito se constitui “capaz de se pronunciar em primeira pessoa e de identificar sua afirmação com a reconfiguração de um universo de possibilidades” (RANCIÈRE, 2011a, p.13).

A acepção de política de Rancière como desentendimento é formulada a partir das críticas profundas que o autor dirige à filosofia política contemporânea que, segundo ele, “quando não se limita a comentar alguns textos, ilustres ou esquecidos, de sua própria história (...) quase não parece levar sua reflexão além daquilo que os administradores do Estado podem argumentar sobre a democracia e a lei, sobre o direito e o Estado de direito” (RANCIÈRE, 1996a, p.9), e a teoria do agir comunicativo de Jürgen Habermas, a qual, em sua pretensão normativa, deixaria de contemplar alguns aspectos da troca política em situações concretas. Nas palavras de Rancière,

este modelo é certamente satisfatório para o espírito, mas creio que nenhuma situação de interlocução política forte lhe corresponda. Pois, para que aja contradição performativa, é preciso que a situação de fala já esteja constituída com seus locutores e seus objetos. Ora, o próprio do dissenso político (...) é que sempre pelo menos um dos elementos da cena não está constituído: seu lugar, seu objeto, os sujeitos aptos a falar dele, etc. Consequentemente, o interlocutor dissensual fala em dois mundos ao mesmo tempo e a relação argumentativa entre estes dois mundos não é dada senão pela invenção conflitual (1996b, p.377)²⁰.

As críticas endereçadas a Habermas possibilitam que Rancière formule um conceito de política que ele aprecia como sendo oposto ao desenvolvido pela teoria do agir comunicativo (MARQUES, 2013). Em sua concepção, na base da política está a criação de cenas de dissenso. A instauração de uma cena dissensual permite que “um argumento possa ser ouvido como argumento, os objetos presentes nesse argumento possam ser percebidos como visíveis, assim como os sujeitos que o proferiram possam contar como parte de uma comunidade” (RANCIÈRE, 2007a, p.39). São essas cenas polêmicas que permitem a redistribuição de objetos e de imagens que formam o mundo comum, ou a criação de situações aptas a modificar o olhar e as atitudes com relação ao ambiente coletivo.

É nas cenas de dissenso então que a política toma forma e “que se colocam em jogo a igualdade ou desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes” (RANCIÈRE, 1996a, p.62). A política, nesse sentido, é vista por Rancière como experiência, como criação de formas dissensuais de expressão e comunicação que inventam modos de ser, ver e dizer, configurando novos sujeitos e novas formas de enunciação coletiva. A experiência promovida por esse novo cenário e dramaturgia não se resume ao âmbito da subjetividade, mas ela é

²⁰ Esta crítica que Rancière dirige constantemente à Habermas, dizendo que no modelo da ação comunicativa os interlocutores devem estar constituídos previamente à situação de fala enquanto sujeitos de discurso é parcialmente injustificada, como expõe Marques (2013), na medida em que embora Habermas não torne claro o processo pelo qual um sujeito ordinário se torna um “interlocutor” que se sinta capaz de tomar a palavra e de integrar uma deliberação pública, ele de modo algum deixa de considerar que o indivíduo se constitui na ação discursiva moldando o contexto social ao seu entorno.

social e impessoal, uma vez que se relaciona ao processo de constituição e posicionamento dos sujeitos.

Por esta angulação, é possível afirmar que a ação política para Rancière diz respeito à proposição de contextos, de situações comunicativas que constroem as posições dos sujeitos e possibilitam a subjetivação em um cenário que não é dado de antemão: ela acontece como a configuração de um espaço específico, a partilha de uma esfera particular de experiência, de objetos colocados como comuns e originários de uma decisão comum, de sujeitos reconhecidos como capazes de designar esses objetos e argumentar a respeito deles. Assim, a interlocução política se desenvolve precisamente em situações nas quais nenhuma cena existia a priori para regular os parceiros de interlocução ou as questões pertencentes ao domínio do comum. A política é o próprio conflito sobre a existência e a invenção desse espaço, dessa cena, “sobre a designação de objetos concernentes à maioria e de sujeitos capazes de uma palavra comum” (RANCIÈRE, 1996a, p.13).

A política questiona a divisão de fronteiras entre política, arte e experiência ao propor outra forma de montar a cena, ao produzir diferentes relações entre palavras, os tipos de coisas que elas designam e os tipos de práticas que desenvolvem e, por isso comporta então essa dimensão estética. Estética não restrita à questão artística, mas, como propõe Rancière, “repensada precisamente em seu significado político” (2010a, p.86). A afinção entre estética e política diz respeito então à dimensão da visibilidade/invisibilidade dos atores em seu “aparecer em comum” e a possibilidade de que este processo seja aquele que coloca “em comunicação regimes separados de expressão” (MARQUES, 2011, p.117) na construção *in situ* do “mundo comum”. O autor propõe então um jogo duplo entre estética e política, no qual seria possível falar de uma estética da política, no sentido de atos de subjetivação política que redefinam o que é o visível, o que se pode dizer sobre ele e quais sujeitos dispõem de competências para tal; e uma política da estética, que tangencia as formas novas de “circulação da palavra, de exposição do visível e de produção dos afetos que determinam capacidades novas em rotura com a antiga configuração do possível” (RANCIÈRE, 2010c, p.96).

Importante sublinhar que a agonística comunicacional trabalhada em Rancière é sempre circunstancial. Em suas palavras, “não existe política fora das circunstâncias que a cada vez obrigam a discerni-la (...) Toda teoria política é um discurso de circunstância sobre as circunstâncias da política, uma maneira de dizer os lugares e os momentos de sua intervenção, os objetos que concernem a sua ação, os sujeitos que forma parte dela” (RANCIÈRE, 2010b, p.16). Em *O Mestre Ignorante* (2002) Rancière justificara o porquê de

não considerar ser possível tornar a manifestação da política um pilar de fundação de uma nova ordem social, tomando por base o fato de que a contingência da ordem não deriva só dos mitos que fundam a desigualdade patente nela, mas também em decorrência de que a “perspectiva comum” edificada através da reunião de sujeitos orientados por uma ação não cristaliza uma única inteligência correspondente à reunião (que apagaria as diferenças entre os agentes envolvidos sob um mesmo espaço), mas sim diversas inteligências em contato. Essas inteligências então podem experimentar esses momentos nos quais não há uma coincidência entre elas, mas um reconhecimento da ação de demonstração de um dano e a verificação de uma igualdade encoberta por uma ordem contingente.

Sob essa constatação, destaca-se que o que Rancière nomeia como cenas de dissenso é passível de ser caracterizado de muitas maneiras, e precisa ser acompanhada em ato, em sua realização, como salienta Deranty (2003). Nestas ações concretas de verificação da igualdade, o pensamento de Rancière, como Christian Ruby (2007) aponta, evidencia uma profunda confiança na capacidade dos sujeitos de interromper o curso presente do mundo, apostando, para tal, em uma política da ação que evoca que “o fim da ação não é só o de se inserir dentro daquilo que já existe, mas de constantemente redesenhar a instância da vida comum” (p.166).

Outra ressalva feita por Rancière diz respeito ao fato de que a manifestação das cenas polêmicas acima delineadas nunca acontece de modo cristalino. Em suas palavras, “a mera encenação do político raramente aparece em uma forma pura, mas há política em uma porção de meios ‘confusos’ e conflituosos, e a política faz uma memória, uma história. E há uma dinâmica histórica da política: uma história dos acontecimentos que rompem com o curso ‘normal’ do tempo” (RANCIÈRE, 2011a, p.5). Resistências emergem a todo instante - de maneiras dispersas - e é preciso que sejam acompanhadas em seu desdobrar. Tal ressalva, contudo não implica, como sugere Tambakaki (2009), que o dissenso seja uma irrupção pontual que necessariamente terá seu caráter contestatório minado ao retornar à ordem vigente logo após sua manifestação, sem conquistar resultados favoráveis aos injustiçados. Evidentemente, nada garante que a ação política trará efeitos ou mudanças concretas, mas também não se deve subordinar a política enquanto processo à ação política enquanto meio-fim. May (2009b) faz esta ressalva ao afirmar que “a política não pode ser confundida com o sucesso ou a falha da mudança, mesmo que a mudança seja sua meta” (p.116). Isto não quer dizer que os desdobramentos não são relevantes, evidentemente. Mas é importante diferenciar a ideia de política de sua efetividade material. Sem isto, ficaria perdido um elemento importante da emancipação que é o processo de reconfiguração das vidas daqueles que participaram de uma cena de dissenso na ocasião de sua materialização (incluídos aqui

também aqueles que se viram repentinamente em uma situação na qual elementos antes não visíveis e audíveis em seu campo de percepção passaram a existir). Nas palavras de May, “um movimento que surge a partir da pressuposição da igualdade, mas que não atinge um impacto, é falho. Contudo, é um movimento democrático” (2010, p.78)²¹. Complementando essa assertiva com as palavras de Rancière, “todo homem pode a cada instante, emancipar-se e emancipar a um outro, anunciar a outros esse benefício e aumentar o número de homens que se reconhecem como tais” (2002, p.106), ainda que não necessariamente emergja desse processo uma comunidade ampla de emancipados.

Por outro lado, a recusa de Rancière em tratar de uma maneira “pura” de encarnação da política é também um movimento consciente do autor em evitar que seu trabalho se torne um “manual de instruções” para a consecução/atestação da emancipação social. O mesmo movimento parecem tomar os outros autores também mencionados nessa seção que se aproximam de uma leitura “disjuntiva” da noção de comunicação. O esforço empreendido até aqui não visa oferecer um conjunto de categorias de análise que terão seu correspondente empírico no mundo concreto, permitindo que percebamos de maneira transparente quando um dano é nomeado, ou em que momento específico um tipo de igualdade pressuposta é verificada em ato, ou quando ameaças à manutenção de uma “perspectiva comum” colocam em risco a integridade de diferentes agentes.

Os elementos trabalhados nesse capítulo possibilitam tão somente “abrir” o olhar para o objeto a ser escrutinado, com seu dispositivo particular e com as maneiras de tecer as interações delineadas por meio dele (em suas facetas de conjunção e disjunção). Desse modo, ao averiguar as imagens de *Papo de Polícia*, será importante perceber os elementos disjuntivos que permeiam algumas das cenas, evidenciando fraturas em um tecido aparentemente harmônico conduzido pelo roteiro da trama que condiz com as formas de convocação do espectador empregadas por seu dispositivo estruturador - dispositivo esse que será desmontado no capítulo a seguir.

²¹ Todd May ilustra esta problemática da seguinte forma: “Imagine um movimento que emerge a partir da pressuposição de igualdade, mas que enfrenta uma ordem policial tão entrincheirada que falha em promover mudanças na referida ordem. Se a ausência de sucesso foi relevante para a questão de qual movimento é democrático, então o caráter democrático do engajamento político não seria mais definido pelo *demos*, mas por forças externas a ele” (2010, p.78).

3. Um olhar para o dispositivo de *Papo de Polícia*: o que as imagens solicitam do espectador?

Após uma incursão nos denominadores do “comum” que estão implicados em maneiras dessemelhantes de entender o termo “comunicação”, se avizinhandando ao horizonte da “utopia” de recomposição das relações de partilha entre moradores de periferia e policiais que Beto Chaves anseia verificar através de *Papo de Polícia*, para expor seus consequentes entraves derivados da impossibilidade de supressão das fraturas que cindem a “comunhão” entre diferenças que não são passíveis de serem mitigadas, coloca-se mais uma vez a questão: o que as imagens de *Papo de Polícia* solicitam do espectador? Que nuances do “comum” se desenham nas cenas? Para descortinar respostas a essas inquietações, se faz antes de tudo premente levar em consideração que o programa, embora produzido por um Grupo Cultural (articulado em função de um tipo de discussão sobre as relações entre periferia e Estado), e protagonizado por um policial civil (que tem como meta a reafirmação do “pacto” entre os mecanismos de Segurança Pública e a sociedade civil), é em primeira instância um produto televisivo, exibido em uma emissora de escopo comercial ligada a um conglomerado (o Grupo Globo) e, como tal, fruto dos interesses de uma instituição midiática, dos atores comunicativos envolvidos, sendo atravessado pelos constrangimentos que perpassam o âmbito de produção e veiculação de informações, de maneira a compor um sistema que envolve não só ideais democráticos, mas também assimetrias de poder.

A televisão, que é o meio de exibição da série, é aqui pensada como um terreno de tensões, tal qual salientado em Fahle (2006). Essas tensões assumem a forma de um embate entre descentramento e convergência. A segunda se manifesta, segundo o autor, pelas condições de poder condensadas nas imagens, que são decisivas, por exemplo, “na questão de quem toma a palavra e ocupa a imagem por quanto tempo, quais as imagens que são mostradas e quais são excluídas” (FAHLE, 2006, p.204). Já o descentramento deriva da dissolução dessa distribuição dos corpos nas cenas, não somente pelo prisma da disjunção que emerge de espaços polêmicos de enunciação, mas também pelo fato da própria estética da televisão imprimir uma dispersão de sujeitos enunciadores em tagarelice permanente e na sucessão de descontinuidades nas imagens que conduzem a uma mescla visual do mundo (e se somam, por exemplo, à técnica do *zapping* a qual os espectadores lançam mão quando um programa particular não “prende” sua atenção após um breve período de tempo).

Destarte, a pressão de forças antagônicas que atuam de forma estratégica na composição da grade de programação, e mesmo na edição e realização das produções

veiculadas em uma emissora específica, nos obriga a perceber o tipo de dispositivo que está sendo construído em *Papo de Polícia*, tomando por prerrogativa as características das imagens veiculadas por meio dele. O conceito de dispositivo é aqui compreendido segundo a abordagem de Mouillaud (1997), que o entende como uma “matriz” (imaterial ou material) na qual se inscrevem os textos (modelados por meio dele), além de uma forma de estruturação do espaço e do tempo. Os dispositivos definidos para os programas de uma emissora comercial (como o *Multishow*) se inserem no campo de tensões acima descrito, sendo arquitetados em função do tipo de público esperado em um determinado horário e tentando favorecer, através de um sem número de recursos, um maior regime de atenção sob uma atração exibida (de modo que o texto dessa atração é organizado em função de um dispositivo de referência a ela). *Papo de Polícia* se institui tendo como eixo um dispositivo central, que tenta coligar as diferentes pressões e expectativas que se articulam em seu formato: a cumplicidade da *mise-en-scène*²² de Beto Chaves com o espectador, já que ambos sabem coisas que os moradores do Complexo do Alemão, seus interlocutores, a princípio desconhecem (como já fora abordado, Beto inicialmente não expõe aos entrevistados sua profissão como policial civil e deixa para o momento da gravação, como parte do roteiro, essa revelação). Assim, a identificação que os espectadores criam com Beto é algo que resulta de uma mistura de cumplicidade com um “olhar externo”, que observa, julga e que tenta “mapear” experiências a partir de um roteiro específico.

Tendo como pano de fundo a relação historicamente conflituosa entre moradores de periferia e oficiais da Segurança Pública (que o programa e seus articuladores tomam como contexto a ser trabalhado ao longo dos episódios), o dispositivo que conduz as interações em *Papo de Polícia* se aproveita do recurso da surpresa como foco de atenção aos episódios. A seguinte pergunta é dirigida aos espectadores: “você sabem que o envolvimento de policiais com os moradores do Complexo do Alemão frequentemente não era pacífico, e sabem que se esse protagonista já se apresentasse como policial logo no início aos seus interlocutores, dificilmente conseguiria que eles falassem de suas vivências no decorrer das operações de ocupação e posterior pacificação das favelas cariocas. Mas se ele não se apresenta como policial e só se revela diante da câmera, quais serão as reações dos moradores (e, conseqüentemente, do próprio Beto)?” A estratégia de persuasão de *Papo de Polícia* é essa, já que, tal como em vídeos de pegadinhas gravadas para *talk shows* de entretenimento, sabe-se

²² Beto Chaves age em *Papo de Polícia* sob a mediação de um roteiro, portanto, suas atitudes no programa são “postas em cena” em função também do espectador da atração (e não só de seus interlocutores imediatos).

que algo potencialmente genuíno pode acontecer diante da câmera (um enrubescer espontâneo, um descontrole no papel social apresentado, lágrimas incontidas, etc), mas não se sabe exatamente como esse inesperado irá florescer. A rede de persuasão lançada ao espectador assume a seguinte feição: “para descobrir que tipo de interações virtualmente dissonantes entre Beto Chaves e os moradores do Complexo do Alemão irão emergir ao longo dos sete dias de gravação, somente assistindo à série por inteiro”.

Essa convocação a um espetáculo potencialmente disruptivo (como estratégia de atração do espectador) é também fomentada por outros recursos que o programa emprega. *Papo de Polícia* se conforma no gênero do *reality* que, como sublinha Jost (2009), tem como pressuposto (e promessa) que cada cena gravada terá como referência um mundo real (que preexiste ao momento da gravação). Esse mundo real, no caso em tela, é um “território” recém-ocupado pelo Estado, em vias de se tornar uma região “pacificada”, livre do narcotráfico. Sem esse referente, seria impossível que o dispositivo fomentado em *Papo de Polícia* tivesse o mesmo efeito, pois aqueles que se apresentassem como moradores do Alemão seriam em verdade atores e, como tal, reagiriam à revelação de Beto de modo inautêntico, forjado por uma atuação prescrita.

Muito embora construído com os pés fincados em um solo de um “real” externo à câmera, a série, enquanto *reality*, promove um tipo de situação que é planejada, pois, não fosse o programa, dificilmente Beto Chaves subiria o Complexo do Alemão para ali residir sete dias e conversar com moradores sem revelar sua identidade profissional. Ainda assim, segundo Jost, nessa “promessa de invenção”, “por mais que o narrador diga que ele inventa, ele está realmente frente a uma realidade, da qual ele tem dificuldade a prestar conta, mas ele não cria nem os personagens nem o cenário, nem mesmo o mundo no qual estes evoluem. Em suma, ele é muito menos ficcional do que ele pensa” (JOST, 2009, p.29). Ou seja, o *reality* “cria” um dispositivo a partir de um real pressuposto, mas esse dispositivo busca atingir reações nesse real que momentaneamente é tramado junto às gravações.

A materialidade do real impede que o dispositivo tenha controle ubíquo dos corpos, dos gestos, do ambiente e dos discursos proferidos – e é essa impossibilidade de domínio das desventuras do real que está no horizonte da “surpresa” reservada às cenas em que Beto resolve contar, no decorrer de uma entrevista, que não é somente um apresentador interessado nas vivências de residentes do Complexo do Alemão em um cenário de pós-ocupação, mas sim um policial civil que há poucos meses subia o morro como único agente do Estado a adentrar naquele território com o objetivo de reprimir seus habitantes (associados ao narcotráfico ou em vias de se associar a ele, como o próximo capítulo procurará evidenciar).

Derivada dessa configuração de *Papo de Polícia* enquanto um *reality* emergem outros artifícios que ora tornam essa “promessa de invenção” mais robusta, ora reforçam o referente da série no real. A ideia do programa, por exemplo, de ser um *diário de bordo* em primeira pessoa das vivências cotidianas de Beto Chaves no Complexo (que passa sete dias no morro, em correspondência aos sete episódios da série), emerge na esteira de tornar a “invenção” impressa no “dispositivo” mais consistente: o que Beto experimenta seria pretensamente aquilo que ele estaria testemunhando no momento mesmo em que percorreria as vielas da favela em que passara a residir (como se não houvesse edição e seleção posterior das cenas a serem exibidas). Essas cenas não existiriam se Beto nunca houvesse estado no Alemão para gravar *Papo de Polícia*, nos propõe esse mecanismo.

Mas o “testemunho” gravado por Beto Chaves de sua experiência (algo que ele mesmo identifica como tal, seja no próprio programa, seja em entrevistas posteriores), tem seu referente reforçado para que não se passe por “mera ficção”. Essa acentuação acontece devido à estética da série em estreitar laços com estratégias provenientes do cinema documentário, buscando nessa ligação, como Beto mesmo afirma em entrevista à Jô Soares em 24 de março de 2011, legitimar o mundo filmado pelos realizadores da produção:



A gente morou lá essa semana, acho que buscando um pouco esse próprio espírito do *Afroreggae*, a lógica das coisas que não se mostram. O *Afroreggae* tem muito isso. E a gente tava um pouco no buraco que a imprensa não mostrou. Teve uma repercussão muito grande, mas a imprensa focou muito na história das apreensões, das prisões, da coisa da invasão, e a gente tava buscando o olhar do morador. Um dos desafios que a gente tinha era o protagonismo do morador.

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGENS extraídas do *Programa do Jô*²³

Essa tentativa expressa nas palavras do protagonista da série de ir além do véu de superficialidade que foi abrangido pela mídia convencional no processo de ocupação das favelas cariocas em 2010 se encarna nos sete episódios como uma “infiltração” de um “estilo” documentário em um produto televisivo, visando tornar o “referente” no mundo real do

²³ Link para o vídeo: < <http://globo.com/rede-globo/programa-do-jo/v/o-policial-beto-chaves-relata-a-experiencia-de-morar-no-complexo-do-alemao/1468908/>>. Acesso em 10 dez 2014.

programa como algo ainda mais crível do que o referente dos *media* tradicionais, de modo que o próprio dispositivo se justifica para o espectador não só como um “convite” persuasivo visando sua atenção ao desenrolar da atração, mas também como um tipo genuíno de contato com um “mundo real” que escapa às técnicas convencionais de captação de imagens do espetáculo midiático²⁴. Por esse ângulo, é como se *Papo de Polícia* vislumbrasse o espaço documentário em uma produção televisiva não para suscitar o jogo de crença/descrença que mobiliza o espectador do cinema, mas sim para reforçar que as imagens da série estão assentadas em um real que deve ser ainda mais confiável, ainda que o programa procure em alguma medida, por meio do dispositivo construído, tecer a “fricção com o mundo” que Comolli (2008) frisa ser prerrogativa do lugar do documentário - um lugar de apreensão de um real não domesticável, mas por essa mesma razão campo de invenção de um cinema em tessitura com o mundo concreto.

Mas *Papo de Polícia*, como fica claro, não encontra nessa tensão com o mundo a parte de ficção inerente à montagem e à edição, mas sim tenta reforçar a densidade de seu referente na materialidade (avigorando a potência de seu dispositivo movente). Desse gesto incorrem implicações de diversas ordens. Ao não se aproveitar da potência da ficção (ficção como via pertinente à modificação dos modos de apresentação sensível e as formas de enunciação, construindo novas relações entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e a sua significação, tal qual salienta Rancière (2010c)), o programa conecta um modo de apresentação sensível (modelado por seu dispositivo, que insere Beto em um contexto tradicionalmente hostil a ele visando “criar situações” derivadas desse contato inesperado) com um regime de interpretação dos respectivos dados (o “referente” no mundo real, onde Beto é policial e momentaneamente apresentador, e os moradores do Alemão são de fato residentes daquele espaço). As *misè-en-scènes* do programa conformam, inicialmente, outro tipo de ficção: uma em que cada habitante do Complexo do Alemão é exclusivamente (ainda que com suas particularidades) um sujeito daquele lugar (com privações de maior ou menor grau) com seu tempo fixo de fala estipulado dentro de sua posição de entrevistado e sem o controle do dispositivo que organiza *Papo de Polícia* (os moradores são, sobretudo, os “alvos” imediatos desse dispositivo); e onde Beto Chaves é apresentador (com o controle dos

²⁴ Logo no primeiro episódio, quando Beto aparece na tela organizando suas malas para se dirigir ao Complexo, essa tentativa de adensamento do referente da trama é explicitada no próprio discurso do protagonista, que diz: “Vou começar uma semana desafiante, porque tem muita riqueza aqui, uma riqueza que eu desconheço, uma riqueza que a maior parte das pessoas desconhece, mas que eu tenho certeza ela existe, e é um pouco atrás disso que a gente vai” (DEPOIMENTO extraído do primeiro episódio de *Papo de Polícia*).

tempos de fala e coordenando as entrevistas de modo a evitar a dispersão dos interlocutores); credenciando-se também como cidadão-policial.

Essa tarefa que o dispositivo da série assume para si, tentando convocar/atrair o espectador de um modo distinto das produções comerciais tradicionais, mas sob o mesmo intento de uma produção para televisão (evitar o descentramento e a consequente perda de audiência), solicita o quê desse espectador? Se pensarmos pela lógica do *Afroreggae*, a coincidência entre imagens e o “mundo comum” está no estímulo a um senso de revolta em face da opressão cotidianamente vivenciada pelos moradores do Complexo (que nunca tiveram o Estado presente em seu território²⁵), que agora se viam em face de uma “nova realidade” - embora ainda extremamente carente de recursos - mas que, por outro lado, nesse ambiente de obstáculos desvelam formas inventivas de existência (e que os policiais, assim como Beto Chaves, deveriam reconhecer sem, contudo, ter que recorrer ao ocultamento de sua identidade profissional – algo transponível através de relações mais justas com os moradores de periferia). Já pelo ângulo oferecido pelo protagonista, o dispositivo serve a outro propósito: demonstrar, por meio de um experimento (o próprio dispositivo) que seria possível tecer uma “comunhão” entre policiais e moradores de periferia por meio da dissolução das barreiras que afastam ambos em prol da coordenação mútua sob um mesmo “mundo comum”.

Essa dupla face de pressões externas dos agentes que participam da configuração de *Papo de Polícia* se convertem em anseios que têm como objetivo fulcral produzir efeitos específicos no espectador (jaz aqui a crença equivocada em uma continuidade imediata entre os conteúdos de determinada imagem e as formas do pensamento sensível que se estabelecem na recepção). Os interesses do *Afroreggae* percorrem a trilha de um modelo representativo da arte, supondo que a série é política quando nos mostra as faces da opressão, quando critica os ícones do poder simbólico ou quando abandona seu lugar de origem e se transmuta em prática social concreta. “Supõe-se que a arte nos torna revoltados ao mostrar-nos coisas revoltantes” (RANCIÈRE, 2010c, p.78). Já em Beto Chaves reside um “modelo imediatista” (RANCIÈRE, 2010c) que, simbolizado pela arte relacional (uma arte que se apresenta como proposição de relações sociais), tenta criar situações adequadas a transformar o olhar do espectador diante de um ambiente coletivo (propiciando, nesse caso, que a “aliança” entre moradores e policiais

²⁵ No diálogo que encerra *Papo de Polícia*, no episódio sete, estabelecido entre José Júnior e Beto Chaves, quando o segundo menciona as operações de ocupação das favelas em 2010, que ele nomeia como de “retomada”, o primeiro intervém e indaga: “Agora vem cá: como é que se retoma uma coisa que nunca foi sua? Como é que é essa história de retomada se o Estado nunca esteve aqui antes?” (DEPOIMENTO extraído do sétimo episódio).

transgrida o espaço da arte e se encarna na concretude através de uma polícia gestada em seu viés preventivo - de manutenção da ordem -, e não repressivo).

Entretanto, como salienta Rancière (2010b, 2011b), em diversas passagens de sua obra, as imagens não se configuram como políticas pelo teor da mensagem que carregam, e muito menos por sua eficácia conscientizadora ou por uma suposta capacidade de reconstituir os vínculos sociais, possibilitando a “inclusão” de indivíduos subjugados. O autor afirma que a política das imagens não se concretiza como uma instrução para olhar o mundo e transformá-lo a partir da tomada de consciência de formas opressoras. A imagem não é um guia para a ação política e nem um instrumento de conscientização massiva; portanto, não basta retratar uma situação social de penúria ou nutrir uma simpatia (ou antipatia) pelos explorados e desamparados para fazer uma imagem política. Para o autor, é equivocado pensar que a política da imagem derive de “um modo de representação que torne uma situação inteligível enquanto efeito de certas causas e que a leve a produzir formas de consciência e afetos que a modifiquem” (RANCIÈRE, 2009b, p.53). A imagem não deve ser, segundo ele, reduzida a um texto que busque esclarecer as causas e efeitos das injustiças. Ela não pode se relacionar com o receptor em uma espécie de ligação contínua, que associa as intenções do produtor com as interpretações do receptor de maneira pacífica e imediata.

Ao questionar o pressuposto da continuidade existente entre a produção das imagens e a percepção sensível em uma situação de recepção que envolve os pensamentos, sentimentos e ações dos espectadores, Rancière (2011b) afirma que não existem fórmulas que prescrevem como a imagem deve orientar os sujeitos em suas ações e interpretações. Para ele, a política das imagens só pode ser percebida por meio da eliminação do *continuum* existente entre o intuito do criador/produtor e a interpretação do espectador. Sendo assim, é preciso que haja um intervalo entre a imagem e o modo como o sujeito entra em contato com ela, um livre jogo no qual a imagem não solicita nada do espectador e o espectador não deve produzir nenhuma ação ou leitura sob os pretensos ditames da imagem. A política da imagem se faz nesse curto-circuito e associa-se ao modo como as cenas podem desvelar potências, reconfigurar regimes de visibilidade e questionar ordens discursivas que silenciam determinados sujeitos. “Trata-se também de fazer com que a riqueza sensível e o poder da palavra e da visão que são subtraídos à vida e ao cenário das vidas precárias lhes possam ser restituídos, possam ser posto à sua disposição” (RANCIÈRE, 2009b, p.60). Em outras palavras, a potência política das imagens não é contabilizada em termos de intervenção direta na realidade, mas sim em sua capacidade de acionar linguagens que possam reconfigurar a experiência do real e, com

isso, a própria experiência de ser sujeito no mundo - negando, no processo, as identidades impostas aos atores, que fixam aos corpos determinadas posições no espaço.

De posse dessa ressalva, ao longo da análise que será aqui efetuada tentar-se-á depreender que o potencial de *Papo de Polícia* de acionar a criação de cenas polêmicas de enunciação ao longo das interações estabelecidas entre Beto Chaves e os moradores do Complexo do Alemão não se encontra no gesto de fazer denúncias, de solicitar do espectador compaixão pelos moradores de favela retratados e ódio ao capitalismo que os encerra em uma situação de extrema penúria, ou mesmo de construí-los como um coletivo de vítimas que precisa organizar-se para lutar por direitos. Essas cenas polêmicas também não residem na capacidade do protagonista da série de reestruturar laços de junção sob um mesmo “mundo comum”, onde moradores e policiais estariam harmonizados em seus papéis e Beto, em tese, não mais precisaria subir ao morro escondendo sua identidade profissional. Ao invés disso, como será posteriormente averiguado, a emergência dessas cenas está ligada a um movimento de parcial desconexão com as múltiplas dimensões que assentam o dispositivo da série.

E de que maneira essa desconexão pode ser acionada? Sabe-se que há uma dupla face no dispositivo que conduz *Papo de Polícia*. De um lado, a cumplicidade entre Beto Chaves e o espectador e o consequente desconhecimento dos habitantes do Complexo da ocupação profissional desse protagonista é a mola propulsora das ocasiões inesperadas que irão emergir no decorrer dos sete capítulos e, levando em consideração que o programa ocupa o espaço da televisão comercial no qual a audiência deve ser “conquistada” (evitando a dispersão com as atrações em curso), exige-se que esse dispositivo exerça uma força de encanto sobre o espectador para que continue assistindo a temporada completa. Nesse sentido, pouco importa o que irá ocorrer quando Beto de fato se confidenciar com seus interlocutores, conquanto a revelação aconteça, instaurando o inesperado que suscita atenção para os desdobramentos decorrentes da revelação. A segunda face do dispositivo do programa está na moralidade envolta sob o dispositivo de *Papo de Polícia* (ser um terreno onde denúncias são feitas; se propor enquanto experimento de reconstituição de laços sociais), e considera-se inviável a emergência de qualquer cena polêmica enquanto houver uma convergência entre a esfera de persuasão do público e a “eficácia” política que se espera que a imagem possua. Isso porque, embora os moradores sejam pretensamente os mais interessados no desdobramento do programa (é seu protagonismo que se deseja destacar), pelo dispositivo construído sua posição não é mais que a de “alvos” da inesperada revelação de Beto (intenciona-se saber: “como eles reagirão?”) ou motivos de uma finalidade que transcende o programa em curso: seja a de proferir denúncias (elucidando aquilo que a mídia convencional não nos permite ver) ou ainda

de promover uma consonância com o policial quando ele se expõe (estabelecendo a harmonia desejada de outra relação possível entre moradores e oficiais da Segurança Pública).

Nesse sentido, é importante ter em mente que o dispositivo construído para a série não pode ter a igualdade ou a justiça como objetivos por se basear, logo de partida, em uma desigualdade entre Beto Chaves e os seus interlocutores. Desigualdade derivada de um não saber (sabemos com Beto que ele é policial, enquanto que os moradores só saberão disso no curso de sua entrevista). O protagonista da série é uma espécie de “traidor”, pois se utiliza desse saber extra para criar as situações que orientam o programa. O dispositivo também atinge o espetáculo, instigando uma separação entre Beto Chaves e os moradores – o espetáculo legitima a liberdade de ação de Beto (permitindo a ele coordenar seus tempos de fala), enquanto aparentemente fixa os residentes do Alemão na posição de entrevistados (eles não dispõem de tempo para controlar seu fluxo de discursos). Dito de outro modo, Beto tem direito a um tempo, uma narrativa e um espaço que não são acordados aos moradores, sua liberdade é possível porque ele “traí” os moradores – se coloca ao lado deles para só depois revelar quem de fato é –, e também pela extensão do tempo que é dedicado às suas impressões e vivências.

Mas se as imagens resguardam uma potência de acionamento de cenas polêmicas onde um “mundo comum” até então coeso possa ser verificado em suas fraturas, essa potência habita os momentos em que se manifesta uma não coincidência entre a intenção persuasiva do dispositivo que rege *Papo de Polícia* e suas correspondências de escopo moral. Nem vítimas de injustiça nem “parceiros” de uma aliança firmada com os organismos de Segurança Pública, os moradores, nessa situação, são ainda os “alvos” da surpresa a ser representada por Beto Chaves, mas não reagem de um modo que coaduna com as expectativas do *Afroreggae* ou do protagonista do programa.

Se Rancière (2010c) afirma que o sistema de informação vigente atuaria distinguindo os seres falantes e racionais dos anônimos que são visualizados sem espaço para que possam corresponder ao olhar que lhes é dirigido (ou correspondendo somente segundo as determinações de um roteiro), estabelecendo o visual como parte das multidões e o verbal como privilégio de poucos, então uma política das imagens - ou “politicidade sensível” das imagens (GUIMARÃES; GUIMARÃES, 2011) - consistiria menos em apontar qual dispositivo melhor retrataria os sofredores, e mais em alterar os lugares e a conta dos corpos, redistribuindo a posição do excluído no regime do sensível e evidenciando que qualquer sujeito é capaz de ver e de falar. Em *Papo de Polícia*, a emergência de imagens desse tipo ocorreria pela recriação, pelo discurso e pela interação inusitada, de vozes e rostos,

devolvendo-lhes nuances e facetas até então desconsideradas, possibilitando com isso um processo de desidentificação²⁶ com identidades atribuídas por uma determinada forma de construir o “comum”. E isso tudo através da expressão própria desses moradores.

Nos capítulos seguintes, dedicados à análise do programa, tentar-se-á entender, no próprio programa (mas tendo o contexto histórico que pavimenta seu dispositivo em foco como “referente” no real das imagens apresentadas), sua condensação de modos de expressão através das cenas: ora convergindo com o dispositivo proposto para o programa e com as expectativas de seus realizadores; ora acionando situações de parcial desconexão entre esses termos, abrindo campo para a emergência de situações polêmicas em face desses modos de organizar o “comum” pelas interações da série. Entender essas nuances em detalhe impõe uma observação atenta das questões que envolvem as imagens e a visibilidade dos interlocutores, os lugares de escuta delineados, e territórios do dito e do não dito. As tensões entre conjunções/disjunções nas imagens implicam então uma atenção para o âmbito discursivo (testemunhos), bem como para as formas de disposição dos corpos nas cenas (gestos, performances e expressões corporais).

Em um primeiro nível, a reflexão de Agamben (2001) sobre o rosto se revela particularmente profícua nesse intento. O autor afirma que todos os seres vivos estão no aberto, mas que somente o homem quer apropriar-se dessa abertura (irremediavelmente exposta), se agarrando em sua própria imagem (seu ser manifesto), de tal maneira que a aparência seria um problema a ele - o lugar de uma luta permanente. O autor afirma que a exposição do rosto se coloca hoje como uma questão política: “a exposição se transforma assim em um valor, que se acumula através das imagens e dos *media* e sobre cuja gestão vela com todo cuidado uma nova classe de burocratas” (AGAMBEN, 2001, p.82). Esse desejo por controle (tornar o impróprio um próprio) ampara-se em uma tentativa de obstruir a comunicabilidade impressa no rosto - um ponto de indiferença a respeito de todas as propriedades do homem sem que nenhuma delas o identifique essencialmente. E se esse homem não possui essência ou destino específico algum o que permanece oculto nele não é algo por trás da aparência, mas o próprio gesto de aparecer. Mais uma vez segundo Agamben, “elevator a aparência a aparência mesma é a tarefa da política” (2001, p.82).

Assim, ao longo da presente pesquisa se revela premente um engajamento contínuo no ímpeto de apreender como *Papo de Polícia* vislumbra a singularidade do rosto sob a ameaça

²⁶ A desidentificação é o “o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito onde qualquer um pode contar-se porque é o espaço de uma contagem dos incontados, do relacionamento entre uma parcela e uma ausência de parcela” (RANCIÈRE, 1996a, p.48).

de diluí-la em alguma expressão do próprio (a vítima de injustiças; o “aliado” da polícia). Esse escopo organiza a análise a se atentar para os gestos que nos episódios apontam em direção de um movimento dos corpos que escapa às expectativas, em uma atuação imprevista aos anseios morais impressos no dispositivo.

Mas o despontar da palavra daqueles que normalmente não a possuem (ou só a possuem para dizer aquilo que se espera que digam) também é de grande importância no âmbito de uma política das imagens. Para Rancière política é o conflito sobre “quem fala e quem não fala, sobre o que tem que ser ouvido como uma voz de dor e o que tem que ser ouvido como um argumento de justiça” (2011a, p.2), ou seja, sobre quem pode designar as coisas e falar a respeito delas, como já se viu anteriormente. Se é evidente que na televisão há por vezes uma imensa tagarelice que chega mesmo a ser eixo de dispersão a uma determinada atração, e se em *Papo de Polícia* também não se pode desconsiderar o fato de que os moradores do Complexo do Alemão de algum modo dispõem de um tempo controlado para falar sobre suas vivências no morro em um cenário de pós-ocupação pela polícia (vozes essas que o *Afroreggae* e Beto Chaves, protagonista da série, consideram ter sido apagadas da mídia tradicional no decorrer nas operações no Complexo e na Vila Cruzeiro), a questão aqui frisada não coincide com o ato de conferir a voz a quem não a tinha (já que esse gesto continua pressupondo uma autoridade – a daquele que outorga ao outro um período de tempo para que possa dizer algo). Nos interessa o fato de a palavra ser um meio de reconfiguração do mapa do sensível, permitindo uma redistribuição na “funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão” (RANCIÈRE, 2005, p.17), ou seja, tornar a vítima de uma injustiça alguém que também pode devolver o olhar que lhe é dirigido (e que sabe da existência desse olhar) e que pode mesmo falar sobre as fraturas no mundo comum, seja diretamente (questionando-a por meio da verificação de uma suposta igualdade), seja indiretamente (falando sobre assuntos que eram “inesperados” à sua condição).

4. Uma “breve” história sobre segregação, violência urbana e novos modos de gestão pela via da pacificação

Se o dispositivo que conduz *Papo de Polícia* adquire consistência por meio de seu referente no “mundo real” - que confere poder de atração para as cenas potencialmente irruptivas que irão despontar a partir das interações de Beto Chaves com os residentes do Complexo do Alemão - então é importante rastrear o contexto histórico que embasa tal referente, permitindo que se entenda posteriormente e em detalhe, sua influência no modo como as cenas se organizam através do dispositivo.

A interação historicamente conflituosa entre policiais e moradores de favelas é um ponto de discussão corrente nas controvérsias acerca da presença e da atuação da Segurança Pública em áreas ocupadas irregularmente (tais quais as periferias do Rio de Janeiro). O momento inicial de tais embates está situado no final da década de 1980, quando o quadro da violência urbana no Brasil se amplia de um fenômeno exclusivo dos morros e das favelas para o seio das grandes metrópoles. Nesta época, a periferia, antes contemplada majoritariamente por um olhar romântico, cede lugar a um enfoque mais atento às mazelas sociais e à violência gestada nestas comunidades abandonadas pelo Estado, como salienta Cefaï (1996). Neste período, fica também mais evidente a maneira como a cidadania é percebida no país. Na Constituição de 1988, está implícito que os direitos sociais são reservados àqueles que possuem uma ocupação laboral e um salário fixo, deixando em segundo plano muitos dos moradores de favela destituídos de reconhecimento público em decorrência de uma história de deslegitimações e intensificação de assimetrias e desigualdades.

Ocorre nesse âmbito também uma reversão na configuração dos direitos humanos. Segundo Keenan (2007), os direitos humanos principiaram nas revoluções que derrubaram a monarquia francesa e o domínio britânico nas colônias americanas, ou seja, eram a arma dos dissidentes, opondo outro povo àquele que o Estado pretendia encarnar, bem como eram os direitos específicos daqueles sem possibilidade de exercer direitos (ou sem direitos garantidos). Eles serviam para expor uma queixa por parte de um grupo afligido por um sofrimento particular em decorrência de uma injustiça sofrida, considerada ultrajante não só para aquele grupo específico, mas para toda humanidade: “O paradoxo da fala dos direitos é que a reivindicação não tem sentido se não for universalizável, mas só tem efeito se tiver raízes concretas” (2007, p.23).

Para Rancière (2012a), a dualidade entre homem e cidadão alimentou historicamente a duplicidade dos direitos humanos e a ação política acionada nesse terreno. Mas esses direitos não podiam ser exercidos/delegados a um terceiro. Quando isso ocorre, como na Constituição brasileira de 1988 que define que cidadãos são aqueles que possuem emprego formal e direitos sociais, são lançadas ao limbo fatias não contabilizáveis da população.

Quando, a partir da década de 1990, a favela ganha a atenção da mídia, a pobreza também entra em cena sendo comumente associada à estigmatização do habitante da periferia e a um aumento da violência das Corporações Polícias²⁷. Programas da seara “popular”, como o *Aqui e Agora*, inaugurado em 1991 pelo SBT, desencadeiam uma mudança no próprio panorama televisivo, dedicando à violência urbana e à exclusão social largos espaços dentro de sua “linha editorial”. Em 1992, essa forma de representar os segmentos populacionais economicamente desprivilegiados que habitavam as metrópoles atinge uma máxima projeção na cobertura dos arrastões que ocorreram nas praias da zona sul do Rio de Janeiro. Os crimes foram rapidamente associados a gangues de jovens pobres oriundas das favelas que estariam promovendo “badernas” na capital carioca²⁸.

Como Paulo Vaz et al. (2006) asseguram, esta conexão que vai se enraizando entre violência policial socialmente autorizada e desrespeito aos moradores de zonas periféricas de grandes metrópoles (como o Rio de Janeiro) na cobertura midiática é tonalizada em um cenário no qual as notícias sobre crimes vão pouco a pouco apagando a “voz” do agressor nas reportagens e conferindo um destaque cada vez maior às vítimas (os autores chegam a esta conclusão comparando jornais da década de 1980 e do início dos anos 2000). O responsável por um crime era anteriormente identificado como um indivíduo dominado por seus impulsos, mas por impulsos que poderiam ter brotado em qualquer outro sujeito em uma situação análoga à enfrentada por aquele. Delitos de escopo passional e crimes de vingança ganhavam as páginas dos jornais e, além de instigarem a compaixão da sociedade, suscitavam um senso de comum humanidade entre os que infringiam a lei e os leitores e espectadores da mídia. Nas palavras de Vaz et al, “os criminosos nessas notícias sobre crimes passionais não são intrinsecamente maus; estavam, sim, com sua consciência perturbada. Precisam aprender a controlar suas paixões como fazem os normais e, para tanto, nada como a disciplina das prisões” (2006, p.77).

²⁷ Mas nem todas as produções culturais midiáticas que enfocam a favela tratam de seus moradores de maneira estigmatizada. Há toda uma gama de documentários e séries que tentam questionar estereótipos e propor novas abordagens sobre a periferia e seus habitantes. Sobre esse tema, cabe conferir os artigos de Xavier (2000, 2006).

²⁸ Link para matéria sobre o assunto: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/nos-anos-90-arrastoes-nas-praias-da-zona-sul-levaram-panico-aos-banhistas-10838744>>, acesso em 10 dez 2014.

Progressivamente o agressor sai de cena nas narrativas da mídia e quem toma seu lugar são as vítimas de delinquências. Este período de alteração no *modus operandi* dos veículos midiáticos corresponde também ao período de progressiva “acumulação social da violência”, tal qual Michel Misse (2008) o define. Este processo, para o referido autor, ocorre a partir da década de 1950 em direção aos tempos recentes, e tem como paralelo a aparição dos primeiros grupos de extermínio criados por oficiais de segurança pública do Rio de Janeiro, que visavam controlar a expansão da criminalidade na cidade. Os delitos antes cometidos por intento passional estavam sendo pouco a pouco substituídos por assaltos, arrombamentos e homicídios. Neste quadro, os “justiceiros” da polícia iniciavam suas incursões principalmente em regiões periféricas de grandes centros urbanos (com apoio de uma sociedade amedrontada com a possibilidade de se tornar vítima de um destes crimes), sob o lema “bandido bom é bandido morto” (bordão notório do Deputado Estadual Sivuca, do PSC, ex-membro de esquadrões de extermínio)²⁹. O que esse lema carrega consigo é uma prática de incriminação que prescinde qualquer processo de acusação, inquérito formal ou mesmo a existência real de um crime. Os sujeitos passam a ser enquadrados em “tipos ideais” de criminosos, de modo que sem que haja um delito propriamente dito já seria possível pensar em sua virtual culpabilidade em situações apropriadas. Esta “tipificação” dos moradores de favela e sua associação com atividades ilícitas, que permeia os discursos sociais, estão presentes, em sua face mais trágica, na cotidianidade. Um exemplo disso é o estudo publicado por Silvia Ramos e Leonarda Musumeci (2004) sobre a ocorrência de abordagens policiais no Rio de Janeiro, que demonstra como a ideia de “elemento suspeito” se enraíza na prática policial, associando o “risco” de um crime a jovens negros pobres através de um procedimento que opera por vias tácitas: “trabalhando na prática com estereótipos, ela [a Polícia] aceita ser um operador explícito de preconceitos que a sociedade prefere disfarçar e, não questionando a validade de tal ‘missão’, carrega solitariamente todo o seu ônus” (RAMOS e MUSUMECI, 2004, p11). Cria-se um indivíduo identificado com o “crime em geral” que, no caso do Brasil, é o sujeito morador de periferia. Segundo o discurso hegemônico, esses sujeitos estariam sempre sob o risco de se converterem a uma vida

²⁹ Como explica Luiz Machado da Silva (2005), a progressiva escalada de brutalidade policial e desrespeito a sujeitos incriminados e alvejados (muitas vezes sem qualquer suspeita concreta) caminha em paralelo à expansão dos crimes cometidos por indivíduos sem ligações diretas com as vítimas e, sobretudo, a uma recorrente solicitação, por parte de veículos midiáticos, de “punho mais firme” para o tratamento da criminalidade pelos órgãos de segurança pública nos moldes de um populismo penal, no qual os direitos humanos passam a ser vistos como algo que só beneficiaria “bandidos”.

criminosa, já que faltariam a eles opções mais satisfatórias de existência (em decorrência de um quadro de privações econômicas e educacionais)³⁰. Nas palavras de Misse,

Todo esse processo implica na existência de um intérprete virtual, um acusador último, que em rodízio ocupará as várias posições, mas que restará sempre crente de que ele próprio não cederá à sujeição. O fundamento da existência desse acusador último é a naturalização da desigualdade social em proporções tais que parte da sociedade poderá defender a tortura e a eliminação física (judicial ou extrajudicial) dos sujeitos criminais, simplesmente porque está segura – imaginariamente – de que essa regra não será jamais aplicada a ela. Essa segurança ontológica, que lhe permite afirmar-se “pessoa de bem” ou “acima de qualquer suspeita”, é a contraparte necessária da sujeição criminal (2008, p.381).

A figura do “bandido”, nesta conjuntura, deixa de apresentar qualquer tipo de humanidade comum com a sociedade em geral. Os “viciados”, “traficantes” e meliantes de toda ordem são vistos como um corpo homogêneo, portadores de características alegóricas que coincidem muitas vezes com as das “classes populares” que habitam as periferias das grandes metrópoles brasileiras (e que, na lógica do discurso hegemônico, dividiriam espaço de moradia e teriam laços de proximidade com estes sujeitos desprovidos de misericórdia). Nos termos de Cefai, a lógica da marginalização das “classes populares” operaria então por meio de uma divisão entre os “pobres, porém honestos”, “portadores das características de ser limpo, ter boa educação, fino trato (...) e a massa dos ‘sem eira nem beira’, fonte de problema e perigos, alvos de uma repressão preventiva (...) e de uma intervenção disciplinar” (1996, p.69)³¹. A imagem de uma “polícia acima da lei” ancora formas de tratamento distintas: para o “cidadão de bem”, uma ação dentro dos cânones da legalidade e dos direitos humanos; para os “favelados”, uma repressão moralizante. E, por fim, para os “bandidos”, senão a força letal, ao menos a tortura³².

A tolerância com relação ao assassinato de sujeitos que nem mesmo foram julgados e o apoio social à violência desmedida da Corporação Policial para com as classes populares

³⁰ É importante destacar que esse discurso hegemônico constrói as próprias assimetrias que diagnostica: a pobreza não se origina de ausência de opções de escolha, mas, sobretudo, pelos arranjos simbólicos de poder e modos de depreciação dos sujeitos que configuram sérios constrangimentos à constituição de autonomia (aliados, evidentemente, às carências de cunho econômico e de formação educacional institucional).

³¹ Entretanto, é importante frisar que na leitura hegemônica que é feita das “classes populares” não se desconsidera o risco contínuo de que elas se vejam cedo ou tarde envolvidas com o tráfico de drogas, independente de estarem empregadas ou possuírem educação formal. Portanto, moradores de periferia se configurariam como “criminosos em potencial”, sempre em vias de desviar para seu destino inevitável. Mesmo no discurso acadêmico este posicionamento moralizante por vezes ecoa, como nos textos de Alba Zaluar (2007, 2011).

³² Misse (2008) aponta que a outra face da “acumulação social da violência” no Rio de Janeiro é o crescimento da brutalidade e da indiferença de criminosos. Isto porque, em um cenário de desprezo social no qual a morte de um sujeito que comete um crime é vista como algo insignificante e até justa (simbolizada pela frase: “menos um!”), em decorrência do fato de sua vida ser tida como desprovida de valor, a violência destes atores também se torna desgarrada de qualquer baliza de reciprocidade, autonomizada.

(apoio que é incrementado quando aceita-se a morte de cidadãos que não tinham relação com o crime, mas que estavam em uma “zona” de conflito da polícia), é obtido em um processo no qual a figura do “bandido” é vista como portadora de uma monstruosidade desmesurada. Para Paulo Vaz et al. “o desrespeito pela vida alheia e a frieza, isto é, a desconsideração pelo sofrimento que inflige, passam a dar o contorno da face do estranho que podemos encontrar na cidade” (2006, p.78). Se não há razão plausível para o cometimento dos crimes e muito menos vítimas privilegiadas, então todos³³ são vítimas virtuais. “Os crimes não são vistos como incidentes, como instâncias isoladas, mas sim como incidências, como mais um caso de um fenômeno – por exemplo, a ‘violência urbana’ – que os antecede e que os sucederá” (VAZ e RONY, 2008, p.2). Na cobertura noticiosa, cria-se uma separação entre “nós” e “eles”: a audiência é instigada a ser vista como ameaçada constantemente por um grupo de indivíduos estranhos e organizados em bandos de traficantes de drogas, de modo que as rotinas cotidianas se veem ininterruptamente ameaçadas em sua continuidade.

Segundo Silva (2011), a linguagem da violência urbana está predominantemente associada atualmente à interrupção das rotinas cotidianas. Neste âmbito, o papel da Segurança Pública se configura menos em sua função regulatória das práticas sociais e mais como o de preservação e garantia das rotinas pessoais por meio do bloqueio de relações (seja entre sujeitos, seja entre “territórios”). Por isto a “repressão policial” ganha a tônica nos debates, e a “metáfora da guerra” (ao tráfico, as gangues de bandidos) assume uma importância impar: só assim as vítimas virtuais teriam seu sofrimento futuro evitado (nesta empreitada nenhum esforço de repressão seria menos legítimo). Nesse panorama, ocorre uma transferência de ingerência na luta pelos “direitos humanos”, que deixa de ser a arma dos dissidentes ou excluídos e passa ser o embate por uma justiça divina exercida frente a um inimigo invisível e onipresente.

Como esclarece Rancière (2012a) a partir do contexto dos conflitos bélicos travados entre os Estados Unidos e os países árabes, se desenha aqui o perfil de uma “guerra humanitária”, uma batalha sem fim contra um terror difuso, com os direitos humanos se convertendo em privilégio de um vingador. Os excessos da polícia são então validados a nível jurídico pela noção de “combate generalizado ao crime”, pelo desprezo ao direito de *habeas corpus*, pelo método da brutalidade corporal e pela suspeita sistemática (MARQUES e

³³ Quando se fala em “todos”, é importante entender qual contagem está sendo feita. Se os moradores da periferia, como afirmam Paulo Vaz et al. (2005) são um potencial “eles” (bandidos, traficantes, assassinos) por sua vinculação espacial com a criminalidade e predisposição às “tentações” oriundas desse “estilo de vida”; as vítimas privilegiadas, “o todos”, são cidadãos de classe média e alta: “seu sofrimento, real ou virtual, é o que conta” (VAZ et al, 2005, p.20).

ROCHA, 2010). Se, como concebe Jean-Paul Brodeur (2004), a força policial é caracterizada por um *ethos* de força mínima objetivando a manutenção da ordem, o que define a atual conjuntura no Rio de Janeiro é, sobremaneira, o emprego de um tipo de força pouco afeito à diversidade das situações de confronto e pautado por um uso máximo ou mesmo letal de ofensivas (a “metáfora da guerra” diz muito deste modelo de emprego da força policial no cenário recente. Isto porque, na guerra, o objetivo não é a manutenção da ordem, mas sim a eliminação do adversário e, para isto, não devem se medir esforços). No acervo de práticas utilizadas na rotina de trabalho da organização policial, como ressaltam Paula Poncioni e Marcos Bretas (1999), esta postura repressiva ainda é reforçada no saudosismo que policiais demonstram de uma época na qual a política dos “direitos humanos” era inexistente, e na qual seria possível exercer um “bom trabalho” livre de restrições provenientes dos direitos civis. Sendo assim, dentro da cultura policial propaga-se a ideia de que só é possível atuar de maneira eficiente se os profissionais puderem reprimir arbitrariamente aqueles que eles creem ser merecedores de repressão (muitas vezes confundidos com pessoas que são incriminadas sem quaisquer suspeita fundamentada).

A posteriori das operações de ocupação do Complexo do Alemão por organismos de Segurança Pública, em 2010, iniciou-se, na comunidade, a instalação de oito Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's): 20ª UPP Fazendinha, 21ª UPP Nova Brasília, 22ª UPP Morro do Adeus/ Morro da Baiana, 23ª UPP Morro do Alemão / Pedra do Sapo, 24ª UPP Morro do Sereno / Morro da Fé, 25ª UPP Morro da Chatuba / Morro da Caixa D'água, 26ª UPP Parque Proletário e 27ª UPP Vila Cruzeiro, com um efetivo total de mil trezentos e cinquenta policiais. Segundo Cunha e Mello (2011), as UPPs pretendem ser, em acordo ao projeto apresentado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, um modelo de policiamento que se pauta pela interação entre a população e os mecanismos de Segurança Pública, coligada pelo fortalecimento das políticas sociais nas favelas (as UPPs se inserem em um projeto mais amplo de UPPs sociais). Esse projeto se organiza pelos princípios da polícia comunitária (ou polícia de proximidade), e tem como conceito e estratégia a parceria da população com as instituições da área de segurança (ao invés das táticas de repressão acima destacadas). Como complemento ao projeto das UPPs, vieram a implementação de serviços e equipamentos urbanos nas favelas “pacificadas”, bem como ações voltadas para a assistência à saúde e à educação, em harmonia às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) iniciadas em 2007 no Complexo.

O tipo de “aliança” ou “partilha” a ser estabelecido por meio do projeto das UPPs é análogo ao ensejado por Beto Chaves em seu discurso público sobre modelos alternativos de

“junção” entre sociedade civil e polícia. *Papo de Polícia*, em alguns momentos, chega mesmo a explicitar acolhimento a essas empreitadas, como ocorre no episódio cinco, em uma interlocução estabelecida pelo policial com um dos coordenadores do PAC no Complexo do Alemão, Wilson Fernandes. No discurso desse representante do Estado, vem à tona o investimento social do governo naquela área e o discurso de revitalização do espaço:



Wilson: Quando eu cheguei aqui a região tava morta, todo mundo indo embora, tudo fechado. Hoje você vê a revitalização da região. Hoje você vê que os imóveis já tão se valorizando mais, o povo já tá tendo mais prazer em viver dentro do Complexo do Alemão. O que mais me emocionou quando eu comecei essas apropriações, era chegar nas residências que a gente chegava, que não tinha piso, não tinha banheiro, e outras coisas mais (...) uma grande parte disso, o social, se cumpriu.

Beto: A gente imagina o PAC como uma obra do teleférico. O investimento é muito maior do que isso. Ficou muito claro pra mim que tem escola, e a gente tá falando de educação, e tem a UPA, saúde, e tem a geração de emprego que o próprio PAC trouxe pra cá.

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do quinto episódio de *Papo de Polícia*³⁴

Mais a frente, nessa mesma cena, tal aliança entre Estado e periferia é reforçada, dessa vez a partir de uma reflexão de Beto registrada em seu diário de bordo no Complexo após a conversa com o engenheiro do PAC:



Acho que o Estado de certa forma já tava aqui com os investimentos anteriores, e a retomada já começa há três anos atrás com esse tipo de investimento, que é difícil, são investimentos de longo prazo, e por isso é difícil pra gente perceber isso. Só estando aqui, e conversando com um cara como o Wilson, que a gente consegue ter essa noção.

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do quinto episódio de *Papo de Polícia*³⁵

³⁴ Link para o episódio: www.youtube.com/watch?v=yOFw_4iQFYQ, acesso em 10 dez 2014.

³⁵ Link para o episódio: <www.youtube.com/watch?v=yOFw_4iQFYQ>, acesso em 10 dez 2014.

O que se subentende dessas duas sequências é o “lugar” simbólico que o morador ocupa no discurso, que é o de beneficiário de políticas públicas, e não de interlocutor responsável por verificar, por exemplo, em uma cena polêmica, uma igualdade pressuposta. Isso fica ainda mais claro na crítica de Luiz Machado da Silva a esse processo de ocupação e posterior pacificação das favelas (pela via das Unidades de Polícia Pacificadora),

Quando se pensa na população que mora nas localidades onde estão implantadas as UPPs ou são potenciais alvos delas, podemos dizer sem medo de errar que, atualmente, sua capacidade reivindicativa é muito limitada. A simples ideia de que estas áreas precisam ser pacificadas indica que os moradores, em conjunto, são vistos com extrema desconfiança, seja pelo restante da população urbana, seja pelas instituições de manutenção da ordem pública. (Guerra e paz são referências binárias que tipificam amigos/inimigos, presença/ausência de perigo, sem maiores refinamentos classificatórios. Assim, pouco importa que os moradores dessas áreas estejam longe de ser todos pobres e miseráveis, e que constituam, na realidade, uma população bastante heterogênea, que abriga apenas uma ínfima minoria de criminosos). Nestas condições, sua aceitação como participantes legítimos no debate público não pode deixar de ser muito limitada (2010, p.4)

E quais os objetivos do Estado com as UPPs? Como Teixeira (2011) aponta, a “doutrina da pacificação” é uma gama de esforços de expansão do capitalismo no âmago da metrópole carioca, tendo como linha de frente a criação de um “cinturão de segurança” para a formação de um corredor turístico na Zona Sul e no centro da cidade a partir das favelas, e ainda a exploração de um novo mercado consumidor (o morador de periferia), alvo de arrecadação de tributos para o município e uma força de trabalho pouco instruída, visando o consequente desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro (as taxações nas periferias sob serviços e propriedades gerariam dividendos na casa de milhões, revertidos para os cofres do Estado). Assim, no projeto das UPPs sociais, acrescentam-se aos serviços públicos ampliados uma invasão de sistemas pagos (formalização do consumo de energia, TV a cabo e água, para mencionar tão somente alguns). Esse modelo de gestão do capital em periferias, focado não na abertura de direitos a atores historicamente desfavorecidos pelo Estado, mas sim na gestão e no acionamento de válvulas de controle do capital, é nomeado por Boltanski (2013) como “modelo gestor de dominação”, em que o fortalecimento e o aperfeiçoamento das técnicas de *management* e das ferramentas de gestão desenvolvidas no quadro das grandes empresas são importados pelas esferas pública e política.

Nessa paisagem, é perpetuado um tipo de dominação em que os subordinados só têm acesso às medidas fragmentadas às quais estão submetidos, como ocorre no caso em tela. Desenha-se um quadro de aceitação de uma condição assimétrica entre deveres e direitos, traduzidas pelo encarecimento do custo de vida na favela e por uma nova disciplina imposta pelo aparato repressor do Estado, como argumenta Teixeira (2011). A própria presença da

polícia nas favelas por meio das UPPs serve não somente à manutenção de uma condição de paz nos territórios ocupados (evitando que os moradores do local, tidos como potencialmente vulneráveis à conversão ao narcotráfico, adotem práticas ilícitas), mas também uma contínua vigilância sobre a população carente para que assumam devidamente suas “responsabilidades cívicas”, acatando os valores das taxas enquanto aguardam a duvidosa contrapartida em serviços públicos gratuitos.

A discussão sobre o cenário das UPP's em um contexto de pós-ocupação de favelas cariocas, com subsequente implementação de serviços públicos e privados nessas localidades, caminha juntamente com uma tentativa do Estado (e de seus agentes), de instituir uma “partilha” forçada com a população periférica - Estado este que atua como distribuidor de uma ordem simbólica (uma forma de distribuição dos corpos sobre um terreno comum), enquanto se mascara como um “parceiro” dos moradores. O “governo democrático” nesse ambiente nada mais é que uma forma de oligarquia, como defende Rancière (2007b). Isso porque a ordem que se autoproclama como legítima carrega consigo o dever de distribuir os nomes que os sujeitos devem ter e as posições que devem ocupar no âmago da vida pública. No liberalismo, quem assume esta função é o Estado. Como Todd May (2009a) salienta, no regime atual o Estado atua enquanto um distribuidor, e aquilo que ele pretende distribuir é a igualdade, traduzida sob a forma de lei. O paradoxo desta proposição se enuncia da seguinte maneira: se a igualdade presume uma horizontalidade entre interlocutores, como então pode um dos polos do intercâmbio assumir o papel de “agente democrático” provedor da igualdade? Esta maneira de pensar a democracia hierarquiza os corpos: há um conjunto de títulos dados aos sujeitos³⁶, a quem são outorgados os direitos de impor a outros uma maneira de ser, criar e pensar.

Espera-se que os moradores das regiões ocupadas pelas UPPs acatem as novas demandas impostas pelo Estado e evitem a participação nos processos deliberativos que tocam em aspectos cruciais da expansão da economia carioca. A “polícia comunitária” que se estabelece nesse cenário tem por meta a manutenção da ordem pública, mas também a garantia de que os habitantes das favelas pacificadas não insurjam ou transgridam as novas regras impostas. Seu papel é o de “aliado”, mas um “aliado” de um “mundo comum” o qual

³⁶ Rancière (2007b) argumenta que nesse cenário (que ele nomeia como uma pós-democracia) impera uma *epistemocracia*, ou seja, o governo dos mais aptos a tomar decisões. Mas, como o próprio autor questiona, julgar a igualdade (ou sua ausência) em termos técnicos e jurídicos segundo as decisões de especialistas é uma incongruência crassa. Não há *experts* em igualdade. Quando o Estado recorre a especialistas para definir a igualdade, a democracia se deforma em uma caricatura de si mesma. A igualdade só pode ser verificada nos momentos em que cessa o poder dos “mais aptos” em prol do poder de “qualquer um”.

eles só têm o poder de organizar a partir de condições previamente estipuladas que extravasam seu controle. A norma é para eles um fato, e o povo da periferia é apreendido como um só povo (a população que tem o dever de pagar as taxas pelos serviços que lhe são oferecidos; enquanto se afastam da tendência de se “desviar” da criminalidade).

Como ficará evidente no capítulo seguinte, esse contexto histórico de ocupação e posterior pacificação das favelas cariocas influencia diretamente a forma como as cenas de *Papo de Polícia* se organizam, sendo o referente no “mundo real” que serve de embasamento a maneiras distintas de encarar o dispositivo que orienta as interações estabelecidas entre Beto Chaves e os moradores do Complexo do Alemão.

5. Da grande comunidade entre policiais e moradores de favela às denúncias face às injustiças sofridas: oscilações entre as categorias de “aliado” e “vítima”

Como a conjuntura histórica a qual serve de “referente” a *Papo de Polícia* deixa evidente, há uma configuração sensível que norteia e conduz as interações estabelecidas entre Beto Chaves e os moradores do Complexo do Alemão. Esta composição, no caso em tela, parece favorecer muito pouco a emergência de cenas polêmicas que coloquem em disjunção os lugares atribuídos a esses sujeitos e os sentidos associados aos nomes que possuem (condições importantes para emancipação). No caso específico dos moradores de favela, se conforma um cenário que evidencia uma obstrução significativa (mas não completa) a esses atores de tomar a “palavra”, ou ainda de se exprimirem de maneira dissonante no espaço público, e isso decorre de um conjunto amplo de razões: 1) pelo processo histórico de “acumulação social da violência”; 2) pela conduta policial de emprego da “força máxima” em sujeitos que se enquadram nos “tipos ideais” de um criminoso; 3) pela incitação da mídia a um populismo penal que vitimiza classes economicamente privilegiadas em detrimento do sofrimento daquelas com menor poder aquisitivo; 4) pela própria postura das políticas públicas de “falarem” em nome daqueles que vivenciam um cenário de opressões sem conferir-lhes direito à participação e representação; 5) e mesmo na atitude dos moradores de periferia e dos grupos do terceiro setor inseridos nestes espaços de partilharem algumas das definições provenientes de um discurso que os deslegitima, como a proposição de atividades culturais como uma “saída” ao destino fatal de jovens de periferia (que seria o de se converterem ao narcotráfico), e mesmo um distanciamento ao estilo “nós” e “eles” que os próprios moradores fazem entre si mesmos e os “bandidos” - legitimando a repressão policial desmesurada e até mesmo o uso de força letal contra esses sujeitos³⁷.

Somam-se a esse horizonte de restrições as questões que se multiplicam a partir dos processos de ocupação e posterior pacificação das favelas pelo projeto das UPPs sociais, com associação entre políticas governamentais e a gestão da insegurança, se avizinhando de um projeto político pós-democrático (RANCIÈRE, 1996a), onde a política que potencialmente floresceria nas cenas polêmicas que revelariam fraturas entre formas de configurar o “mundo comum”, se desfigura em um projeto de democracia reduzida aos mecanismos do Estado que, no caso em tela, corresponderia à implementação dos projetos dos governos estadual e federal atrelados a uma identificação profunda dos corpos e das vozes dos moradores de favela aos

³⁷ Essa última constatação foi obtida por meio de um estudo publicado por Silva e Leite (2007), concretizado através da realização de grupos focais com moradores de 45 favelas do Rio de Janeiro.

cidadãos dessa gestão democrática. “O sucesso da democracia consistiria então em que ela ache, nas nossas sociedades, uma coincidência entre sua forma política e seu ser sensível” (RANCIÈRE, 1996a, p.101). E se é ao Estado quem compete ou não definir quem é ou não cidadão, fica borrada aqui, de uma maneira mais incisiva, a possibilidade de entrada na política de figuras dissensuais. Nesse modelo, a democracia “não é mais percebida como o objeto de uma escolha, mas vivida como ambiente familiar, como o habitat natural do individualismo pós-moderno, não mais impondo lutas e sacrifícios em uma contradição extrema com os prazeres da era igualitária” (RANCIÈRE, 2012a, p.75). Obstrui-se o surgimento de intervalos entre o vivido e a norma: incrementa-se uma coincidência entre ambos. Todos estão incluídos. Os excluídos não são mais atores conflituais, mas aqueles que acidentalmente se encontram fora da grande igualdade de todos, para quem a comunidade precisa estender a mão a fim de restabelecer o vínculo social (ou ainda aqueles que estão para além de qualquer salvação).

Ao olhar para as imagens que compõem *Papo de Polícia*, procurou-se trabalhar com um conjunto expressivo de cenas (sejam elas de entrevistas sejam de outras situações em que Beto Chaves é filmado vivenciando o Complexo do Alemão), de modo a entender, em detalhe, como se conforma o dispositivo da temporada e como, através das tomadas, ele solicita um tipo de reação do espectador. Foi conferido um privilégio às ocasiões em que o protagonista interage com moradores e posteriormente revela a eles sua profissão, já que, como visto, são por meio dessas situações que se edifica o eixo persuasivo de condução do programa que, como abordado no capítulo três, abrange tanto os interesses comerciais da atração (um “convite” para que a audiência veja como será a reação dos interlocutores do policial civil quando ele revelar a eles que é um membro da Corporação), quanto suas facetas morais (que oscilam entre os intentos do protagonista de “selar”, por meio da experiência no Complexo, uma aposta em uma via alternativa de relação entre policiais e residentes do Morro - calcada em uma “aliança” e não no afrontamento habitual -; e os objetivos do *Afroreggae* de denúncia das mazelas sofridas pelos habitantes de comunidades periféricas em prol do estabelecimento de novas relações entre Estado e favelas).

Nesse capítulo, o exame dessas cenas (em paralelo ao investimento em imagens que não envolvem um contexto de entrevista, mas que também nos permitem adentrar na lógica que governa o programa), foi realizado tentando esmiuçar a maneira com elas se configuram em seus componentes expressivos (os gestos e as performances dos interlocutores no transcorrer de sua aparição na tela) e discursivos (vasculhando o percurso da entrevista, os temas tratados e as possibilidades de preenchimento dos espaços de fala). Importante realçar

que as imagens que serão averiguadas abaixo “harmonizam” os componentes mais mercadológicos que cercam a produção de *Papo de Polícia* (portanto, nessas cenas, de algum modo, está mantida a “surpresa” que sustenta o mecanismo elaborado para Beto Chaves de ocultação e posterior revelação de sua profissão aos seus entrevistados), com suas nuances ora “representativas” (que buscam tornar a audiência indignada ao expor na tela indivíduos oprimidos por condições injustas) ora “imediatistas” (visando reconstituir em um produto cultural os laços de comunhão entre oficiais e moradores de favela, de modo que o espectador se sinta mobilizado a acreditar na factibilidade dessa proposição de “junção” também no mundo concreto - através da consolidação de modelos de policiamento alternativos ao tradicional sistema ostensivo). Em outras palavras, as imagens analisadas a seguir seguem um “roteiro” que a trama propõe, em maior ou menor grau. Entender os meios empregados para seguir essa trilha pouco dissonante proposta pela produção, com suas consequências de fundo estético e político, nos permitirá, na seção subsequente, compreender como se desenham e quais as características das cenas que fogem parcialmente a esse trajeto coeso, operando desconexões que apontam para os hiatos nem sempre transponíveis entre os anseios dos realizadores de *Papo de Polícia* e as situações de interação gravadas.

Nas cenas de *Papo de Polícia* que não compreendem situações de entrevista, como quando Beto Chaves surge percorrendo as vielas do Complexo no decorrer dos sete dias em que se propôs a residir lá no escopo de efetuar as gravações da temporada, tenta-se sobremaneira fazer insurgir um senso de “partilha” de um mesmo “mundo comum” entre o policial e o espaço que ele passa a ocupar. É curioso notar que as cenas em que isso desponta estão inseridas em intervalos entre entrevistas ou mesmo no princípio de cada capítulo (como um marco inaugural do dia de gravações vigente).



IMAGENS extraídas do terceiro, quarto e quinto episódios de *Papo de Polícia*³⁸

Nas situações acima destacadas, Beto ora aparece em uma corrida pelas ruas do Complexo no intuito de se aproximar das pessoas, como ele mesmo afirma em seu diário de bordo (episódio três); ora desponta, já com um ar mais descontraído, brincando com um

³⁸ Link para os vídeos: <www.youtube.com/watch?v=zhfBR3R_kSQ>; acesso em 10 dez 2014. <www.youtube.com/watch?v=86oMiVq_8Os>; <www.youtube.com/watch?v=yOFw_4iQFYQ>, acesso em 10 dez 2014.

papagaio no início de mais um dia de sua jornada (episódio quatro); ora se integra a uma feira popular que acontece na favela aos sábados (episódio seis). Em cada uma dessas circunstâncias, que apesar de, em termos narrativos, não adicionarem elementos à trama, servem para reforçar seu “referente” no mundo real (o cotidiano da periferia), bem como para frisar a imersão do protagonista em sua trajetória ao longo dos sete dias que compreendem o *reality*.

Essas cenas parecem reforçar um investimento da produção em, enquanto obra audiovisual, se debruçar na tarefa de recompor vínculos sociais, aos moldes de uma arte relacional (como tratado no capítulo terceiro). Beto se mostra bastante confortável com esse enquadramento, como fica patente em outra cena desse cunho, extraída do final do terceiro episódio, em que, após todas as entrevistas realizadas no dia, o policial, em seu retorno a casa que veio a residir no Complexo do Alemão no âmbito de seu contrato para o *Papo de Polícia*, se depara com um sofá de um vizinho interpondo seu trajeto. Seu gesto de colaborar com o deslocamento do móvel para dentro da residência do morador é destacado por meio de uma voz em *off* do próprio Beto:



DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do terceiro episódio de *Papo de Polícia*³⁹

“Fazer parte da comunidade” não significa somente experimentar uma nova localidade por um período de tempo estabelecido, mas sim adensar uma “comunhão” com o espaço e seus ocupantes. É como se Beto, ao se orientar no limiar de uma conduta bastante distinta daquilo que se desprende de uma “cultura policial”, pudesse reforçar um novo tipo de elo com os cidadãos, sem se desprender de sua identidade profissional - afinal, mesmo que ele se proponha a não revelar de imediato para seus interlocutores que é um oficial, nós, espectadores, temos ciência desde o início das intenções desse sujeito (que ele mesmo aclara

³⁹ Link para o vídeo: www.youtube.com/watch?v=zhfBR3R_kSQ, acesso em 10 dez 2014.

nos primeiros minutos do episódio inaugural); e a sua “integração” à comunidade só possui verdadeiro sentido tendo em vista sua profissão e a relação historicamente conflituosa fundada com os moradores de periferias como o Complexo do Alemão.

Encarar uma das fisionomias de *Papo de Polícia* como um empreendimento que visa restituir uma “harmonia” ou “aliança” entre parceiros (e não mais inimigos dispostos por meio de assimetrias de poder) alocados sob uma “perspectiva comum”, nos permite perceber as ordenações do sensível que aclimatam as cenas do princípio do sétimo e último capítulo, onde Beto, junto à produção do programa, tenta organizar um “típico” churrasco de domingo no Complexo do Alemão. As primeiras imagens dão conta dos preparativos para a festa de celebração da pretensa aproximação estabelecida ao longo daqueles dias entre moradores e o protagonista, com Beto subindo os degraus de uma estreita ruela com uma caixa no ombro seguido em fila indiana por outras pessoas que também transportavam ingredientes para o churrasco.



Hoje é meu último dia, domingo, a gente armou um churrasco, e a ideia era reunir o pessoal que conversou com a gente, que ficou com a gente durante esses dias, e que fizeram a gente crescer. A gente foi buscar cerveja, refrigerante, água, a carne, o carvão.

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do sétimo episódio de *Papo de Polícia*⁴⁰

Essa tomada é sucedida pelas cenas da festa em si, onde sob um céu azul, e em uma laje posicionada em um ponto esteticamente elegante, celebram os “parceiros” que o protagonista adquiriu em seus dias de “morador” do Complexo.



⁴⁰ Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=FGufAwXChHU>, , acesso em 10 dez 2014.



IMAGENS extraídas do sétimo episódio de *Papo de Polícia*⁴¹

Na maioria das cenas Beto aparece sorrindo na companhia de seus interlocutores (que ele lista um por um na ordem de sua aparição nos episódios). Em determinado momento, por meio de seu diário de bordo, assegura: “acabou aquela história de polícia e preconceito” (DEPOIMENTO extraído do sétimo episódio de *Papo de Polícia*). Na última cena, todos os convidados estão alocados em uma grande mesa assistindo ao entardecer regados à música e bebida. Simbolicamente, essa breve tomada simboliza a “harmonia” florescida a partir do carisma de Beto e de sua conduta policial pouco afeita à repressão tradicional que os moradores atrelam aos homens fardados que subiam o morro cotidianamente para efetuar apreensões e prender (ou alvejar) narcotraficantes. Nesse “grande abraço coletivo” cidadãos (vitoriosos, resistentes às tentações do narcotráfico e às privações que experimentam em seu dia-a-dia) e policiais reafirmam seu pacto que está para além de *Papo de Polícia* – existiria um horizonte de paz e cooperação entreaberto se novas práticas se instituíssem na relação entre Estado e comunidade (projeto que as UPPs, postos de “pacificação”, se encarregariam de garantir).

A harmonia ensejada por meio desse ângulo de apreensão do programa é reproduzida em algumas das entrevistas que Beto trava com habitantes do Complexo, devido ao desfecho “favorável” delas à conexão entre o dispositivo organizado pelo programa com o

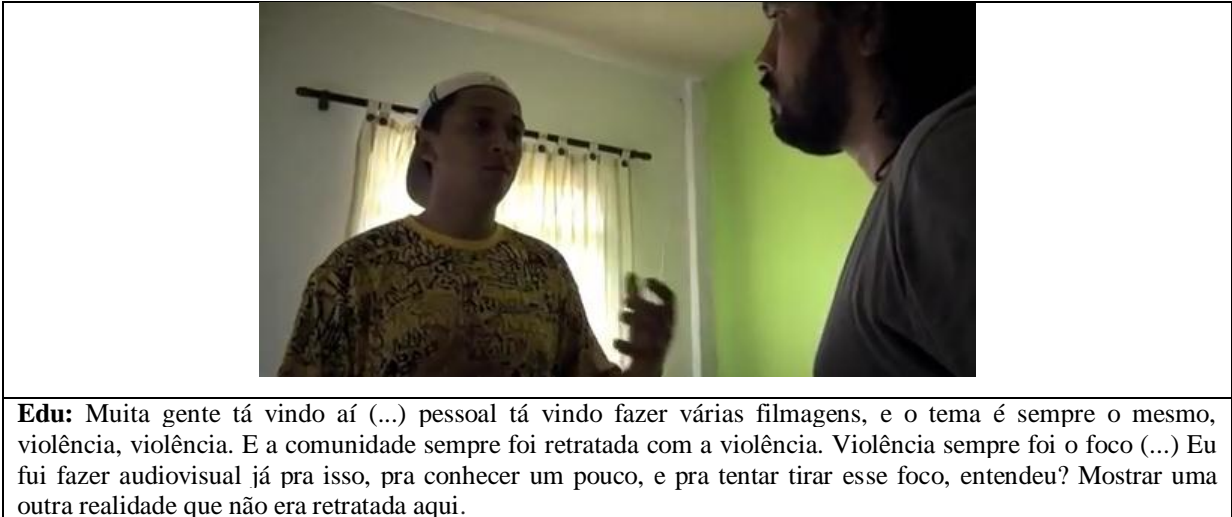
⁴¹ Link para o vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=FGufAwXChHU>, acesso em 10 dez 2014.

“experimento” de “aliança” morador/policial que o protagonista quer moldar. Como já dito, ao longo dos episódios e das deambulações do policial civil pela favela, há um esforço por parte deste em não revelar a princípio para nenhum de seus interlocutores (os moradores locais), sua função profissional. Essa revelação, quando ocorre, aparece no curso das entrevistas, e a “surpresa” nas reações dos moradores é fator de atração para a série enquanto uma produção televisiva. Mas enquanto experiência de estabelecimento de uma potencial junção entre termos díspares, o que o dispositivo significa é algo complementar: a não revelação de Beto procura instigar entre ele e seus entrevistados outro tipo de relação, mais igualitária talvez, em que não se colocariam frente a frente um morador de periferia (historicamente acuado e desconfiado das pretensões do policial) e um sujeito blindado por um tipo de discurso (o da Corporação).

Em quase todas as entrevistas que Beto conduz, há uma encenação esquemática orientada por um roteiro: o policial inicialmente conversa com alguns dos moradores do Complexo do Alemão sobre algum tema que tangencie suas experiências cotidianas, os estereótipos da repressão policial e a situação que eles atualmente vivenciam após o processo de “pacificação do Alemão”. Ao final, ele revela seu ofício, causando, na maior parte dos casos, um imenso espanto. Sua estratégia com este procedimento, como abordado anteriormente, muito possivelmente foi a de mostrar que é possível construir uma forma alternativa de interlocução entre policiais e favelados a partir de uma proposta distinta da ação policial tradicional. Note-se que, apesar de Beto mencionar em uma entrevista com Jô Soares na época do lançamento do programa (24 de março de 2011), que sua meta com *Papo de Polícia* seria revelar o protagonismo do morador no processo de pacificação das favelas, o que sua estratégia de atuação insinua é muito diferente, estando mais direcionada para um projeto profissional de instigar dentro das instâncias de Segurança Pública um tipo de policiamento mais preventivo e, neste sentido, com laços mais estreitos ao *ethos* policial da força mínima descrito por Jean-Paul Brodeur (2004).

Ainda assim, em algumas das entrevistas destacadas do conjunto da série, pode ser percebida uma cena de consonância entre os propósitos do policial com seu dispositivo de ocultamento/revelação e a conseqüente quebra de paradigmas de seus interlocutores, simbolizada por seu assombro ao descobrir que Beto era um policial – e um policial que não estava ali para reprimi-los – e posterior entusiasmo com as vindouras relações entre oficiais e moradores (o extravasamento das aproximações edificadas no programa para uma restituição futura dos vínculos sociais no campo do real). Em uma conversa com o músico Edu Grau, no episódio quatro, este desconforto seguido de posterior euforia é particularmente evidente.

Beto vai à casa do músico e o primeiro tema em que esse toca, com certa ênfase (possivelmente acreditando que seu interlocutor seria um realizador interessado no cenário de carências e violência que transita pelas favelas) é o excesso de retratação das mazelas que existem nas regiões periféricas das grandes cidades em detrimento de outras facetas da experiência dos moradores daqueles espaços:



DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do quarto episódio de *Papo de Polícia*⁴²

Na tomada seguinte Edu aparece interpretando uma de suas canções em uma área externa de sua residência, e na próxima cena o músico comenta sobre suas inspirações para a composição. Logo em seguida, a conversa se torna mais densa, com o interlocutor de Beto falando sobre a intersecção entre oportunidades de vida e o distanciamento da criminalidade, que culmina com um depoimento emocionado sobre sua persistência por essa rota, chegando até mesmo a passar por situações de penúria (caminhar sob o sol por quilômetros para conseguir cursar uma faculdade, tentar se capacitar por meio de cursos sem ao menos ter o dinheiro suficiente para pagar por eles) para atingir seus objetivos pessoais. É inequívoco que Edu busca ver em Beto Chaves um possível interlocutor compreensivo e disposto a acolher sua história de vida. Nesse momento há um corte na imagem, e Beto aparece, em seu diário de bordo, comentando com certo tom de divertimento que, naquele momento da conversa, resolveu revelar a Edu que era policial. A reação do músico é de assombro e incredulidade, como a transcrição do diálogo conjugada às imagens da cena possibilitam dimensionar:

⁴² Link para o episódio: <www.youtube.com/watch?v=86oMiVq_8Os>, acesso em 10 dez 2014.

	<p>Beto: Eu entrei por aqui, você sabe que eu sou policial?</p>
	<p>Edu: Você é policial? Caraca mané, não esquentá minha cara não. Apesar que... Ele é policial? É caô? É mesmo? Sério mesmo?</p>
	<p>Beto: Mas eu tenho cara de policial?</p> <p>Edu: Tem não.</p> <p>Beto: E isso é bom ou ruim?</p> <p>Edu: Pô cara, não sei, cê não tá aqui pra me prender. Tá aqui pra me ouvir, pra dialogar.</p>

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do quarto episódio de *Papo de Polícia*⁴³

Se no âmbito discursivo Edu não demonstra acreditar que seu entrevistador é de fato um policial, perguntando aos operadores de câmera se aquela revelação era verdadeira, no campo gestual se manifesta um enrubescer da face de Edu e um constrangimento nítido, ao ponto do músico virar seu rosto em direção ao horizonte (não encarando Beto diretamente por alguns segundos) e um riso desconsertado que persiste por um breve período de tempo. Esse descontrole é por fim contido e Edu volta a si, tentando reconhecer ainda em Beto um “parceiro” de diálogo. Importante levar em consideração que, poucos minutos atrás, esse entrevistado havia confidenciado seus dramas privados diante da câmera (com subsequente comoção), de tal modo que já estava constituída uma situação de reciprocidade com Beto e com os realizadores de *Papo de Polícia* que adentraram em sua residência - e é essa reciprocidade encarnada que é propositalmente tencionada pela “provocação” de Beto. É como se o protagonista da série dissesse a Edu: “agora que você já me considera alguém digno o suficiente para expor sua intimidade, como reagirá quando eu expor a minha?”

⁴³ Link para o episódio: <www.youtube.com/watch?v=86oMiVq_8Os>, acesso em 10 dez 2014.

A atitude “inesperada” de Edu parece estar em conformidade à aliança entre policiais e moradores ensejada por meio dessa forma de ler o dispositivo que conduz a trama do programa. Se Beto estivesse ali atuando como um policial típico, o músico consequentemente não o veria como um interlocutor, mas como um opressor (do qual ele confessa ter medo, em uma fala posterior à revelação de Beto); mas aquele sujeito se apresentava a Edu como um parceiro (alguém interessado em ouvir e dialogar), portanto, alguém que poderia instituir uma “troca” comunicativa com ele⁴⁴. Encerra-se essa entrevista e Edu retorna à série no último capítulo, participando do churrasco organizado pela equipe do *Papo de Polícia*.

Outras circunstâncias como essa (talvez com um desfecho não tão aparentemente harmônico), estão espalhadas ao longo dos sete capítulos do programa. Em uma delas em particular, o momento da revelação de Beto como policial chega mesmo a se tornar um tema de discussão entre entrevistador e entrevistados. Isso acontece ao final do capítulo três, mais especificamente em um diálogo travado entre Beto e um grupo de homossexuais. A conversa se inicia com um debate acerca dos estereótipos da violência policial, acionado pelo protagonista de *Papo de Polícia*:



Beto: Em novembro de 2010, houve uma megaoperação do que eles chamaram de retomada do Complexo. O que mudou a partir da operação?

Mariane: O Complexo mudou, querendo ou não, mudou. Só saiu a moto, a droga, mas as armas continuam. É isso que incomoda.

Beto: Olha só, eu tô a três dias aqui. Eu não vi arma.

Mariane: Eu vi. Na mão do militar.

Beto: Quem é que tá ganhando com a história de vocês? Vocês, sociedade, vamos colocar assim. Vocês odiarem a polícia, que é um pouco essa a sensação; e quem é que tá ganhando com a sociedade sendo homofóbica? Quem é que tá ganhando?

Mariane: Nenhum dos dois. Tão se autodestruindo.

⁴⁴ É importante lembrar que, não raro, os atos enunciativos dos moradores são estrategicamente pensados para serem expostos diante de uma câmera da televisão. Nesses casos, com grande frequência o interlocutor não é aquele que se apresenta como “entrevistado”, mas o futuro espectador que estará assistindo ao programa. Assim, os moradores que conversaram com Beto podem não ter visto nele especificamente um efetivo parceiro de diálogo, mas um mediador que poderia facilitar a visibilização e circulação de suas experiências e pontos de vista.

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do terceiro episódio de *Papo de Polícia*⁴⁵

Beto tenta remeter seus interlocutores às imagens pejorativas que seus entrevistados possuem da polícia, mas percebe, em determinado momento, que isso seria mais eficaz com a exposição de sua identidade profissional. Assim, pergunta a eles em qual categoria estereotípica ele estaria inserido, e as respostas dispersas dos jovens passam ao largo da afirmação correta. O protagonista se apresenta então como policial, forçando uma reconfiguração das tipificações dos garotos que conversavam com ele, apesar de haver um estranhamento mútuo inicial. Um dos jovens assevera que Beto dizer que é oficial da Segurança Pública em um contexto como aquele, no qual ele não estaria armado, não seria problemático, mas afirma que não gostaria de encontrar com seu entrevistador fardado em uma operação, pois muito possivelmente sofreria algum tipo de opressão (podendo chegar até a uma execução sumária). O protagonista de *Papo de Polícia* fica visivelmente desconcertado com a colocação de seus interlocutores, e se defende alinhando a injustificabilidade do preconceito sofrido por homossexuais com aquele sofrido por policiais, descaracterizando o tom de denúncia na fala dos jovens como sinal de estigmatização e não como consequência de uma história de repressões sofridas⁴⁶. É interessante retomar este momento da conversa:



Beto: E se eu disser pra vocês que eu sou policial?

Mariane: Vamo metê o pé (risos).

Kelly: Pra mim é normal.

⁴⁵ Link para o episódio: <www.youtube.com/watch?v=zhfBR3R_kSQ> , acesso em 10 dez 2014.

⁴⁶Beto utiliza esta estratégia retórica com bastante frequência ao longo dos sete episódios da primeira temporada de *Papo de Polícia*, desconfigurando uma parcela significativa das denúncias de moradores acerca da repressão policial como sinais de preconceito que seria contornável com um esforço da parte do cidadão de tentar trabalhar junto aos organismos de Segurança Pública (ou como ações isoladas de “maus policiais”). Sobre as críticas acerca de abusos da Corporação nas operações de ocupação das favelas, Beto é enfático em uma entrevista concedida à revista *Época*: “Eu queria que a instituição policial fosse a única corrupta e violenta do nosso país. Para a polícia ficar ruim, ela precisa melhorar muito. Porque a nossa sociedade precisa melhorar muito também. Ela está preparada para uma boa polícia? A sociedade é umbilical, egoísta. Para os outros, o rigor da lei. Para si mesmo, o jeitinho. A polícia errou? Errou, mas é a humanidade que temos em todas as instituições. A sociedade precisa continuar a movimentar a polícia como fez ano passado para evitarmos esse tipo de abuso. A polícia é um gigante bobo e forte, mas é manipulável.” (ÉPOCA, 27/01/2011)

Mariane: Normal... cê sabe se comunicar, tu falou normal, já contagiou... se fosse todos assim.

Beto: Vou contar outra coisa pra vocês então: eu tive nessas operações todas que aconteceram aqui no Complexo⁴⁷.

Maicon: Trocando tiro?!

Mariane: Normal, a gente não bateu de frente com você. Se a gente batesse a gente ia sair correndo. Ai você ia furar nós na bala.

Maicon: Vai falar que não? Que não ia gritar: sai da rua neguinho, sai da rua porra, sai! (...)

Mariane: “Se correr é traficante, se ficar é consumidor”.

Beto: Então nós tamos assumindo, que todo policial, na cabeça de vocês, é violento, e eu devo assumir...

Todos os jovens: Nem todos....

Mariane: A gente não conhece todos. A gente conhece aqueles...

Beto: Porque senão a gente vai continuar mantendo esse ciclo vicioso. Então todo homossexual não vale nada, é promíscuo, não sei o quê...

Kelly: Mas é o que 90% de 100 pensa.

Beto: Mas olha só: se vocês sofrem preconceito, como vocês conseguem exalar tanto preconceito pra fora? Como é que é isso?

Mariane: Porque já recebemo muito.

Beto: Mas então é “toma lá da cá”? Como é que a gente resolve isso?

Mariane: Um dos dois tem que abaixar...

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do terceiro episódio de *Papo de Polícia*⁴⁸

Pelo desenrolar da conversação, é perceptível que a capacidade retórica de Beto aliada à sua posição privilegiada como condutor da trama o permite administrar o argumento de modo a favorecer seu ponto de vista tomando, como dito, as críticas dos jovens ao trabalho da polícia (e seu excesso de truculência contra marginalizados) como resultado de um processo histórico de acúmulo de estigmas contra a Segurança Pública, sem necessária correspondência ao mundo real e às ações concretas da força policial – o que em grande medida “mina” a razão que norteia o argumento dos garotos. O resultado dessa bem sucedida tática empregada por Beto é o de reorganizar o debate em função da lógica de sua defesa: a atividade policial não é violenta ou opressiva em si, mas pode causar essa impressão em sujeitos que já estejam predispostos a encontrar em cada oficial um “inimigo”. Assim, se antes os jovens diziam que “todos” os policiais eram violentos, agora se viam forçados a reconsiderar sua constatação, substituindo o pronome indefinido generalizante pelo advérbio “maioria”, que já exclui da totalidade um conjunto ainda sem lugar definido: os policiais como Beto, que contariam como interlocutores para eles (e não como fontes de repressão). Mesmo sob alguma tensão, novamente o dispositivo da série força a cena a atingir uma composição harmônica: entre o “mundo comum” dos garotos e o “mundo comum” do protagonista da série exibida no *Multishow* não há fraturas, ou melhor, as fraturas existentes são ficções decorrentes de uma história que fortificou desmesuradamente o entrincheiramento de ambos os lados. No final das contas, impera entre eles uma relação que precisa ser reabilitada (já que nenhum dos lados

⁴⁷Beto fala aqui das operações de “retomada” das favelas cariocas que ocorreram em 2010.

⁴⁸ Link para o episódio: www.youtube.com/watch?v=zhfBR3R_kSQ, acesso em 10 dez 2014.

lucraria com o distanciamento mútuo). Se houvesse um lema proveniente dessa entrevista, seria: uma nova polícia exige novos cidadãos (ao invés de rivais, agentes coligados em partilha no mesmo espaço público).

Apesar dos esforços de Beto e dos elementos que permitem ler o dispositivo que impera em *Papo de Polícia* por essa via do “pacto” firmado entre organismos de Segurança Pública e sociedade civil, é importante lembrar que a “encenação” de Beto acontece em uma situação bastante desigual: ele finge ser “da comunidade”, enquanto os moradores de nada sabem (pois serão “alvo” de surpresa a partir da revelação); é ele que dispõe de tempo para conduzir as entrevistas (aos entrevistados na maior parte das vezes só cabe o papel de responder as suas indagações), sendo que o tempo do programa não é compartilhado e nem entregue aos moradores; somente ele possui tempo e espaço na trama (por meio do diário de bordo do *reality* emitido em voz *off*) para refletir sobre os encontros que estabelece ao longo da temporada. Destarte, por mais que nos sete episódios de *Papo de Polícia* Beto alegue ter se identificado com os moradores, o suposto campo comum construído entre eles é frágil e dificilmente resistirá às nuances do próprio dispositivo de condução da trama e mesmo aos princípios policiais que Beto carrega, como será visto a seguir.

Não é o ponto aqui desconsiderar a legitimidade deste projeto que o protagonista da série pretende levar a cabo no programa *Papo de Polícia*, até porque as estratégias de policiamento com as quais ele se identifica permitem a construção de relações menos opressivas com moradores de favela (ou ao menos desveladas sob um grau inferior de violência física). A questão é que a narrativa da “comunhão” que Beto assume para si e que permite uma leitura no campo moral do “dispositivo” da série em alguma medida não se sustenta, tendo em vista que Beto não se descola de seu papel de policial, ainda que ele não seja declarado a todos os moradores que ele encontra em seu percurso. E, neste sentido, sua conduta em primeira instância incita mais uma reorganização das formas de atuação da ordem policial existente do que a possibilidade que moradores de periferia adquiram realmente o direito de participar da vida pública (afinal, é ao Estado e às instâncias de Segurança Pública a quem competem definir as estratégias de ação policial e as formas de interação com as comunidades locais).

Beto Chaves sinaliza que ao menos se esforça em escutar os moradores, mas não é sem resistência que sua escuta se despe das formas de enquadrá-los em uma divisão do sensível que estabelece convergências em torno dos modos de ser, do fazer e do dizer que convêm a cada um. Ao mesmo tempo, os moradores também têm dificuldade em olhar para Beto Chaves e ver nele um possível parceiro de interlocução. É nítido no rosto e na expressão

das pessoas o estranhamento quando descobrem o trabalho exercido por seu entrevistador, como já visto. É nesse momento que as fraturas e hiatos se tornam mais evidentes, revelando a disjunção promovida por uma comunicação que distribui desigualmente tempos, formas de narrar, modos de performar diante da câmera e, especialmente possibilidades de realização de projetos de vida.

Fica evidente em algumas entrevistas do programa que a “aliança” ensejada por Beto, se aproveitando do dispositivo que organiza seus intercâmbios com os residentes do Alemão, é também perpassada pela tipificação de alguns de seus interlocutores, tipificação essa que tem como fonte o “referente” material que embasa a trama. Destarte, se vê reproduzida em alguns momentos de *Papo de Polícia* a dicotomia entre “cidadãos de bem” (ainda que em situação de vida precária) e “meliantes” ou “dissidentes” – divisão essa sustentada mesmo por alguns dos interlocutores do protagonista. Um momento bastante elucidativo nesse aspecto ocorre em uma entrevista que Beto conduz com quatro moradoras em uma escadaria do Complexo, na segunda metade do quinto episódio. O tema central de discussão é o sentimento de pertença à comunidade, seguido de perto pela maneira como essas moradoras empreendiam enorme rigor na criação de seus filhos para mantê-los afastados da criminalidade. Em determinado instante, Luzimar Severiano, mãe de uma das entrevistadas, evidencia seu repúdio com o narcotráfico, se valendo de uma alegoria em que descreve um cenário imaginário para o futuro de sua filha, Creuzymar Severiano. A fala dessa moradora, bastante enfática, é introduzida por um *off* com Beto Chaves, em seu diário de bordo, afirmando que ficou impactado pelo discurso dela e pela reflexão que ele gera (ao ponto dele retomar a fala dessa entrevistada em uma conversa que estabelece no episódio seguinte, com um ex-narcotraficante):



Na minha casa ela arruma um catador de papel. Meu quintal pode ficar cheio de lixo, alguém chegar e falar: de quem é esse lixo? É do meu genro.

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do quinto episódio de *Papo de Polícia*⁴⁹

Mas essa dicotomização dos habitantes do Complexo de alguma maneira influencia a própria forma de Beto administrar alguns de seus intercâmbios. Embora tenha bastante disposição para ouvir aqueles que se identificam com uma vida de superação em face dos diversos atalhos que emergem para a criminalidade (como o exemplo de Edu Grau, e como veremos logo adiante, de um jovem estudante que conquistou um prêmio em seu emprego) ou ainda com aqueles que transpuseram uma existência na ilegalidade (sendo apresentados ao longo do programa como ex-narcotraficantes), a mesma disposição não parece emergir quando o policial civil se depara com um sujeito que, na própria descrição de Beto (por meio de voz em *off*), estaria “entregue” a um mundo outro, distinto daquele em que se encontram ele e os outros moradores do Complexo. Nas palavras do protagonista de *Papo de Polícia*:

Você caminhando, é uma história de pertencimento ao lugar que é fantástica. Da mesma forma que você encontra com alguém que fez administração de empresas, você encontra com uma pessoa que tá completamente vivendo num outro mundo, porque se entrega ao alcoolismo, se entrega às drogas. E que vive dessa lógica de biscates. E que chora suas angústias através da bebida, através da droga (DEPOIMENTO extraído do quinto episódio de *Papo de Polícia*).

Na interação de Beto com Alexandre Pereira, fica nítida uma impostação bastante distinta da que ele adota na maioria de seus outros encontros no transcorrer da série. O protagonista se coloca frente a frente de seu interlocutor, o encara diretamente nos olhos com um semblante austero, com as sobrancelhas arqueadas e com a face levemente inclinada para o alto. As falas de Alexandre são entrecortadas por perguntas ríspidas e incisivas, como se o protagonista, naquele momento, voltasse à sua linha profissional habitual e não mais se interessasse pela real escuta daquele que está diante de si.



Alexandre: Eu bebo assim pra esquecer meus problemas, eu brigo pra esquecer meus problemas, porque não adianta eu gastar meu ódio assim em cima de ninguém.

Beto: Já teve no crime?

Alexandre: Nunca, e nem quero.

Beto: Droga? Crack, maconha, cocaína.

⁴⁹ Link para o episódio: www.youtube.com/watch?v=yOFw_4iQFYQ, acesso em 10 dez 2014.

Alexandre: Pô cara, de vez em quando eu uso assim, mas eu não gosto não. É meu jeito assim.
Beto: É o que? É de pó que tu gosta? Crack?
Alexandre: Fumo assim, mas eu não gosto não cara, eu quero abandonar esses bagulhos todos.
Beto: Tudo né?
Alexandre: Quero é viver minha vida feliz...
Beto: Tu mora aonde?
Alexandre: Cara, eu num tenho nem família assim.
Beto: É? Mas tu tá morando aonde?
Alexandre: Minha família me abandonou. Moro, de família de criação. De favor. Imagina só: de favor. Nem dormir...
Beto: Ô, mas tu não tá levando um leite pra ajudar lá não cara?
Alexandre: Pô cara, eu levando ou não levando eu sou um zero a esquerda. Imagina só tu sendo um zero a esquerda.

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do quinto episódio de *Papo de Polícia*⁵⁰

O diálogo se encerra com a não revelação, por parte de Beto, de sua identidade profissional. Por meio do diário de bordo, ele afirma (enquanto nas imagens vemos Alexandre descendo uma ladeira), que se dispôs a ouvir seu entrevistado, mas o que fica explícito nas imagens, como se pôde perceber, é um distanciamento que o protagonista impõe no contato, com uma entonação da voz que transparece certa autoridade e até mesmo um grau de interpelação (como se Beto estivesse “interrogando” um sujeito que ele não considera estar orientado pela mesma perspectiva comum que ele e os outros moradores). Na grande partilha que essa leitura do dispositivo da série pretende edificar, com moradores e policiais sendo um só corpo, esses elementos que não se harmonizam tão facilmente se veem em posição de difícil ajuste.

Mas mesmo nas entrevistas de Beto em que ele revela, ao longo da conversa, sua identidade profissional, é interessante frisar que em nem todos os casos o desfecho do encontro se finda somente com uma harmonização entre ele e seus interlocutores. Em algumas situações, se soma a esse intento uma oportunidade para que os cidadãos exponham as injustiças e o preconceito que sofrem mesmo quando conseguem escapar das vias que levam à ilegalidade. Quando o dispositivo do programa se abre para essa rota, nos avizinhamos de um “modelo representativo da arte” impresso nesse produto cultural que, como já vimos, tenta solicitar do espectador, pelas imagens, uma reação de indignação em face de situações injustas.

Willian Reis é apresentado como “um vencedor” pelo protagonista de *Papo de Polícia* na segunda metade do episódio seis. Ele adentra pela moradia desse interlocutor e, logo nos primeiros instantes da conversa, já procura explorar, com significativo entusiasmo, as razões pelas quais o considera um afortunado:

⁵⁰ Link para o episódio: www.youtube.com/watch?v=yOFw_4iQFYQ, acesso em 10 dez 2014.



Beto: Cê falou que foi criado pela tua avó né? E aí eu sei de toda grandeza do homem que você se tornou.

Willian: Graças a ela.

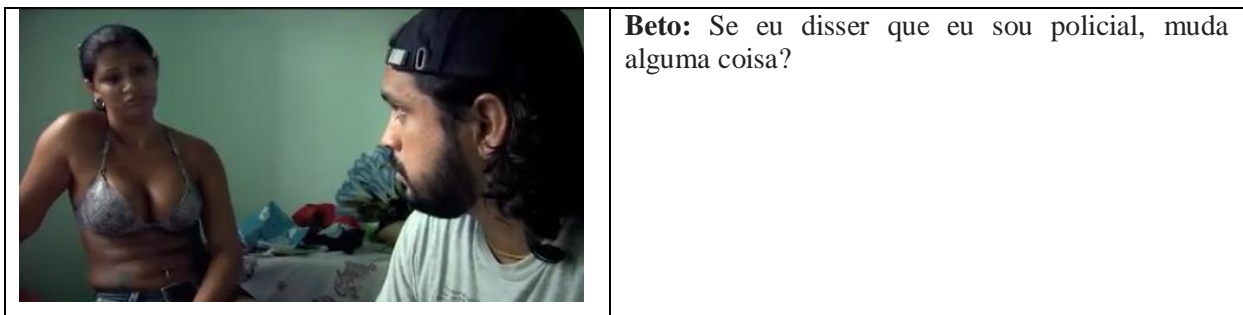
(...)

Beto: Porque tá aí vencedor, ganhou prêmio agora, não foi isso? Me conta essa história aí.

Willian: Todo ano tem um prêmio, que cada professor concorre. Ganha o melhor da empresa, são 14 unidades, e aí eu fiquei entre os três da rede. E no dia da festa de final de ano da empresa, que são todas academias, e aí teve lá a entrega do prêmio. E aí falaram o nome dos três, e eu ganhei.



DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do sexto episódio de *Papo de Polícia*⁵¹

Na sequência da interação, com todos já sentados, Willian, em tom de confissão para a câmera, revela obstáculos que vivenciou para atingir seu atual posto de vitorioso. Essas histórias, como ele mesmo afirma, poucas vezes foram contadas mesmo aos seus conhecidos, como quando recebeu um convite para entrar para o narcotráfico e recusou veementemente por conta de seu apego à família. O diálogo continua, com Beto ficando a par da trajetória da prima de Willian, Natália Reis, que se envolveu com um traficante há alguns anos, mas conseguiu se desvencilhar da relação, até que, por fim, ele decide revelar aos presentes sua carreira como oficial da Polícia Civil. As reações não são de espanto, mas sim um convite para que Willian discorra, irritadamente e com descontentamento, sobre os estigmas que sofrem os moradores da comunidade por conta da presença do narcotráfico nas favelas.



Beto: Se eu disser que eu sou policial, muda alguma coisa?

⁵¹ Link para o episódio: < www.youtube.com/watch?v=pynSVoHT5W4>, acesso em 10 dez 2014.

	<p>Natália: Não, porque eu não sei da sua cabeça, porque tem muitos policiais que não pensam igual, não são igual você.</p>
	<p>Willian: Quando a polícia falou que ia entrar, o que eu via de comentário de gente falando: “ué, entra logo, mata todo mundo, entra, mata, se o problema é lá, entra e mata”. Só que nego não tem noção do que é uma polícia entrar numa favela abrindo fogo. As pessoas não tem noção. Manda fazer isso lá na Zona Sul. Entrar lá atirando em tudo pra ver o que acontece. Vai fazer isso aqui por que? Aqui não tem gente do bem? Só tem bandido aqui? Se você pegar o tamanho do Complexo, isso aqui é bandido [Willian esboça, com as mãos. um arco pequeno], isso aqui são moradores [dessa vez desenha um grande círculo com os braços]. Porque isso aqui [o grande círculo] tem que sofrer por causa disso aqui [o arco pequeno]?</p>



DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do sexto episódio de *Papo de Polícia*⁵²

Na fala de Willian, e em seu semblante, fica nítida a divisão entre as representações de moradores e o tipo de comunalidade existente entre eles. O grande círculo que esse morador desenha com as mãos simboliza ele e todos os outros habitantes, cidadãos de bem, enquanto que no arco menor se encontram aqueles de fato merecem punição, mas que não compartilham o mesmo mundo em que convivem ele e seus companheiros de Complexo. Para quem sua revolta se direciona? Sem sombra de dúvidas, ela é dirigida primordialmente à classe média alta (potencial espectador de *Papo de Polícia*, que é exibido em um canal comercial de televisão paga) a qual, em seu discurso, desponta almejando que todos os “favelados” sofram independente de sua associação com a criminalidade (e que não imaginam como seria se na Zona Sul, onde supostamente residem, a polícia de repente adentrasse nos bairros disparando a esmo, englobando todos sob o mesmo rótulo incriminador). A eficácia do discurso de Willian, em princípio, ocorreria pela via da conscientização e do aguçamento do olhar do espectador para as iniquidades que sofrem os moradores de favelas por dividirem

⁵² Link para o episódio: < www.youtube.com/watch?v=pynSVoHT5W4>, acesso em 10 dez 2014.

espaço com criminosos - cidadãos de bem que são engolfados por um olhar de recriminação sem, contudo, ter qualquer vínculo com transgressões.

Essa leitura proveniente de um “modelo representativo da arte”, como abordado na terceira seção dessa investigação, emerge em outras cenas de *Papo de Polícia*, ancorada pela mesma visada de indignação que os moradores expressam: seja contra uma sociedade preconceituosa, contra a truculência da polícia, ou ainda contra o descaso que o Estado demonstra para com esses sujeitos e suas condições de existência. Ao final do segundo episódio esse último tipo de manifestação sobressai quando Beto Chaves vai à Favela da Skol, uma das 12 favelas que compreendem o Complexo do Alemão, e se espanta com o ambiente com o qual se depara: em meio aos escombros de uma antiga sede de indústria, se apropriam do espaço pessoas em condições de vida absurdamente precárias. Seu assombro persiste em todas as conversas que ele trava naquele espaço e, em todas elas, há no semblante dos moradores um ar de alheamento, de quase desinteresse e de falta de vontade de falar para a câmera. Isto se quebra no proferimento de uma das residentes dali, Roseli Barbosa, apresentada como desempregada, que inicia seu desabafo sem qualquer pergunta formal feita por Beto. Aos prantos, ela nomeia, recorrendo a um contexto de violência urbana e de desautorização das vozes de moradores de periferia, a injustiça sofrida que a impede de ser considerada como cidadã e como um indivíduo digno de ser ouvido:

	<p>Beto: Não, não fique assim não, o que a gente tá tentando fazer aqui é mostrar um pouco mais... as pessoas não têm a mínima noção de que tem gente como a senhora, como a sua família, que vivem dessa forma, sabe? E o que a gente tá fazendo um pouco é tentar mostrar isso...</p>
	<p>Roseli: Graças a Deus, porque não vem ninguém na minha casa senhor. Não tenho um banco pra sentar, a verdade é essa que tá aí. Isso é vida de um ser humano? Eu sou gente, num sô bicho, não sô nada não. Somo ser humano. Tamo dependendo aí...nego promete as coisas... num cumpre, eu acho que num cumpre o que faz com a gente.</p>

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do segundo episódio de *Papo de Polícia*⁵³

⁵³ Link para o episódio: www.youtube.com/watch?v=ptjK9hG1huU, acesso em 10 dez 2014.

O desespero que emerge das palavras de Roseli também é destinado a um espectador imaginário, da mesma maneira como, nesse contexto, o próprio Beto se orienta, desde o momento em que adentra pelos cômodos escuros daquele galpão onde pessoas dividem espaços com ratos e com esgoto, a expor as iniquidades encarnadas naquele local, com uma postura mais introspectiva (seu tom de voz ao longo de sua passagem pela Favela da Skol é bem menos avolumado que o de costume) e denotando desapontamento (nesse percurso, ele não sorri ou se irrita, percorrendo o ambiente com certa letargia). Se as “pessoas não têm a mínima noção de que tem gente como a senhora, como a sua família, que vivem dessa forma”, então o que essas cenas querem instigar é a comoção da audiência para a vida desses sujeitos, dispostos na trama como “vítimas”, e não mais que vítimas, de um sofrimento injusto (já que eles anseiam uma vida digna como cidadãos de bem, e se tivessem oportunidades viveriam dessa forma, sob a autoridade do Estado).

Em uma conjuntura em que se afirma que os *media* trabalham como agentes desveladores de novas formas de sociabilidade através de tempos e espaços dispersos, Chouliaraki aponta que uma preocupação central nessa conjuntura é a maneira como os *media* não só expõem seus espectadores em face do sofrimento distante, mas simultaneamente acionam neles “disposições específicas para sentir, pensar e agir para cada instância de sofrimento” (2008, p.371). Sob esse aspecto, há a aposta de que, sob determinadas circunstâncias, os espectadores poderiam tornar a experiência de meramente acompanhar imagens de sofrimento alheio uma fonte de motivação para se importarem moralmente com a vida de outros distantes. Essa aposta demarca toda a visita e as interações que Beto Chaves estabelece na Favela da Skol, dispondo seus interlocutores em um quadro de sentido bem delimitado, em que ao protagonista é conferido o papel de ser testemunha ocular do infortúnio experimentado pelos moradores daquela localidade; aos moradores é reservado o espaço de “clamar” por melhores condições de vida; e do espectador se espera uma reação, ou ao menos um senso de padecimento, diante das agruras pelas quais aquelas pessoas passam. Essa convergência entre as três instâncias sustenta a narrativa e as imagens do programa apreendidas sob essa visada “representativa”.

Mas o que nos interessa a seguir é entender o que acontece quando se processam, ainda que temporariamente, curtos-circuitos nesses vínculos entre o programa (e seu dispositivo condutor, com Beto sendo o artífice de um jogo de ocultamento e exposição de sua identidade profissional para os moradores do Complexo), as ocasiões em que ele administra uma “comunhão” entre moradores e o grupo policial ao qual pertence (reconstituindo seus vínculos comunicativos sob um mesmo mundo comum) e aquelas em que

o programa emerge como fio condutor de uma configuração sensível pautada por uma estrutura de denúncias, em que se espera do espectador compaixão pelos excluídos e pelas vítimas da pobreza. Na análise subsequente, observaremos interações entre Beto Chaves e seus interlocutores do Complexo do Alemão que resguardam o potencial de instaurar momentos em que se polemizam às formas hegemônicas de dispor policiais e moradores de periferia em um quadro instituído de violência urbana.

6. Quando as imagens revelam fraturas em um suposto “mundo comum”

Ao longo da análise em curso, foram observados os distintos matizes do dispositivo que orienta *Papo de Polícia* através do empenho em criar nexos entre seu regime de apresentação estético enquanto uma produção televisiva de entretenimento (portanto, pautada pela “sedução” da audiência) e suas modulações de cunho ético inspiradas no contexto histórico que serve de referência à produção, oscilando entre um intento de recriar vínculos sociais através da arte (com o dispositivo de ocultamento/revelação da profissão do protagonista como experimento de reconstituição de relações esfaceladas por décadas de distanciamento); e o emprego desse produto cultural enquanto canalizador das denúncias de vítimas de injustiças (às quais são fixadas temporalidades para que narrem suas angústias em busca da sensibilização do olhar do espectador para sua situação de penúria). Em ambas, os corpos se dispõem no regime do sensível de maneiras pouco flexíveis: na primeira forma de ler das imagens, se encontra uma harmonização entre a Corporação Policial e os residentes do Complexo sob um mesmo horizonte comum, o da “aliança” que se traduz no projeto de “pacificação” das favelas pela via das UPPs sociais; na segunda, os moradores se assentam na condição de desrespeitados ou excluídos (estatísticas das desigualdades sociais) que nada mais anseiam que um Estado/sociedade conscientizados de suas carências (e que os atendam por meio de justiça distributiva ou reconhecimento social)⁵⁴.

É importante agora retomar uma questão-chave que o programa dirige ao espectador e que organiza seu dispositivo central para além de sua face “persuasiva” junto à audiência: como pode um policial ver em um morador de favela um interlocutor válido e vice-versa? Se a nuance mais basilar do dispositivo que sustenta o programa não nos responde essa pergunta (pois sua preocupação essencial é com as reações potencialmente inesperadas dos moradores em cada uma das sucessivas vezes em que Beto se revelará policial a eles), seus contornos aparentemente políticos pretendidos prontamente concedem um retorno (tal como abordado no terceiro capítulo): de um lado, como nos propõe a leitura do dispositivo de *Papo de Polícia* pelo prisma de seu protagonista, reestabelecer a reciprocidade entre interlocutores seria uma questão de reconhecimento mútuo em um mesmo ambiente (um mesmo mundo comum), ou seja, a partir do momento em que policiais e moradores de favela se identificarem como aliados (em uma ética do cuidado), as assimetrias de poder, os confrontos e a opressão se

⁵⁴ Importante mais uma vez frisar que não é a proposta dessa investigação debater a legitimidade de estratégias de “policiamento comunitário” levadas a cabo por governos estaduais ou ainda sistemas de distribuição de renda através de assistência social. O debate aborda unicamente as organizações do sensível pela imagem, e a viabilidade de perceber os nomes de sujeito dispostos em *Papo de Polícia* em desconexão parcial com o que se esperava deles.

esvairão; De outro lado (pelo viés de leitura do dispositivo suscitado pelo *Afroreggae*), a solução mais palatável parece ser que a sociedade/polícia reconheça a vitalidade da periferia enquanto localidade recortada na geografia da cidade (um lugar onde “cidadãos de bem” cientes de seus deveres cívicos são taxados como narcotraficantes por viverem na mesma região desses criminosos) e que o Estado atenda as demandas básicas da favela (moradias adequadas, sistema de tratamento de água e esgoto, auxílio educacional, etc), afinal, o distanciamento dos habitantes da periferia da “grande comunidade” que é a cidade do Rio de Janeiro seria ocasionado pela carência de recursos.

Fica evidente que ambas as soluções não transparecem nas imagens em si, mas são inferências que podem ser feitas a partir delas. Portanto, nessa leitura da interrogação propulsora da série, *Papo de Polícia* serviria à condução de linhas de operação exteriores a ela, com o referente no mundo real que serve à produção (com seu contexto histórico particular) sendo “inclinado” em função das expectativas dos agentes realizadores da temporada (do *Afroreggae* enquanto Grupo Cultural; de Beto Chaves enquanto agente preocupado em mobilizar outras formas de atuação nos organismos de Segurança Pública). Nesse aspecto, não discorremos aqui de uma produção que se faz propriamente em “fricção” com o mundo fenomênico, como o faria o cinema documentário, segundo Comolli (2008), mas sim de interesses que tentam “dobrar” esse referente em razão de objetivos específicos.

Nesse sentido, refaz-se a interrogação: como pode um policial ver em um morador de favela um interlocutor válido e vice-versa? Se há uma desigualdade de base entre Beto e seus entrevistados, e se ela também decorre das disparidades na liberdade de movimentação nas cenas e na ocupação do espaço-tempo discursivo e gestual, importante que se tenha em mente que ela é sobremaneira originária do fato do protagonista da série, em princípio, ocultar de seus interlocutores suas intenções, dividindo elas com o espectador, mas mantendo-as apartadas de seus “parceiros” de interação. Esse “não saber” que separa Beto e os habitantes do Complexo do Alemão nas gravações em prol de uma “harmonia” futura entre eles não é justificável enquanto ação política, já que, como Rancière (2002) esclarece para a prática do Ensino, não existe projeto de igualdade porvir (baseada na emancipação) se ela tiver como prerrogativa a desigualdade (o professor é detentor do saber, aos alunos é atribuída a ignorância que será superada em etapas). Em outras palavras: se revela contraditório um policial ver um morador de favela como um interlocutor válido se a princípio ele já tiver reservado a ele um papel específico no processo interacional, que é o de aliado em uma reciprocidade futura, de modo que só compete a esse morador harmonizar-se e se conformar com esse “mundo comum” vindouro ao qual ele não participou ativamente na edificação (sua

posição nesse ambiente já fora idealizado – e encarnado no modelo de gestão concebido pelas UPPs sociais).

Da mesma maneira, também é incoerente reconhecer essa reciprocidade se ela tiver como premissa nomes de sujeito adequados às suas intenções (que acompanham um regime de distribuição dos corpos em comunidade proveniente da Constituição brasileira de 1988): em uma ponta, os “cidadãos de bem”, vitoriosos que superam cotidianamente os obstáculos impostos à sua condição de vida nas favelas e as sucessivas tentações do narcotráfico (sustentando, assim, uma meritocracia que pune os “preguiçosos”); de outro, os “excluídos”, aqueles que, como Alexandre Pereira (mencionado no capítulo anterior) ou como com os “criminosos”, estão vivendo em outro mundo, distante do campo comum que permitiria que fossem acolhidos como verdadeiros parceiros de interação.

Mas as restrições que dificultam que *Papo de Polícia* solucione, no terreno das imagens mesmo, a pergunta que é formulada em sua trama, são postas em tensão através de cenas que escapam à pressão organizadora do dispositivo que conduz o programa com seus intentos de ordem ética ou moral. Nessas situações, Beto Chaves ainda coordena as interações segundo o esquema delineado no roteiro da série, revelando (ou sendo instado a quase revelar) no curso da conversa sua identificação profissional, de modo a suscitar uma reação “inesperada” em seus entrevistados, mas a consequência desse gesto não é uma harmonização com o interlocutor em uma suposta aliança, ou ainda o gatilho para que este possa discursar sobre as mazelas que injustamente enfrenta em seu dia-a-dia. Nessas imagens se delineiam, ainda que temporariamente, suspensões nos nexos entre os corpos que aparecem nas cenas e as expectativas que orientam o curso das interações, de modo que esses corpos aparecem dispostos brevemente sob outras configurações do sensível. A potência política dessas imagens se avizinha ao “modelo de eficácia estética” defendido por Rancière (2010c), alinhando uma neutralização nas conexões entre a) a intenção do realizador; b) uma forma sensível apresentada como arte; c) o olhar de um espectador (alvo do efeito da obra) e; d) o estado da comunidade.







Nessas ocasiões que serão averiguadas a seguir, é estabelecido outro campo de interação entre Beto e seus interlocutores, um espaço em que os entrevistados desse policial não se enquadram em nenhum dos nomes de sujeito que lhes foram atribuídos ao longo da trama (bem como no quadro sedimentado de violência urbana). São operadas disjunções a essas identificações, e um senso comum polêmico é erigido para verificar a suposta reciprocidade estabelecida por *Papo de Polícia* entre policiais e moradores. Nessa organização dissensual do comum, emergem singularidades não tão facilmente capturáveis,

que acenam para o referente da trama que não se dobra às conjunções encetadas. A “fricção” com o mundo se processa, mesmo que fugazmente, e em cada uma dessas imagens se reformula a questão: como pode um policial ver em um morador de favela um interlocutor válido e vice-versa?

Essas circunstâncias nas quais uma cena polêmica se monta revelando uma luta não a partir de um “outro” definido por suas privações, mas sim por um “quem quer que seja” caracterizado por suas capacidades (ABENSOUR, NANCY e RANCIÈRE, 2012b), se encarnam em duas feições: nos gestos que tornam patentes as fraturas no comum (causando certo descontrole no dispositivo em suas balizas de cunho moral e ético); nas falas que ganham o protagonismo das cenas e suspendem o regime de distribuição espaço-temporal cristalizado na condução das interações.

Uma situação bastante elucidativa dessa tensão entre mundos ocorre no primeiro episódio da série, em uma das entrevistas inaugurais de Beto Chaves com residentes do Complexo do Alemão. O policial se dirige à Vila Cruzeiro e encontra Binha, presidente da associação de moradores local. A descrição feita pelo policial do líder comunitário antes do início da entrevista o distingue como alguém “que não tem dificuldade em falar o que pensa”. Sem que Binha soubesse a profissão de seu entrevistador, começa a responder as questões feitas por ele, apontando brechas tanto na cobertura da imprensa do processo de ocupação do Complexo do Alemão em 2010 bem como denúncias de abuso e uso excessivo da força em civis por parte de militares. Para o líder comunitário, o entusiasmo da mídia em suas matérias sobre a “expulsão de traficantes do morro” se opunha a realidade dos cidadãos desses locais, que estariam assustados com a entrada de soldados armados em seu bairro. Ao final da entrevista, Beto Chaves inicia um processo de justificação que desemboca na revelação de seu ofício diante de seu entrevistado:



	<p>Beto: ...Eu não sei se você vai ficar surpreso ou não. Eu sou policial, sou policial civil, aqui no Rio.</p>
	<p>Beto: Quando a gente inventou o programa, a gente ficou pensando numa forma de fazer com que a polícia mostrasse essa realidade que a gente tá vivendo. Mas não da forma como a gente tá acostumado a ver, com repressão, tiro, porrada, bomba, de uma outra forma...</p>
	<p>Beto: Conversando, abraçando, entendendo as pessoas, criando relacionamentos. Eu queria te dizer isso, porque eu senti confiança em você, né? Eu acho importante a gente falar sempre a verdade, e na minha cabeça...</p>
	<p>Beto: ... e eu espero que na tua também, eu saio daqui com um amigo, né? E como você disse que tanto faz de um lado pro outro, eu fico feliz...</p>
	<p>Binha: Vai ser sempre assim... A minha filosofia vai ser sempre essa. Beto: Mas ficou assustado? Te deixei assustado? Binha: Não! Beto: Então eu posso voltar aqui?</p>
	<p>Binha: Ué, deve voltar!</p>



Fonte: DEPOIMENTO e IMAGENS extraídas do primeiro episódio de *Papo de Polícia*⁵⁵.

A relação entre imagem e discurso, nessa situação peculiar, desvela satisfatoriamente a questão do choque entre mundos. Quando Beto inicia o preâmbulo do argumento que terá como ápice a revelação de sua profissão, já se percebe entre ele e Binha uma distância física que se prolonga até os instantes finais dessa cena. Dentre as classificações adotadas por Edward Hall (2005) para definir o nível de envolvimento dos interlocutores em uma interação com base na aproximação/distanciamento entre eles, pode-se notar claramente que na conversa em curso se mantém um padrão de distância social (característica de diálogos formais estabelecidos por sujeitos sem intimidade entre si) que só é alterada no fim do diálogo, momento em que, quase que forçosamente pela inclinação do corpo de Beto, Binha se vê, também por razões de deferência, levado a corresponder à aproximação, encerrando o encontro com um abraço protocolar.

A revelação do ofício de Beto ainda cria em Binha um profundo desconforto, marcado verbalmente pelo seu silenciamento até o fim da fala do primeiro, e gestualmente por agitar ambos os braços de forma pendular (movimento que se inicia justamente no momento em que o articulador de *Papo de Polícia* faz sua revelação). A interação ganha os matizes de um embaraço/constrangimento mútuo, tal qual trabalhado por Goffman (2011)⁵⁶, e Beto percebe (e se incomoda com) essa reação, de forma que vai tentando controlá-la até o fim da entrevista, diminuindo cada vez mais o espaço físico entre ele e Binha e falando em um tom cada vez mais intimista (reforçando que essa revelação era condizente não com o dispositivo da série, mas como um gesto de cumplicidade entre os dois). Mas o acordo tácito construído entre eles parcialmente desmorona, pois Binha emudece e só reage ao final do contato, quando praticamente é compelido por Beto, que se vale da diplomacia que permeia a

⁵⁵ Link para o vídeo: <www.youtube.com/watch?v=3wOEUhdSWYg>, acesso em 10 dez 2014.

⁵⁶ Nas palavras desse autor, “o constrangimento tem a ver com a figura que o indivíduo representa diante dos outros considerados presentes naquele momento. A preocupação crucial é a impressão que se dá sobre os outros no presente - qualquer que seja a base de longo alcance ou inconsciente dessa preocupação. Essa configuração flutuante daqueles presentes é um grupo de referência dos mais importantes” (GOFFMAN, 2011, p.96).

interação para conseguir um aperto de mãos e um abraço, como já dito (a questão interpeladora chave é: “Então eu posso voltar aqui?”). Em termos estéticos/políticos, se vê construída uma cena de tensão entre mundos: apesar de uma das faces do dispositivo norteador de *Papo de Polícia* vislumbrar um contato mais respeitoso entre policiais e moradores (afastados de contextos de repressão), em situações concretas se mostra difícil a encarnação desse ideal, já que as fraturas entre um mundo em que “todos participam/contribuem igualmente para garantir a Segurança” e outro em que os desencaixes entre os universos se desenham a partir das profundas assimetrias sociais que conjunturalmente afastam os moradores de seu direito à fala pública e a tomada de decisão é aparentemente insuperável.

Outra situação que aciona essa mesma chave de desconexão entre mundos acontece no primeiro episódio, no encontro de Beto Chaves com Edileia Batista, residente do Complexo do Alemão, que acabara de reconhecer o cadáver de seu filho, vítima de um confronto entre narcotraficantes e policiais (diz-se que o jovem possuía relações com o crime). A conversa entre o protagonista de *Papo de Polícia* e a moradora fora organizada por Binha (que também está presente na cena), pouco antes da tomada em que Beto revela a ele que é membro da Corporação Policial. Sobre os degraus de uma escadaria, Edileia se encontra mais ao alto, segurando, com uma das mãos direcionada à câmera, a carteira de identidade com a foto de seu filho. Comovida, ela realça o ambiente fétido e degradante em que encontrara o corpo do menino, espalhado em meio a outros cadáveres que foram despejados em uma mata, sem qualquer dignidade. Uma intervenção do diário de bordo de Beto Chaves explicita a pretensa “chave” de leitura daquelas imagens que assistimos: “Foi uma conversa difícil, porque ali, na verdade, o que você tem é o sentimento de uma mãe, é natural até que ela escondesse a característica do filho dela de ser bandido. E dele de repente ter enfrentado os policiais, e ter gerado o evento, da morte do menino” (DEPOIMENTO extraído do primeiro episódio de *Papo de Polícia*)⁵⁷.

As imagens da entrevista são recuperadas e nos deparamos com Beto questionando, com certa aspereza (fisicamente afastado de Edileia e mantendo os braços cruzados), a real gravidade da injustiça sofrida pelo filho da moradora:

⁵⁷ Link para o vídeo: www.youtube.com/watch?v=3wOEUHdSWYg, acesso em 10 dez 2014.



Edileia: Ele saiu da minha casa dizendo que ia na casa da avó. Então eu tenho que cumprir o meu dever de mãe. Ele tem 17 anos, o que ele faz da porta pra fora não me interessa.

Beto: Você acha que não te interessa?

Edileia: Não, assim, em termos, porque, eu não sabia, porque meu filho tinha boca e não falava. Ele andava sozinho.

Beto: Você acha que ele não tinha envolvimento com o tráfico?

Edileia: Eu acho que ele não tinha envolvimento, e mesmo se tivesse, ele tem apenas 17 anos, a obrigação do policial era prender, não era matar.

Beto: E se ele atirou no policial, como é que é o seu pensamento a respeito disso?

Edileia: Não, se ele atirasse no policial, aí meu filho...

Beto: Aí o policial tinha o direito de atirar? Na sua cabeça, no seu entendimento de mãe....

Edileia: No meu entendimento de mãe, se ele atirasse, se fosse troca de tiro, tudo bem...

DEPOIMENTO e IMAGEM extraídos do primeiro episódio de *Papo de Polícia*⁵⁸

Nessa interação Beto não se vale do dispositivo de ocultação/revelação de sua profissão, mas sua impoção diante de Edileia mostra claramente o quadro de sentidos que fundamenta seu julgamento acerca dos moradores da favela, e que os segmenta - na perspectiva do pacto que ele intenciona selar entre a comunidade e as instituições de manutenção da ordem pública - entre “cidadãos de bem” e “bandidos”, sendo que esse último segmento não se ajusta à grande comunhão ensejada e não está alinhada às formas de julgamento aplicadas ao primeiro. Pouco importa se o rapaz assassinado tenha 17 anos e que seu corpo tenha sido lançado em campo aberto (e que o “julgamento” tenha ocorrido sem qualquer acusação formal), o que se destaca é seu confronto com os policiais e a aceitabilidade de sua morte em face dessa conjuntura. O filho de Edileia se encaixava no perfil do “bandido”, de um “elemento” que provavelmente “mereceu” punição. A distância entre Beto e sua entrevistada, que expressa, pelas imagens, as cisões que impossibilitam um policial e um morador de se identificarem como interlocutores válidos, também não é transposta na cena seguinte, em que assistimos a um abraço de Beto em Edileia, aparentemente em uma tentativa de rompimento da rispidez que pairava no transcorrer daquele diálogo:

⁵⁸ Link para o vídeo: <www.youtube.com/watch?v=3wOEUhdSWYg>, acesso em 10 dez 2014.



Fonte: IMAGEM extraída do primeiro episódio de *Papo de Polícia*⁵⁹

Contudo, esse gesto não ameniza a tensão do encontro, já que o abraço, em vez de torná-los próximos, parece acentuar ainda mais a distância que caracteriza seus universos. Se Beto tenta acolher Edileia com certo grau de receptividade, a reação dela não é equivalente: como a imagem permite perceber, suas mãos não se abrem e não selam o gesto tocando as costas de Beto, revelando, de algum modo, uma resistência à entrega por parte dela (que é favorecida pelo seu expressivo abalo emocional em face da morte do filho). O que podemos depreender desse exemplo é que não se pode tratar o dano político na disposição do comum pela objetivação do litígio e pelo compromisso entre as partes envolvidas. Tal como registrado nos capítulos precedentes, o dano não se configura em uma injúria cometida a uma pessoa ou grupo, mas é uma divisão que estabelece distinções de visibilidade, audibilidade e dizibilidade. A constante existência do dano, além de lembrar sempre a característica fraturada e intervalar do comum que é construído entre os sujeitos, impele as partes em conflito a questionarem-se sobre a distribuição social tida como “normal” de corpos, vozes e regimes de visibilidade. Beto não pode reparar o dano associado à disposição dos corpos nesse regime de distribuição sensível, e também não pode solucionar as injúrias já cometidas contra sua entrevistada, uma vez que elas já deixaram uma ferida simbólica indelével em sua trajetória, independente da possibilidade de materialização de uma “harmonia” futura entre eles. Portanto, por mais que se possa falar de uma tentativa de tornar porosas essas fronteiras, dialogar e viver com o outro requer mais do que a pretensa consideração de seus enunciados: envolve a apreensão sensível de seu mundo e de suas marcas sem necessariamente traduzi-las e convertê-las aos códigos que regem o próprio universo.

Em outros quadros ao longo da trama de *Papo de Polícia* percebemos a emergência dessas disjunções e cisões entre formas de organização do mundo comum que transpassam o tecido sensível das imagens e que se modelam por momentâneas redistribuições na maneira de ordenar o espaço-tempo das cenas. Sabe-se que o componente de desigualdade que ampara o dispositivo da série (baseado em um “não saber” da parte dos moradores) reflete também no

⁵⁹ Link para o vídeo: <www.youtube.com/watch?v=3wOEUhdSWYg>, acesso em 10 dez 2014.

modo como as interações se desenvolvem mediadas pelo roteiro da temporada. É Beto quem possui o papel de protagonista, e a ele que é permitido coordenar as entrevistas em seu fluxo temporal (evitando a dispersão das falas), conformando também a encarnação do dispositivo que pavimenta suas interações no Alemão (a ele compete – e talvez aos diretores de *Papo de Polícia* – decidir como, quando e para quem se deve revelar sua identificação profissional), bem como somente ele possui a credencial para utilizar o “diário de bordo”, mecanismo de elucidação das cenas que vemos na tela (porque é Beto quem testemunha a nova paisagem das favelas em um cenário de “pacificação”).

Contudo, em alguns instantes ao longo do programa esse lugar que é reservado a Beto é deslocado em sua conversa com os moradores, e seu dispositivo de interlocução com a comunidade é rompido. Isto acontece mais evidentemente em duas ocasiões específicas nas quais o policial civil é lançado para segundo plano e a voz que protagoniza a cena passa a ser a daquele que até então estava na condição de “entrevistado”. A forma de condução da narrativa se vê estremecida.

No episódio seis, Beto Chaves nos apresenta Gaúcho, um antigo líder do narcotráfico que passou quase 30 anos em detenção. O mote da conversa dos dois é a desconstrução do estereótipo do “bandido” oriundo da favela, corrompido pelas tentações da criminalidade. Se a “voz” desse sujeito, como já fora debatido em capítulos anteriores, é totalmente desconsiderada na atual conjuntura histórica (em prol da figura das “vítimas” de crimes bárbaros cometidos por sujeitos sem quaisquer ligações com os lesados), o que a entrevista deixa clara é a inadequação deste tipo de construção social. Este objetivo fica evidente logo na primeira questão feita por Beto a Gaúcho: “Você queria ser bandido quando cê era criança? Esse era o teu sonho?” (DEPOIMENTO extraído do sexto episódio de *Papo de Polícia*). A sequência do diálogo caminha por esta linha, com enquadramentos de câmera enfocados nas expressões faciais dos envolvidos na interação, dispostos um ao lado do outro com contato físico de ombros (denotando certa intimidade):



Gaúcho: Nunca na minha vida rapá.

Beto: Algum daqueles caras que tirou cadeia com você sonhou um dia em ser bandido? Cê via isso no cara?

Gaúcho: Isso é consequência, isso não existe no ser humano. Isso não existe na criação do ser humano rapá. Isso aí é consequência rapá. Ô Beto, às vezes o que fazemos é consequência do que sofremos. E às vezes o que sofremos é consequência do que fizemos. O crime da pobreza é momentâneo rapá. Você só curte aquele momentinho ali. Tipo uma noite de baile aqui: pô, manero. Mulher pra caramba, aquele bebe-bebe. Pra quem gosta de sair com uma gatinha e tal. Cabou o baile, cabou a festa, vem o sofrimento pela manhã (...) Você não tem onde dormir direito, você não tem paz pra sua família, você não tem liberdade pra nada. O ser humano tem que ter o que perder. Quando o ser humano tem o que perder ele dá valor. Quando ele não tem o que perder... Não tem o que perder vai dar valor a quê? Nos já fomos jovens Beto. Tu sabe que nós jovem já fizemos muita merda. Quando tu é novo tu não faz qualquer coisa. Tu não tem a mente aberta pra não fazer aquilo ali, e quando foi ver tu já fez! Já se meteu numa merda qualquer. Não é porque tu tem aquela maldade de fazer aquilo ali.

DEPOIMENTO e IMAGEM extraídos do sexto episódio de *Papo de Polícia*⁶⁰

Com o mote de Beto, Gaúcho argumenta ciente que o que subjaz à pergunta crítica do policial civil é um tipo de discurso que sugeriria que a “vida criminosa” seria algo seguido por sujeitos desprovidos de humanidade, de senso de reciprocidade e, conseqüentemente, de direitos. O esforço do entrevistado é o de reorganizar esse discurso implícito (com sua conseqüente organização do sensível) resgatando no processo a humanidade do agressor, seu sofrimento, e as disparidades de uma ordem social que pune aqueles que em tese mais necessitariam de amparo e assistência do Estado - já que não seriam detentores de uma natureza maléfica, mas sim produto de injustiças que marcaram suas trajetórias. Mais a frente na conversa, Gaúcho reverte a lógica da “demonização” da alteridade desenvolvendo uma distinção entre o “crime da pobreza” e a corrupção política, justificando com o argumento da desigualdade social a prática de atividades ilícitas por setores socialmente marginalizados (raciocínio este que é acompanhado por Beto):



Gaúcho: O crime da pobreza é justificável, agora o roubo de político, roubo de milionário, como é que vai justificar, cara? Uma situação que ele não tem como justificar. Ele não tem o porque ele tá cometendo aquele crime ali, cara.



Beto: Quantos ricos tinham presos com você lá?

⁶⁰ Link para o vídeo: < www.youtube.com/watch?v=pynSVoHT5W4>, acesso em 10 dez 2014.



Gaúcho: Não existe no nosso país rico preso não cara! Teu trabalho não é só vir aqui na favela é prender, tu é polícia! Não é só prender na favela, é prender em qualquer lugar, quem for criminoso. Mas você só pode prender pobre. Então você não pode fazer teu trabalho.

DEPOIMENTO e IMAGENS extraídos do sexto episódio de *Papo de Polícia*⁶¹

O que vemos nessa cena é que nem mesmo Beto sai ileso do processo de justificação e consequente exposição por parte de Gaúcho da inexistência de igualdade de direitos entre cidadãos cariocas. A atividade criminal originária de setores marginalizados estaria embasada em um profundo descaso do Estado com comunidades carentes, e a repressão policial atuaria de modo enviesado, exercendo uma força repressora desmensurada somente sobre aqueles que cometem crimes de menor porte e estão socialmente fragilizados, e não nos outros (ricos corruptos), que sairiam intactos sem quaisquer incriminações. Gaúcho nessa fala inclusive aponta seu dedo indicador a Beto, interpelando-o como um agente da Corporação Policial impossibilitado de atuar da forma prevista em lei (como nessa entrevista em nenhum momento Beto se apresenta como policial a seu interlocutor, presume-se que este já sabia da profissão do protagonista de *Papo de Polícia* antes mesmo do programa), algo que deixa esse sujeito desconfortável, como fica patente em sua expressão facial. A interpelação de Gaúcho coloca Beto, momentaneamente, na posição que ele assumira durante no transcorrer da trama, de direcionamentos das entrevistas. Se os moradores eram os “alvos” do dispositivo que o policial civil organizara coordenando os tempos de fala e pontuando as discussões, aqui é o morador que se apresenta como sujeito de um discurso. Seu emudecimento permite que Gaúcho preencha todo o espaço dessa tomada, enquadrando seu interlocutor como um oficial que cumpre uma lei arbitrária, contingente, injusta. Mesmo a tentativa de Beto de reverter a lógica de exposição das disjunções entre mundos que pautam a fala de Gaúcho não é bem sucedida: o protagonista tenta retomar a alegoria de Luzimar Severiano, exposta no episódio anterior (cinco), no intuito de tentar expressar como os próprios “cidadãos de bem” do Complexo se esforçariam por um afastamento da via da “criminalidade”, mas Gaúcho se interpõe a esse discurso rapidamente, argumentando do ponto de vista do próprio bandido:

⁶¹ Link para o vídeo: < www.youtube.com/watch?v=pynSVoHT5W4>, acesso em 10 dez 2014.



E você acredita que o bandido, que o próprio marginal, pensa assim? Ele não quer um filho dele envolvido com o crime, uma filha dele envolvida com o crime. Ele quer que a filha dele namore e case com um trabalhador.

DEPOIMENTO e IMAGEM extraídos do sexto episódio de *Papo de Polícia*⁶²

Ao final da interação, Beto empreende mais uma vez um esforço de recondução da coordenação da cena, questionando Gaúcho, com um tom bastante intimista e sorrindo, se algum dia aquele sujeito imaginaria que uma situação como aquela (de um policial entrevistando um antigo líder do narcotráfico) seria possível, e o entrevistado responde em negativa enfática. Teria sido aqui reestabelecida a “partilha” de um mesmo horizonte comum entre moradores e policiais? Muito dificilmente, já que o discurso de Gaúcho revelara que, independente dos anseios que fundamentam um policiamento comunitário, o cumprimento da lei não deriva tão somente da maneira como os agentes atuam (sob uma “cultura” de repressão ou prevenção), mas pela referência à classe social (os desprivilegiados são penitenciados em demasia; os abastados saem impunes), de modo que haveria uma desigualdade social que obstruiria, de partida, uma reciprocidade idealizada entre policiais e cidadãos do Complexo do Alemão (pois, segundo Gaúcho, a justiça que recai sobre eles não é a mesma que recai sobre sujeitos de maior *status* econômico).

Em outro dos diálogos de Beto Chaves ao longo dos sete dias em que residiu no Complexo do Alemão para gravação da primeira temporada de *Papo de Polícia* transparece essa fissura entre os mundos que evidencia a dificuldade na construção de um terreno comum polêmico entre policiais e moradores de periferia. Isso ocorre mais propriamente no início do episódio três, quando Beto se depara com Sérgio Rodolfo, um administrador de empresas gerente de um comércio no Complexo do Alemão há pouco mais de 40 anos. A entrevista se inicia com o policial civil questionando o comerciante se para ele a polícia seria “bandido ou herói”. Sem rodeios este começa a enumerar uma gama de críticas ao trabalho policial

⁶² Link para o vídeo: < www.youtube.com/watch?v=pynSVoHT5W4>, acesso em 10 dez 2014.

excessivamente repressivo nas favelas, de modo que Beto Chaves quase se silencia ante a “voz” deste ator que preenche a imagem:



Na comunidade tá mais pra vilão. Agora na comunidade aí fora tá mais pra herói. É o que eu tô dizendo. São duas visões: uma de dentro e uma de fora. Pra você que é de fora, pra outras pessoas, é: ‘pô, entrei no Alemão, fui lá em cima’. Isso aqui agora é point. É o point. Eu levava dura 10 vezes por dia. Eu não podia botar mil reais na minha pochete que eu tinha que ficar provando o que era aquele mil reais. Quer dizer: tive que ir na defensoria, dizer que eu tenho uma empresa, que eu sou empreendedor legalizado. Eu tenho que pagar meus compromissos, eu tenho que andar com dinheiro, então (...)

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGEM extraídos do terceiro episódio de *Papo de Polícia*⁶³

Mais a frente, Beto insiste na questão e pergunta a Sérgio o que ele pensa quando vê um policial à sua frente. A resposta é rápida:



Eu prefiro desviar dele, não olho pra ele, prefiro desviar. Porque hoje em dia quando você vê um policial você pensa sempre na opressão. Ele não vem com aquela filosofia dele memo de servir, não, ele vem com a de oprimir. Ele num vem te abordar de uma maneira como cidadão não, ele vem te abordar de uma maneira como se cê já tá devendo alguma coisa.

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGEM extraídos do terceiro episódio de *Papo de Polícia*⁶⁴

Após as disjunções que emergem na fala de Sérgio, Beto prossegue com o dispositivo organizado para *Papo de Polícia*, sendo instado a revelar sua identificação profissional ao narrar (com um tom de irritação) que também sofreria preconceitos na polícia por parte da população em geral, e que o apropriado seria de agora em diante tomar uma atitude que

⁶³ Link para o vídeo: < www.youtube.com/watch?v=zhfBR3R_kSQ>, acesso em 10 dez 2014.

⁶⁴ Link para o vídeo: < www.youtube.com/watch?v=zhfBR3R_kSQ> , acesso em 10 dez 2014.

levasse em consideração os dois polos no intento de desenvolver um trabalho conjunto, nessa nova paisagem de pacificação das favelas pelo projeto das UPPs sociais. A “partilha” idealizada pelo discurso de Beto tem como figura central as “mãos dadas” de moradores com membros da Corporação Policial:



Na polícia eu sofro preconceito pra caramba, o dedo tá a todo momento apontado pra polícia. A culpa é da polícia, a culpa é da polícia, a culpa é do Estado, fez isso, fez aquilo. Mermão, o que é que dá pra fazer de mãos dadas, o que é que dá pra fazer junto? Que eu acho que essa é a grande questão. De que forma a gente, daqui pra frente, já que o cenário mudou, que a nossa paisagem é diferente, de que forma a gente pode construir isso junto? O que tá errado a gente já sabe, e o que tá certo a gente precisa fazer.

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGEM extraídos do terceiro episódio de *Papo de Polícia*⁶⁵

Nesse momento as intenções de Beto Chaves com o programa são explicitadas para Sérgio, com a menção de sua proposta de um apagamento das assimetrias entre policiais e moradores de favela através de uma intensa força de vontade que geraria uma união vindoura. Ao final da entrevista, contudo, fica visível o desconcerto de Sérgio e seu pouco ou nenhum investimento na fala bastante idealizada de Beto da concretização de um policiamento comunitário ancorado no reconhecimento da dignidade do habitante da periferia.



Beto: Eu queria te afirmar, que eu sou policial.

Sérgio: Não tem problema nenhum, e eu sou administrador de empresas.

Fonte: DEPOIMENTO e IMAGEM extraídos do terceiro episódio de *Papo de Polícia*⁶⁶

⁶⁵ Link para o vídeo: < www.youtube.com/watch?v=zhfBR3R_kSQ>, acesso em 10 dez 2014.

⁶⁶ Link para o vídeo: < www.youtube.com/watch?v=zhfBR3R_kSQ>, acesso em 10 dez 2014.

O esquematismo da revelação por parte de Beto de sua profissão (com um sorriso que já antecipara o possível “susto” que Sérgio levaria) é quebrado pela reação desse interlocutor, que não demonstra qualquer rubor ou mesmo desvia o olhar de seu entrevistador. Ele continua encarando-o, e prontamente responde a asserção de Beto trazendo à baila também sua identificação profissional. Nesse movimento, ele descarrega a surpresa inerente à revelação, embora esse gesto não o faça mais íntimo de Beto. O policial estende a mão a ele mas não obtém, por deferência, qualquer receptividade da parte de Sérgio. A oposição entre as enunciações de mundos desses dois atores dá a ver a instauração de uma cena de mútua observância e de disjunção, na qual uma igualdade pressuposta é colocada em xeque e verificada, tomando em conta o intervalo desvelado entre os dois universos aí envolvidos e a tentativa de cruzá-los por meio de elementos de um “mundo comum” inventado e gestado no transcorrer da interação comunicativa. Destarte, o que transparece nas imagens, pelo desfecho da cena, é que as coisas não irão tomar outros rumos mesmo após a “pacificação” ocorrida no Complexo do Alemão e a expulsão dos traficantes armados. Para Sérgio, a violência policial, neste sentido, é um fenômeno endêmico, praticamente incontornável, e as barreiras entre a cidade e o Complexo não se dissiparão facilmente, porque os moradores desta periferia não têm suas “vozes” e seus anseios levados em conta como o daqueles que habitam outros bairros do Rio de Janeiro. Como ele afirma, existe uma visão externa forte construída sobre o morro, que não é a voz dos seus próprios residentes que sofrem todo dia injustiças e opressões. O dano que Sérgio aponta em sua narrativa diz respeito a quem compete falar sobre uma “realidade” e, no caso em tela, não lhe parece provável que sua voz irá efetivamente contar em um futuro próximo, ainda que agora o Complexo do Alemão tenha se tornado “point”.

Considerações finais

Ao longo dessa investigação foi possível descortinar, através da análise de um produto cultural midiático, alguns dos impasses que envolvem a definição recíproca de sujeitos como interlocutores em uma cena comunicativa. Partindo de um contexto histórico marcado pelo distanciamento mútuo entre moradores de periferia e policiais e por uma política governamental de “ocupação” e posterior “pacificação” dos subúrbios na cidade do Rio de Janeiro, ficou nítido que o esforço do dispositivo de *Papo de Polícia* - que tenta conduzir de modo harmônico as interações de Beto Chaves com os habitantes do Complexo – solicita reações específicas do público espectador, quais sejam: 1) a esperança diante do novo cenário de pacificação dos morros, desenvolvida por meio de estratégias alternativas de policiamento que encarnariam uma comunhão entre comunidade e os organismos de Segurança Pública (tal qual Beto Chaves sugere quando propõe, em diversas entrevistas concedidas aos *media*, uma “aliança” entre a polícia e os moradores de favela modelada através do reconhecimento mútuo); 2) uma resposta de indignação ao se deparar com as mazelas sofridas pelos habitantes do Complexo do Alemão - vítimas que despontam nas imagens -, decorrentes de anos de descaso do Estado nos âmbitos da justiça social, da distribuição de recursos, dos investimentos em infraestrutura, etc...

Nessas duas vias de implicação do espectador delineadas pelo dispositivo que rege o roteiro de *Papo de Polícia*⁶⁷, há uma forma de dispor os sujeitos nas cenas, e o roteiro da trama se orienta em função dessas expectativas de obtenção de reações específicas do espectador. A questão é que nesse movimento se estrutura no dispositivo condutor de *Papo de Polícia* (fundado no ocultamento da identificação profissional de Beto Chaves com sua revelação acontecendo na maior parte das vezes somente nas situações de entrevista gravadas para o programa) um afastamento entre o protagonista da série e seus interlocutores do Complexo. Se a proposta da primeira temporada era - como Beto Chaves por diversas vezes procurou destacar em entrevistas concedidas para *talk shows* de televisão e para jornais de ampla circulação -, salientar o protagonismo do morador de periferia após as operações de ocupação de favelas cariocas levadas a cabo em 2010 revelando, no processo, aquilo que a imprensa tradicional não havia tematizado, o que as imagens de *Papo de Polícia* expressam não corresponde a esse escopo. Ao longo dos sete episódios do programa, o lugar conferido

⁶⁷ Importante frisar que apesar dessa análise ter abordado as vias principais de implicação do espectador em *Papo de Polícia* (decorrentes da lógica de seu dispositivo organizador), não se desconsidera o fato de que os modos como os espectadores são postos em relação com as imagens são diversos e dependem do livre jogo que são capazes de suscitar.

aos habitantes do Alemão é delimitado e fixado de antemão: a eles é estipulado um tempo para que falem, mas esse tempo é determinado em função das perguntas e intervenções feitas pelo condutor das entrevistas, o inspetor Beto Chaves. A imobilidade dos moradores nas cenas também é reforçada pelas diferentes dimensões do dispositivo da temporada: ora eles são “alvos” da surpresa que lhes é reservada por Beto, que, em determinado momento, confessará a eles sua verdadeira ocupação profissional (e o espanto decorrente da revelação já é sabido de antemão por nós, espectadores, que conhecemos o contexto controverso de envolvimento entre policiais e moradores de favela, e que sabemos que as reações dos interlocutores de Beto serão no mínimo de assombro ao saberem que aquele gentil entrevistador é em verdade um dos homens fardados que durante décadas só subia aos morros pontualmente para efetuar ações de repressão ao narcotráfico); ora são os futuros “parceiros” de um pacto que Beto, enquanto agente da Corporação Policial, anseia selar com os moradores de periferia através de um sistema de policiamento comunitário, de modo que os habitantes são apresentados nas cenas como os futuros “aliados” dessa nova estratégia (que é consagrada através da celebração final promovida pelo protagonista com seus entrevistados, ocorrida no início do sétimo episódio de *Papo de Polícia* e averiguada no capítulo cinco); ou ainda se apresentam como sofrendores vitimados por um terrível descaso por parte das autoridades do Estado – que se não fossem as condições injustas que experimentam, poderiam viver de modo digno como “cidadãos de bem” pagadores de impostos e cientes de suas obrigações cívicas (como os residentes da Favela da Skol, visitada por Beto Chaves), mas que, mesmo em situação desfavorável, ainda conseguem superar as adversidades e escapar do desvio para a criminalidade (tal qual Willian Reis, o jovem vitorioso e premiado que inspira a admiração do protagonista da trama).

Em qualquer uma dessas possibilidades elencadas (que por vezes se entrelaçam nas entrevistas), é reencenada uma desigualdade entre o artífice de *Papo de Polícia* e seus interlocutores. Partilhamos com Beto seu “segredo”, enquanto que a maior parte dos entrevistados só o descobre no percurso da conversa. Ouvimos os relatos do protagonista em forma de “diário de bordo”, relatos esses que servem para nos dizer como devemos interpretar as imagens que vemos diante da tela. Percebemos seu esforço para que cada entrevista seja encerrada com uma despedida harmônica, bem como suas tentativas recorrentes de envolvimento com a comunidade (que aparecem em cada um dos sete capítulos que compreendem a trama). Mas dos moradores, só sabemos o que Beto nos conta - por meio do recurso de uma voz em *off* - antes de principiar uma nova entrevista.

Sendo assim, em *Papo de Polícia*, as potencialidades de definição recíproca de sujeitos como interlocutores em uma cena comunicativa são restringidas em alguma medida pelo fato dos moradores serem enquadrados em papéis que lhes foram previamente reservados para as interações em que participarão no desenrolar da série. Um caso emblemático que foge desse princípio de partilha restritivo assentado é o de Alexandre Pereira (analisado no quinto capítulo), que é apresentado pelo protagonista do programa como um morador da comunidade que vive em um “outro mundo”, atravessado pelo uso de drogas e pelo desvio de caráter, motivando assim uma conversa em um tom ríspido- que se difere profundamente da maior parte das outras cenas de interação de Beto com os moradores do Complexo.

Assim, o “mundo comum” que *Papo de Polícia* constrói na maior parte de suas cenas comunicativas é um terreno no qual os interlocutores credenciados a participar de sua construção estão limitados em suas possibilidades de atuação na cena. Mas como é possível perceber a configuração dessa partilha do sensível em *Papo de Polícia*? Acreditamos que a exposição das restrições à participação no comum nas interações do programa não são identificados somente por uma leitura do contexto de referência a trama, mas transparecem nas próprias imagens. Em algumas das cenas foram percebidas disjunções parciais ao dispositivo condutor da temporada, disjunções essas que expressam desarmonias não superáveis pelo carisma de Beto, por sua habilidade retórica ou por seu controle dos tempos de fala. Em tais situações, examinadas no capítulo seis, revelar ser policial gera um desconforto físico que não se finda (como o movimento pendular de braços de Binha, que se inicia quando o protagonista de *Papo de Polícia* revela sua identificação profissional, e que não se encerra até o fim da conversa) ou ainda uma reação inesperada, que foge ao habitual espanto manifestado pela maioria dos entrevistados (tal qual a atitude de Sérgio Rodolfo, que, ao ouvir a revelação de Beto, corresponde na mesma moeda, reforçando sua identificação profissional como administrador de empresas).

Essas disjunções mencionadas se configuram dessa maneira exatamente por revelarem formas de participação dos moradores na série que só correspondem parcialmente ao que se espera deles. Ainda lhes é reservado o papel de “alvos” da situação comunicativa gestada por Beto Chaves, mas fica evidente que sua correspondência ao roteiro cessa nesse ponto: mesmo com a insistência do protagonista de se aproximar fisicamente de Binha tentando selar com ele a comunhão ensejada entre moradores e policiais, a atitude desse entrevistado não é de receptividade. O mesmo ocorre na conversa com Sérgio, que não se revela empolgado com o discurso articulado de Beto sobre uma futura “junção” entre habitantes de periferia e oficiais da Segurança Pública, e muito menos se assusta quando descobre que seu interlocutor é um

policial, reagindo rapidamente e demonstrando que, para ele, ser um membro da Corporação Policial é tão importante quanto ser um administrador de empresas.

Nessas breves circunstâncias, é conferido aos moradores provisoriamente um direito à discordância que não é superável por apertos de mão, abraços calorosos ou argumentos idealizados. Em tais cenas, fica patente que por mais que se esforcem Beto Chaves e a equipe do *Afroreggae*, alguns dos litígios que cercam a relação do Estado com as comunidades periféricas não são passíveis de solução. Acreditamos que nessas ocasiões emergem aspectos de uma politicidade sensível que transborda as imagens de *Papo de Polícia*, manifestações de uma política que não anseia uma resposta determinada do espectador (como as listadas no início dessas considerações que caminham na trilha do dispositivo da série), mas que nos permitem, dentro da lógica interna do programa, questionar seus regimes de visibilidade, suas ordens discursivas (que envolvem a distribuição do tempo e do espaço das cenas), bem como as identificações impostas aos interlocutores de Beto Chaves (alvos, vítimas, aliados), tal qual foi feito ao longo dessa dissertação. Aliás, enquanto espectadores, somos nessas cenas levados a pensar sobre como conhecer o mundo do outro, sem reduzi-lo, sem mimetizá-lo, sem traí-lo. Concluimos que a alteridade não pode ser um eu-mesmo, nem eu-mesmo travestir-se de outro para que o comum exista.

Então como produzir o comum a partir das diferenças, respeitando-as, preservando-as? Não é a ética da junção que soluciona o impasse, mas sim a ética de uma subjetivação que saiba produzir novos modos de ser no mundo e ser com o outro que não sejam formados por acordos mediados/mediatizados em que um tem privilégios sobre o outro (como Beto possuía em relação aos entrevistados), mas por vínculos que são, ao mesmo tempo, conflituosos e voltados para uma abertura à palavra e aos gestos próprios daqueles que nos cercam.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. *Medios sin fin*: notas sobre la política. Valencia: Pre-textos, 2001.
- BOLTANSKI, L. *On Critique: a sociology of emancipation*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- _____. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. In: *Sociologia&Antropologia*, v.3, p.441-463, 2013.
- BRODEUR, J-P. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. In: *CADERNO CRH*, v. 17, n. 42, p.481-489, 2004.
- BUBER, M. *EU e TU*. São Paulo, Centauro, 2003.
- CEFAÏ, D. Sobre la experiencia del derecho en Brasil. Justicia social y violencia política. In: *America Latina Hoy*, n.14, p.85-91, 1996.
- CHOULIARAKI, L. The Mediation of suffering and the vision of a cosmopolitan public. In: *Television& New Media*, v.9, p.371-391, 2008.
- COELHO, M.; DURÃO, S. Morais do drama urbano: violência policial, discurso midiático e produção de fábulas. In: *XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador: UFBA, p.1-16, 2011. Disponível em: [http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307979573_ARQUIVO Morais doDramaUrbano-MariaClaudiaCoelhoSusanaDuraopdf.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307979573_ARQUIVO_Morais%20doDramaUrbano-MariaClaudiaCoelhoSusanaDuraopdf.pdf).
- COMOLLI, J-L. *Ver e poder*. A inocência perdida: cinema, televisão, ficção, documentário. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- CUNHA, N.; MELLO, M. Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela. In: *DILEMAS*, v.4, n.3, p.371-401, 2011.
- DERANTY, J-P. Jacques Rancière's contribution to the ethics of recognition. In: *Political Theory*, v.31, n.1, p.136-156, 2003.
- DEWEY, J. Natureza, comunicação e significado. In: DEWEY, J. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, p.29-52, 1980.
- ESPOSITO, R. Nihilismo e comunidade. In: PAIVA, R. (Org.). *O retorno da comunidade: novos caminhos do social*. Rio de Janeiro: Mauad X, p.15-30, 2007.
- FAHLE, O. Estética da televisão: passos rumo a uma teoria da imagem da televisão. GUIMARÃES, C; LEAL, B. e MENDONÇA, C. (Orgs.). *Comunicação e experiência estética*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.190-208, 2006.
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GUIMARÃES, C.; GUIMARÃES, V. Da política no documentário às políticas do documentário: notas para uma perspectiva de análise. In: *Galáxia*, n.22, p.77-88. 2011.
- HALL, E. *A dimensão oculta*. Lisboa: Relógio d'Água, 1986.
- HEPP, A; HASEBRINK, U. Human interaction and communicative figurations. The transformation of mediatized cultures and societies. In: *Communicative Figurations*, n.2, Germany, p.1-22, 2013.
- JACQUES, F. *Différence et Subjectivité*. Paris: Éditions Aubier Moutaigne, 1982.
- JOST, F. O que significa falar de "realidade" para a televisão? In: GOMES, I. (Org.) *Televisão e Realidade*. Salvador: EDUFBA, p.13-30, 2009.

- KEENAN, T. “Onde Estão Os Direitos Humanos...?” Lendo Um Comunicado do Iraque. In: *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Direitos Humanos*, no 33, p. 15-32, 2007
- MARTINO, L. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, A; MARTINO, L. e FRANÇA, V. (Orgs.). *Teorias da comunicação: escolas, conceitos e tendências*. Petrópolis: Vozes, p.11-25, 2008.
- MARQUES, A.; ROCHA, S. Representações fílmicas de uma instituição policial violenta: resquícios da ditadura militar em Tropa de Elite. In: *FAMECOS*, v. 17, p. 49-58, 2010.
- MARQUES, A. Relações entre comunicação, estética e política: tensões entre as abordagens de Habermas e Rancière. In: *Compólitica*, v. 2, p. 110-130, 2011.
- _____. Relações entre comunicação, estética e política a partir das abordagens conceituais de Habermas e Rancière. In: *Fronteiras*, v.15, n.3, p.150-159, 2013.
- MAY, T. Democracy is where we made it: the relevance of Jacques Rancière. In: *Symposium: Canadian Journal of Continental Philosophy*, p.3-21, 2009a.
- MAY, T. Rancière in South Carolina. In: ROCKHILL, G.; WATTS, P. (Orgs.). *Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics*. Durham and London: Duke University Press, p.105-119, 2009b.
- _____. Wrong, disagreement, subjetification. In: DERANTY, J-P (Org.). *Jacques Rancière: Key Concepts*. Durham: Acumen, p.69-79, 2010.
- MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. In: *Civitas*, v.8, p. 371-385, 2008.
- MOUILLAUD, M. A informação ou a parte de sombra. In: MOUILLAUD, M; PORTO, S. (orgs). *O jornal – da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, p.37-47, 1997.
- NANCY, J. *La comunidad inoperante*. Santiago: Escuela de Filosofía Universidad ARCIS, 2000.
- NÖTH, W. Comunicação: os paradigmas da simetria, antissimetria e assimetria. In: *MATRIZES*, n.1, p.85-108, 2011.
- PONCIONI, P; BRETAS, M. A cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, D.; et al. (Org.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, p.149-163, 1999.
- QUÉRÉ, L. From an Epistemological Model of Communication to a Praxeological Approach. In: *Réseaux*, v.3, Paris: Tekhné, p.111-133, 1995.
- RAMOS, S.; MUSUMECI, L. Elemento suspeito: Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. In: *Boletim Segurança e Cidadania*, Rio de Janeiro, v. 3, n.8, p. 1-16, 2004.
- RANCIÈRE, J. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996a.
- _____. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras, p.367-382. 1996b.
- _____. interview to PANAGIA, D. Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière. In: *Diacritics*, v.30, n.2, p.113-126, 2000.
- _____. *O mestre ignorante: cinco lições sobre emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

- _____. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental, 2005.
- _____. Política, identificación, subjetivación. In: _____. *Política, política, democracia*. Santiago: LOM Ediciones, p.17-26, 2006.
- _____. *En los bordes de lo político*. Buenos Aires: Ediciones la Cebra, 2007a.
- _____. *El ódio a la democracia*. Buenos Aires: Amorrortu, 2007b.
- _____. The method of equality: an answer to some questions. In: ROCKHILL, G.; WATTS, P. (Orgs.). *Jacques Rancière: History, Politics, Aesthetics*. Durham and London: Duke University Press, p.273-288, 2009a.
- _____. Política de Pedro Costa. In: CABO, R (Orgs.) *Cem mil cigarros – os filmes de Pedro Costa*. Lisboa: Orfeu Negro, p. 53-64, 2009b.
- _____. Nossa ordem policial: o que pode ser dito, visto e feito. In: *Urdimento*, v.1, n.15, p.81-90, 2010a.
- _____. *Momentos Políticos*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010b.
- _____. *O Espectador Emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2010c.
- _____. The thinking of dissensus: politics and aesthetics. In: BOWMAN, P; STAMP, R. (Orgs.). *Reading Rancière*. London: Continuum International Publishing Group, p.1-17, 2011a.
- _____. *El destino de las imágenes*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011b.
- _____. *El malestar en la estética*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2012a.
- _____; ABENSOUR, M.; NANCY, J-L entrevista por GRELET, S.; LÈBRE, J.; WAHNICH, S. Insistências democráticas. In: *Princípios*, v.19, n.32, p.517-538, 2012b.
- RUBY, C. Le sens de l'action dans la philosophie de Jacques Rancière. In: *Le philosophoïre*, n.29, p.165-182, 2007.
- SILVA, L. Matar, Morrer, "civilizar": O Problema da Segurança Pública. In: *IBASE/Action Aind-Brazil/ Fundação Ford*, 2005.
- _____; LEITE, M. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? In: *Sociedade e Estado*, v.22, p.545-592, 2007.
- _____. Afinal, qual é a das UPPs?. In: *Portal do Iser*, Rio de Janeiro, 2010. Acesso em: www.observatoriodasmetroplites.ufrj.br/artigo_machado_UPPs.pdf
- _____. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. In: *Etnográfica*, v. 15, p.67-82, 2011.
- SILVA, M. *Pessoa e Comunicação: o primado da relação na antropologia filosófica de F. Jacques*. Covilhã: LuSofia: press, 2006.
- TAMBAKAKI, P. When does politics happen? In: *Parallax*, v.15, n.3, p.102-113, 2009.
- TEIXEIRA, E. A doutrina da pacificação. In: *Passa Palavra*, 2011. Acesso em: <http://passapalavra.info/2011/01/34214>.
- THOMPSON, J. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VAZ, P.; CARVALHO, C.; POMBO, M. Risco e sofrimento evitável: a imagem da polícia no noticiário de crimes. In: *E-Compós*, v. 4, p. 1-22, 2005

_____.:_____.:_____. A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário do crime. In: *FAMECOS*, v.30, p.71-80, 2006.

VAZ, P; RONY, G. Experiência urbana e narrativas de crime. In: *E-Compós*, v. 11, p.1-22, 2008.

WILLIAMS, R. *Palavras-Chave: Um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WINKIN, Y. *A Nova comunicação*. Da teoria ao trabalho de campo. São Paulo: Papirus, 1998.

XAVIER, I. Cinema nacional: táticas para um tempo sem estratégias. In: *Comunicação & Educação*, v.18, p.81-86, 2000.

_____. Corrosão social, pragmatismo e ressentimento: vozes dissonantes no Cinema Brasileiro de Resultados. In: *Novos Estudos - CEBRAP*, v.75, p.139-155, 2006.

YÚDICE, G. Afro Reggae: Parlaying Culture into Social Justice. In: *Social Text*, v.19, n.4, p.53-65, 2001.

ZALUAR, A. Democracia Inacabada: o fracasso da Segurança Pública. In: *Estudos Avançados*, v. 21, p. 31-49, 2007.

_____. O Glamour do Crime. In: *Revista de História*, v. 6, p. 30-32, 2011.